

ANA LUÍZA ARTIAGA RODRIGUES DA MOTTA

**O SUJEITO NO DISCURSO ECOLÓGICO SOBRE A PESCA NA CIDADE DE
CÁCERES ESTADO DE MATO GROSSO**

Dissertação a ser apresentada ao Curso de
Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em
Linguística.

Orientadora: *Profa. Dra. Eni Puccinelli Orlandi*

UNICAMP
Instituto de Estudos da Linguagem
2003

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
IEL - UNICAMP

M858s Motta, Ana Luíza Artiaga Rodrigues da
O sujeito no discurso ecológico sobre a pesca na cidade de Cáceres
Estado de Mato Grosso / Ana Luíza Artiaga Rodrigues da Motta. - -
Campinas, SP: [s.n.], 2003.

Orientadora: Eni de Lourdes Pulcinelli Orlandi
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Paraguai, Rio, Bacia. 2. Turismo - Preservação. 3.
Conscientização. 4. Análise do discurso. 5. Desenvolvimento
sustentável. 6. Pescadores. I. Orlandi, Eni de Lourdes Pulcinelli. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da
Linguagem. III. Título.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Eni Puccinelli Orlandi - Orientadora

Prof^a. Dr^a. Suzy Lagazzi-Rodrigues

Prof^a. Dr^a. Leila da Costa Ferreira

Para Carlos Otávio, companheiro,
parte desta trajetória.

Para meus filhos Flávio e Matheus,
meninos com quem tenho
compreendido o porquê em ser forte
neste percurso.

Para meus pais, Lúcio e Maurícia,
figuras importantíssimas na minha
formação.

AGRADECIMENTOS

À Eni, mesmo antes de ser minha orientadora, o seu trabalho com a linguagem já provocava em mim rupturas, escutas. Pelas leituras e orientações, pelo estímulo, pela segurança, pela sua pessoa, a minha admiração.

À Suzy Lagzzi, pela atenção e seriedade, pelas leituras e contribuições neste trabalho.

À Leila Ferreira, pela maneira receptiva e acadêmica no IFCH, pelas leituras e sugestões para o meu dizer sobre o movimento ecológico.

Aos pescadores ribeirinhos, que permitiram-me momentos de reflexões, conhecimentos do seu lugar de pescador, de sua relação com o rio Paraguai em Cáceres-MT.

À Mônica Zoppi-Fontana, pelos momentos de leituras e escutas, a sua presença significativa em Cáceres, na UNEMAT.

A Eduardo Guimarães, pelo diálogo proporcionado.

À meus irmãos, Admar, Avany, Edgar, Luciene, Luciana, Ivana e Aderbal (in memória) pelo carinho e incentivo:

Para meus sogros, Sr.Otávio e D. Leonora, pelas palavras de incentivo.

À Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEMA, Polícia Florestal, IBAMA, Secretaria de Turismo e Meio Ambiente - Cáceres, ONGS, JUVAM, Colônia de Pesca Z-2, pescadores amadores e turistas pelas entrevistas e materiais concedidos para este trabalho.

À CAPES, pela bolsa concedida.

À Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, pelo apoio e afastamento concedido.

A todos os colegas pelas trocas de experiências, conversas: Ana Di Renzo, Gleide, Edna André, Mirami, Vera Regina, Taisir, Elizethe, Águeda, Wellington, Eliana de Almeida, Valdir e Maria Teresa. A Neuza Zattar pelas leituras e sugestões.

À Vianez, pelos inúmeros atendimentos e conversas tranquilizadoras diante dos cliques da informática.

A D. Lurdes, Sr. Pedro (in memória), Sônia, Idenir, Sandra, D. Kelé, D. Iracy, Maria, Idevil, Ighinardo, Juliana, Inara, Amanda, Robson, Iury, Gilson, Bila, Tatiana, Zezé, amigos conquistados em Campinas.

À Ana Rosa, pelo carinho e dedicação, requisitos de suma importância que permitem as minhas viagens.

À Tereza, da “Escola e Berçário Barão de Teffé” (Campinas), pelo gesto de carinho com meu pequeno Matheus.

A meus filhos, Flávio e Matheus, que deixaram seus espaços em Cáceres para acompanhar-me em Campinas; à minha mãe pela visita, companhia, pelos cuidados com Matheus em Campinas; e a Carlos Otávio, pelo incentivo e compreensão.

A todos os amigos que, diretamente ou indiretamente, contribuíram com um gesto, uma palavra de incentivo.

À Deus, Jesus, São Judas Tadeu, pela luz e sabedoria, sempre.

“(...)Todo mundo ama um dia
Todo mundo chora um dia
A gente chega
E o outro vai embora
Cada um de nós
Compõe a sua história
Cada ser em si carrega o dom de
ser capaz
De ser feliz
É preciso amor pra poder pulsar
É preciso paz pra poder sorrir
É preciso a chuva para florir(…)”

Tocando em frente - Almir Sater/Renato Teixeira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
1 DISCURSO ECOLÓGICO: UM DIZER EM MOVIMENTO	19
1.1 1970 Impactos Ambientais nos Estados Unidos e no Brasil	20
1.2 A Posição do Movimento Ecológico.....	24
1.3 A Questão Ambiental na Década de 90	26
1.4 Ecologia: O Discurso da Contraposição	31
1.5 O Desafio da Institucionalização de Um Dizer	34
1.6 O Estado de Mato Grosso	36
1.6.1 Breve Caracterização	37
1.7 A Estratégia Política do Estado de Mato Grosso.....	
1.8 FEMA: Lugar de porta-voz ambiental – institucional em Mato Grosso.....	40
2 O RIO PARAGUAI NO DIZER DA CIDADE	51
2.1 A Cidade Como Sentido	53
2.2 Textualização: O Rio na Cidade.	55
2.3 A linguagem estampa a cidade	59
2.3.1 As Placas.....	59
.....	59
2.4. As Pinturas Ecológicas.....	65
2.5 Sujeito pescador... ..	66
2.6 Pesca: Gestualidade e silêncio	68
2.7 O Lugar da Pesca: Uma Organização Política.....	75
3 PIRACEMA: UM SLOGAN.....	77
3.1 Texto: Uma Escuta	80
3.2 O Dizer e Saber: Uma Posição do sujeito	87
4 A SUSTENTABILIDADE DO DIZER	93
4.1 Cidadão e Sustentabilidade	99
4.2 O Turismo e a Cidade	102
4.3 Os diferentes sentidos da palavra: Conscientização e Preservação	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
ABSTRAC.....	127
BIBLIOGRAFIA.....	129

RESUMO

Neste trabalho buscamos compreender, a partir do discurso ecológico, os *efeitos de sentido* no dizer institucionalizado e não-institucionalizado sobre a pesca no rio Paraguai, na cidade de Cáceres – Mato Grosso.

Procuramos dar visibilidade à espessura semântica da linguagem, interrogando a materialidade simbólica, explicitando as leituras possíveis de uma discursividade. Para isso, tomamos, como *corpus*, discursos institucionalizados e não-institucionalizados que cruzam a cidade ribeirinha. Frente a essa materialidade, o nosso referencial teórico-analítico é o da Análise de Discurso de linha francesa de Michel Pêcheux, Eni Orlandi e outros colaboradores.

A opção em desenvolver este trabalho nasce do próprio lugar onde vivemos, o Pantanal Matogrossense. Nesta região, a pesca tem uma tradição cultural, uma memória que vem desde a fundação da cidade, e, que não há como negar, não tem como não ser afetado pelo discurso ambiental que significa nesta cidade, nesta região.

É a partir desses discursos, dessa dispersão de textos que se estampam na cidade sobre a comunidade pesqueira, que procuraremos trabalhar as análises nesse território político em que significamos.

No decorrer de nossas análises, observaremos que o rio tem uma *corporidade* que o significa, que dá vida à cidade. Devido à localização da cidade, nesta região, às margens desse rio, ela é conhecida como *O Portal do Pantanal, a Princesinha do Paraguai*. É esse discurso ecológico que, pelo efeito de sua naturalização, a nosso ver, produz e constitui no social matogrossense um sujeito. E, então, nos interrogamos: que sujeito é esse que se quer constituir no social a partir desses textos que jogam com os possíveis interlocutores do espaço urbano?

PALAVRAS-CHAVE: Rio Paraguai, Pescador, Peixe, Cidade, Estado, Leis de Pesca, Conscientização, Preservação, Turista, Desenvolvimento sustentável, Sujeito e Análise de Discurso.

APRESENTAÇÃO

Neste estudo, onde se analisa o dizer sobre *conscientização e preservação do peixe* no Pantanal de Cáceres, cabe destacar que o Estado de Mato Grosso, no seu contexto histórico, é considerado o lugar que detém a maior reserva de biodiversidade da América do Sul: o Pantanal.

A cidade de Cáceres (MT), por estar geograficamente localizada nesse cenário, é considerada o *Portal do Pantanal*. Fundada em 1778, por Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, está situada à margem esquerda do rio Paraguai. É uma cidade de ares exóticos que tem a sua historicidade, a sua memória, que se textualizam no espaço urbano a partir do sentido que o rio produz nesse lugar.

Por essa via, o rio é *preenche de significados* para a cidade, para a região. Entre os séculos XVIII e XIX foi utilizado como meio de transporte de mercadorias e passageiros. Conforme consta em literatura matogrossense, a lancha Etrúria navegou o rio Paraguai por mais de 60 anos, transportando produtos da terra, para o escoamento da borracha e da ipecacuranha (poaia). Esse tipo de transporte, o aquático, segundo Batista (1998: 34)¹, até os anos 30, foi o que possibilitou a relação, da cidade com as outras regiões do país, por ser o único meio de comunicação.

A ponte sobre o rio Paraguai em Cáceres, com extensão de 300 metros, caracteriza a “marcha para o oeste”. É denominada ponte Marechal Rondon, devido ao seu colonizador. Essa construção foi inaugurada em 21 de janeiro de 1961, pelo então governador do Estado Dr. João Ponce de Arruda.

¹ BATISTA, Martha. Estrela de uma vida inteira: a história de Cáceres contada através das lembranças de vó Estella. (1998) A autora a partir de narrativas de antigos moradores da cidade, traz um recorte da cidade aos olhos dos entrevistados no ano de 1926.

Assim, podemos dizer que o rio Paraguai tem um pré-construído² que funciona no imaginário dos antigos moradores da cidade como: os pescadores ribeirinhos, os pescadores amadores, os turistas, os transeuntes. Evidentemente, o gesto de dizer sobre **a preservação do rio Paraguai**, do **peixe** como sobre a **conscientização ambiental no Pantanal** tem múltiplos sentidos. Impõe mudanças, regras institucionalizadas no manejo, na relação do sujeito com o rio, com os peixes. Há pesos e medidas pré-estabelecidos para a retirada do peixe, das espécies da água, do seu habitat, conforme prescreve a Lei de Pesca 6.672 de 20 de outubro de 1.995 do Estado de Mato Grosso.

Para desenvolvermos esta pesquisa, deve-se dizer que o processo metodológico da delimitação do *corpus* discursivo exige do analista uma postura teórica, uma vez que na Análise de Discurso a delimitação do campo discursivo não limita-se a análise de um determinado eixo apenas a ser analisado. Em outras palavras, o *corpus* é instável. O acontecimento organizacional dos recortes discursivos são constituídos a partir das análises.

Para tanto, o campo discursivo de referência é o discurso ecológico sobre a pesca no rio Paraguai, na cidade de Cáceres, no Estado de Mato Grosso. Os materiais de análise constituem-se de Lei de Crimes Ambientais de nº. 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, Lei de Pesca Federal nº. 7.679 de 23 de novembro de 1988. e Lei de Pesca Estadual nº. 6.672 de 22 de outubro de 1995. Esta Lei de Pesca Estadual estava em processo de reformulação e votação na Assembléia Legislativa, em Cuiabá, objetivando uma mudança na quantidade de quilos de pescado para pescadores profissionais, amadores e turistas.

Em março de 1999, época de nossas entrevistas, o pescador profissional tinha o direito a 1.000 kg, o turista a 300 kg e o amador a 100 kg por semana. A proposta estadual em votação seria de 100kg para o pescador profissional, 30 kg para o turista e 10 kg para o pescador amador, por semana.

Dada a dispersão de textos que discutem a problemática da pesca na região, serão também, considerados materiais de análise, estatutos, jornais, revistas, slogans de campanhas entre 1990 e 1999 contra a pesca predatória no período da

². O efeito de pré-construído aqui citado se faz compreensível a partir de P. Henry, como algo que já tem a sua carga significativa.

piracema; enunciados das placas de sinalização da beira-rio, como da BR 364, perímetro que liga a cidade de Cáceres a Cuiabá.

Além do que foi citado, o *corpus* deste trabalho será composto de entrevistas realizadas com instituições governamentais e não-governamentais tais, como:

1) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente-IBAMA; Fundação Estadual do Meio Ambiente- FEMA; 2) Secretaria de Turismo e Meio Ambiente- SEMATUR; 3) Associação dos Amigos do Rio Paraguai - AARPA (ONG); 4) Colônia Z-2 dos pescadores, pescadores profissionais, amadores e turistas; 5) Juiz de Direito da Vara Criminal, Juizado Volante Ambiental - JUVAM; 6) Polícia Militar Florestal - PMF, Capitania dos Portos- Marinha Mercantil.

Para proceder às análises desse *corpus*, nos filiamos a perspectiva teórica da Análise de Discurso de linha francesa de Michel Pêcheux, e no Brasil, Eni P. Orlandi e colaboradores. Serão consideradas as condições de produção do discurso ecológico das instituições governamentais e não-governamentais sobre a situação pesqueira no pantanal de Cáceres. No exame desse material, serão observados o funcionamento da linguagem e o processo de significação que a discussão ambientalista produz nos interlocutores. Nessa direção, analisaremos a interface da sociedade e a natureza, nos ancorando na literatura da Sociologia Ambiental brasileira, tendo como referência Leila da Costa Ferreira, Eduardo Viola entre outros. Como diz Viola (1996:28), “ O ambientalismo, surgido como um movimento reduzido de pessoas grupos e associações preocupadas com o meio ambiente, transforma-se num intenso movimento multissetorial.”

É sobre esse discurso institucionalizado e não-institucionalizado que esta dissertação estará sendo dividida em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, aborda-se questões políticas e sociais, observando o processo de institucionalização jurídica das políticas sociais no Brasil, enfatizando, nesse quadro das políticas sociais o processo sócio-histórico da Lei de Pesca n.º 6672 de 22 de outubro de 1995, no Estado de Mato Grosso. No segundo capítulo, toma-se o rio enquanto texto e discute-se os efeitos de sentido do discurso sobre a pesca no espaço urbano da cidade. No terceiro capítulo, discute-se a partir de textos jornalísticos e o slogan de 1998, como o dizer sobre a piracema constrói sentidos e significa, no social. E finalmente o último capítulo, retrata de forma

analítica a inscrição do dizer sobre desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, trabalhando o jogo da língua nesse discurso de cunho internacional.

Dada às análises, a dispersão de textos que constituem o discurso sobre a pesca na cidade de Cáceres, questionamos: como significa esse discurso ecológico, sobre a comunidade pesqueira, na transitividade urbana? Que posição sujeito figura nesses dizeres? Seria o imaginário de um sujeito eco, que figura em um tipo de discurso ecológico?

I. DISCURSO ECOLÓGICO: UM DIZER EM MOVIMENTO

Enfoca-se neste capítulo uma discussão sócio-histórica discursiva acerca do movimento ecológico nos Estados Unidos e no Brasil. Falamos da relação homem x natureza, dos acontecimentos que mobilizaram uma tomada de posição diante dos fatos, no que se refere à questão da preservação do ambiente.

Para tanto, evidenciaremos questões políticas e sociais desses países de fronteiras, culturas e infra-estrutura diferenciadas, observando o processo de institucionalização jurídica das políticas de proteção ambiental no Brasil.

Aborda-se ainda, com ênfase, o processo de institucionalização jurídica da Lei de Pesca n.º 6.772, sancionada e publicada no dia 20 de outubro de 1995, no Estado de Mato Grosso.

Assim, analisar o discurso ecológico significa pensar o movimento ecológico em suas várias significações sócio-históricas discursivas, nesse espaço caracterizado como político. Nesse espaço político e social, os seres humanos vivem em uma interdependência com a natureza, a princípio tão óbvio que se apagam os *efeitos de sentido* dessa discursividade sobre *conscientização, preservação e desenvolvimento ambiental*.

A posição-sujeito, no discurso do capitalismo e do discurso ecológico, produz conflitos no social, movimentos de sentido, *gestos de interpretação*³. Há uma incessante busca política para o *desenvolvimento* social, busca pelo *progresso, pelo desenvolvimento*. Este é um fato que *reclama sentidos*, já que:

O sujeito moderno-capitalista – é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado (pela exterioridade) e determinador (do que diz): essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito a direitos e deveres) e de sua coerência (não-contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de

³ Sobre “Gestos de Interpretação”, ver Orlandi, 1996.

(por) sua vontade. Não só dos outros mas até de si mesmo. Bastando ter poder...(ORLANDI, 1999:22)

Buscando compreender essa relação sócio-política entre *desenvolvimento e ecologia*, Viola (1987) trabalha *o movimento ecológico no Brasil (1974, 1986)*. O autor coloca que “O comportamento predatório não é novo na história humana, e que isso não se restringe nem ao fim do século XX e nem aos últimos dois séculos de industrialismo. O que é novo é a escala dos instrumentos de predação, cujo símbolo máximo são as armas nucleares” (p.5).

Na seqüência de sua reflexão, o autor se debruça sobre a questão do ambiente, questionando, primeiramente, a posição da humanidade a partir de grandes acontecimentos como Hiroshima e Nagasaki. Aponta catástrofes que ameaçam concretamente a humanidade como: *a guerra nuclear; o lixo atômico acumulado e acidentes em usinas nucleares; o efeito estufa e o enfraquecimento da camada de ozônio na atmosfera*⁴. Diante desse quadro, o autor diz que é a década de 70 que se constitui como o marco, o despertar da *consciência ecológica* no mundo.⁵

1.1 1970 - Impactos Ambientais nos Estados Unidos e no Brasil

Os estudos ambientais nos Estados Unidos, entre as décadas de 1970 a 1980, sofrem grandes mudanças. Nos anos 70 surge, segundo Buttel (1987), um desenvolvimento da Sociologia Ambiental devido aos problemas ambientais no princípio dessa década. Conforme Dunlap (1997), os sociólogos naquela época estavam voltados mais para problemas gerais ambientais, distanciando-se da sociedade. O mesmo autor reforça essa discussão pontuando que tal distanciamento do homem x natureza se deve à abundância em recursos e progressos tecnológicos.

Entretanto, a escassez de energia (1973 a 1974) chamou a atenção da Associação de Sociologia Americana, Associação Norte-Americana Internacional

⁴ VIOLA, Eduardo J. (1987), discute os efeitos de tais catástrofes para a humanidade trazendo uma vasta bibliografia de pesquisadores que estudam essa relação do ser humano com seu espaço.

⁵ VIOLA (idem) cita a conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo (1972); relatório Meadows (1972) sobre os limites do crescimento e relatórios subseqüentes (Tinbergen, 1978; Laszlo, 1977; Bariloche); surgimento do paradigma teórico da ecologia política; proliferação de movimentos sociais ecologistas no mundo norocidental (...) (p.6)

(ISA), entre outras, para a formulação de questionamentos sobre os impactos sociais. A pensar "que o ambiente era mais do que somente um outro problema social e que condições ambientais poderiam realmente afetar a sociedade" (Idem).

Quanto à década de 80, há um declínio desse movimento ambientalista. A preocupação dos USA é com os impactos das condições ambientais nos humanos, mais do que os impactos dos humanos no ambiente.

O verão quente de 1988 nos USA aquece as discussões com destaque em conceituados meios de comunicação, como a *Revista Time*, em dizer "terra em risco". A expansão da problemática configura em junho de 92 a "reunião de cúpula da Terra" no Rio de Janeiro, com o objetivo de discutir com os países subdesenvolvidos o ambiente e os efeitos do desenvolvimento industrial na biosfera.

Ferreira (1996:134)⁶ diz que: "Examinando o desenvolvimento das duas décadas pode-se afirmar que, durante os anos 70 e 80, os Estados Unidos e outros países altamente industrializados adotaram dezenas de políticas ambientais e criaram novas instituições para desenvolver programas na área." Quanto à década de 90, a autora pontua que a agenda ambiental parece tornar-se mais complexa, o que significa uma reavaliação cuidadosa das políticas ambientais.

No caso do Brasil, o movimento ecológico tem seus efeitos, as suas particularidades. O choque da crise do petróleo, em 1973, faz com que o Brasil se posicione diante dos recursos naturais. A partir dessa preocupação, com a crise do petróleo, outros discursos que já debatiam a questão da preservação e impactos ambientais dariam sustentabilidade ao dizer do movimento ecológico neste país. Viola (1987), diz que, quase paralelamente ao primeiro mundo, os movimentos ecológicos vão-se desenvolvendo aqui, ainda que em escala bem menor, já em 1970. Mas o marco desse acontecimento do movimento ecológico no Brasil tem registro em 1974, ano *em que se inicia a política de "distensão" do presidente Geisel, com o conseqüente afrouxamento dos controles estatais sobre a organização da sociedade civil.*

O Brasil, considerado a oitava economia do mundo capitalista, é um país que tem uma má distribuição de renda e um distanciamento das causas sociais,

⁶ Ver FERREIRA, Leila da Costa & VIOLA, Eduardo (orgs.). *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. Ed. UNICAMP, 1996.

tais como saneamento básico, tratamento de esgoto e água. Conforme Viola (idem), “a qualidade das águas da rede pública consumida em quase todo o Brasil é péssima, segundo parâmetros internacionais exigentes.”

No Brasil, "até a década de 1970 o Brasil se realizava no mito desenvolvimentista, e a questão ambiental, à sombra de valores predatórios, era tratada como a antítese do desenvolvimento nacional. Durante a Conferência das Nações Unidas, em 1972, o governo brasileiro expressou publicamente sua estratégia geopolítica através de dois trunfos: a ausência de normas ou regras de organização do espaço de utilização dos ecossistemas nacionais e a desvalorização brutal da mão de obra local no mercado de trabalho mundial. Institucionalizar ou dar respostas oficiais a demandas pela melhoria da qualidade ambiental significava abdicar do já restrito poder de barganha na ordem econômica mundial" Ferreira (1993:16).⁷

Assim, devido aos problemas ambientais internos e o crescimento das discussões sobre os impactos ambientais no mundo, o Brasil assume o compromisso de criar instituições governamentais, a partir da reunião em Estocolmo, em 1972. O objetivo de cumprir exigências internacionais deve-se *a priori* para a aprovação de empréstimos destinados a grandes obras públicas brasileiras. Cria-se a SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente, em 1974, sob o regime militar chefiada pelo Dr. Paulo Nogueira Neto.

O movimento ecológico no Brasil, segundo Viola, (1987), pode ser caracterizado em três períodos:

1. O movimento ecológico na fase ambientalista (1974-1981)

Em 1971, registra-se um grupo de pioneiros, influenciados, conforme Viola e Leis (1995), pelo movimento ambientalista norte-americano e europeu, e comandados no Sul do Brasil pelo engenheiro agrônomo José Lutzenberger, fundam a AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural. Esta seria, então, a primeira associação ecologista a surgir no Brasil e na América Latina. Essa associação se vê com grandes dificuldades de organização durante o período de repressão que se alastrava no país, sob a presidência de Médici. Deve-se dizer que outros vultos antecederam a AGAPAN e fazem parte da pré-história da ecologia no

⁷ Sobre o desenvolvimento da política ambiental no Brasil, ler Ferreira, Leila da Costa. “A *Questão Ambiental: Sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*”. Boitempo Editorial, 1998.

Brasil. Nomes que também lutaram em prol do ambiente como o naturalista Henrique Roessler nas décadas de 50 e 60, em todo o Rio Grande do Sul. Em 1974, surgem outras associações ecológicas no Sul-Sudeste, tendo como destaque Movimento Arte e Pensamento Ecológico em São Paulo. São marcos que constituem 1974 como o ano de início do movimento ecológico no Brasil. Uma característica importante desse período do movimento ecológico na fase ambientalista foi a existência de dois movimentos paralelos identificados como apolíticos: um com um perfil de denúncia de degradação ambiental nas cidades e outro nas comunidades alternativas rurais.

Em 1978, publica-se a revista *Pensamento Ecológico* através do Movimento Arte e Pensamento Ecológico. Em 1979, o movimento ganha outros adeptos esquerdistas voltados do exílio, como Fernando Gabeira, e nesse mesmo ano é difundido no país um movimento de defesa da Amazônia.

2. O ecologismo em transição (1982-1985)

O ano de 1982, ano de transição democrática brasileira, é também, segundo Viola (op.cit), o ano de transição do movimento ecológico. Assim, pode-se dizer do surgimento de candidatos a eleições estaduais com ideais de movimento político em prol do ambiente. Em 1984, vários ecologistas ativistas decidem participar da campanha pelas “diretas-já” para presidente da República. Essa postura dos ativistas na campanha política pontua discussões de que os problemas ambientais estão vinculados aos problemas de ordem social e política. É preciso ter poder. Isto garante aos participantes dos movimentos ambientais a se candidatarem à eleição. A batalharem por um lugar na política, através do processo eleitoral em prol de ideais de preservação do ambiente, do ecológico.

Como podemos observar o período de 1982 a 1985 é um momento de transição política e social dentro do movimento ecológico brasileiro. O lugar, a posição dos sujeitos em dizerem, em se colocarem como candidatos em defesa do espaço ecológico, é diferente. São discursos que se fortalecem constituindo um novo lugar no poder institucional, de dizer sobre a *conscientização* e a *preservação* do ambiente, de um lugar político institucionalizado.

3) A opção ecopolítica em 1986

Em 1986, o grupo do movimento ecológico se intensifica na perspectiva de participar e de intervir no processo constituinte. Nesse mesmo ano funda-se no

Rio de Janeiro o Partido Verde - PV, e Gabeira é candidato ao governo do Rio de Janeiro, com apoio do PT. Esse fato coloca a cidade maravilhosa como eixo central do movimento ecológico, já que a cidade é o centro da comunicação de massa do país. É válido dizer que o Partido Verde aos poucos vai tomando força e constituindo bases em outras capitais dos Estados, como Santa Catarina, São Paulo e outras. A maioria das pessoas que participam do movimento ecológico nesse período são universitárias. O trabalho de “ecologizar” a burguesia não é tão difundido nessa camada social, já que o consumo é o alvo dessa camada e não o efeito desse consumismo na natureza. Em meio a essa postura ecológica, quem participa ativamente dos princípios do movimento ecológico, respeitando as normas para a não depredação da natureza, são as multinacionais. Estas empresas que investiram no Brasil, a convite de Médici, a princípio não estão preocupadas com as causas ambientais, elas fixam o comércio no Brasil em busca de espaço e mão-de-obra barata.

É possível observar através das análises, no tecido histórico discursivo do movimento ecológico, uma mudança na posição-sujeito que mobiliza sentidos para o dizer institucional, para o lugar do poder. Trata-se daquele que se subjetiva, ao falar sobre a posição da natureza e do homem nesse espaço caracterizado como ambiente. Os dissidentes, com perfis característicos singulares, constituem esse acontecimento dentro do próprio movimento ecológico no Brasil. São eles: os ecologistas realistas, ecologistas fundamentalistas, os ecocapitalistas e os ecossocialistas. Eles marcam, delimitam sentidos no conflito de dizer, de ver o homem e o seu espaço, o ambiente.

Neste item não nos deteremos a explicitar a predominância desses ecologistas no interior do movimento ecológico, mas trabalharemos os *efeitos de sentido* desse discurso ambiental na *comunidade pesqueira, em Cáceres, Estado de Mato Grosso* sobre o discurso da *conscientização e a preservação* do peixe no rio Paraguai.

1.2 A Posição do Movimento Ecológico

A proteção ambiental no Brasil passa a ter respaldo legal, consistência política no social, com a promulgação da Constituição Federal em 1988. Em 1989, o

governo Sarney cria e institucionaliza, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA. A antiga SEMA é, então, destituída, funde-se a outros órgãos de floresta, pesca e borracha.

Assim, o político tem trânsito, se ancora no jurídico, representado no art. 225 do *Caput* da Constituição Federal de 1988, congregando as muitas vozes que constituíram os discursos de proteção ao ambiente: *todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

Para o movimento ecológico que surge diante de uma situação de degradação social e ambiental, a proposta é *um novo sistema de valores sustentado no equilíbrio ecológico, na justiça social, na não-violência ativa e na solidariedade diacrônica com as gerações futuras.* Essa idealização de um mundo justo e fraterno deve-se à postura do movimento ecológico que trabalha com a idéia-força de *ecodesenvolvimento*. A idéia-força de *ecodesenvolvimento* refere-se ao equilíbrio, um controle entre o desenvolvimento e a preservação do ambiente, enfocando-se aí a justiça social. Essa posição do movimento ecológico é um acontecimento significativo que, no entanto, devido ao excesso desse dizer no social, produz o efeito da evidência. E isto é ideológico⁸.

A ideologia, enquanto prática, produz esse efeito, em que se apaga o processo e naturaliza-se o acontecimento. Produz, na materialidade da linguagem, o efeito da evidência, não se questiona o discurso, a textualidade, enfim, o processo. Pensando sobre o processo pelo qual somos afetados, isto é, pelo simbólico, Interrogamos: ao se referir à idéia-força de *ecodesenvolvimento*, que sentidos atravessam esse dizer? Como se inscreve a ecologia no social? Nas relações sociais, na constituição dos sujeitos enquanto sujeitos dessa sociedade na história?

⁸ Pêcheux, M e Orlandi, Eni, P. discutem esse efeito da evidência na linguagem em uma vasta literatura. Ver bibliografia final.

1.3 A Questão Ambiental na Década de 90

Ferreira (2001)⁹ discute sobre as inter-relações entre sociedade e ambiente no Brasil, pontuando o início da institucionalização desse conhecimento, em meados da década de 1980. A autora fala das primeiras iniciativas nesse percurso de institucionalização desse estudo na região sudeste, citando a Universidade Estadual de Campinas, a Universidade de São Paulo, e a Universidade Federal de Santa Catarina.

A autora afirma que “a sociologia ambiental no Brasil encontra-se em fase intermediária quando comparada às experiências internacionais. Menos pelo impacto da produção e mais pela resistência que ainda enfrenta por parte de setores fortemente disciplinares das ciências sociais brasileiras” (p.53).

Observa-se que o grupo só consegue reunir-se na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), em 1986. Nessa data, as Ciências Sociais ainda tratavam a problemática ambiental de forma incipiente. O espaço prioritário para uma discussão crítica em relação ao contexto brasileiro só viria acontecer em 1992, em face do evento da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) no Rio de Janeiro.

Após a ECO 92, as discussões dos teóricos das Ciências Sociais e Sociólogos culminam em escritas de livros e em busca de aperfeiçoamento intelectual de pesquisadores em doutorado e pós-doutorado no exterior, já que nos Estados Unidos, França e Inglaterra, a discussão sobre as questões ambientais já se alargava à frente do Brasil com 20 anos de literatura.

Na primeira metade dos anos de 90, final de século, a preocupação era com a questão da globalização. Viola (1996) diz *que é fundamental enfatizar que globalização não é homogeneização*. O autor ¹⁰ argumenta que essa nova forma de dizer sobre o mundo, a globalização, é importante, mas infelizmente a mídia simplifica o acontecimento. Diz ainda que, o ambientalismo como tecido social, seja na sua forma simples ou multissetorial dos anos 90, é um grande laboratório do complexo sistema global. E conclui. “ Tem uma grande vantagem quem aborda a

⁹ Ver, Ferreira, Leila da Costa. No artigo – *Sociologia Ambiental, Teoria Social e a Produção Intelectual no Brasil*, Revista Idéias-ano 8 (2), 2001, a autora tece o percurso sócio histórico do movimento literário, as produções científicas no Brasil.

¹⁰ Ver Viola, 1997. No texto *Confronto e Legitimação in O Ambientalismo no Brasil : Passado, Presente e Futuro*, o autor discute em conjunto com FERREIRA, Lúcia da C. & LEIS, Hector Ricardo, o percurso sócio histórico do movimento ambiental no Brasil.

globalização pelo viés ambiental, se comparado com quem a trata pelo viés econômico, porque a maioria das pessoas que estudam globalização se mantém na esfera econômica e tem uma concepção bem mais simples” (p.31). O livro *Incertezas de sustentabilidade na globalização* (1996), reúne vários artigos que discutem o processo histórico da globalização. Viola (idem) diz que em meados da década de 1980, o homem toma conta, consciência de que faz parte de um só planeta, dos riscos da degradação ambiental, que na verdade já existia desde a década de 1950, dada a existência de armas químicas, contaminação do ar, entre outros. Segundo Ferreira (2001), *A preocupação ecológica não tem pátria, seu enraizamento é o planeta*. Viola (1996) enfatiza que *a dimensão ecológico-ambiental constitui o mais poderoso dos processos de globalização*.

No conjunto do que se discute sobre os problemas enfrentados no mundo, no que se refere à degradação ambiental, é de similar natureza. Dada a relevância do problema, observa-se na década de 90 uma outra forma de organização política no social, sem fins lucrativos, com fins públicos, com organismos privados, com participação voluntária - **o surgimento das ONGs**. Na década de 90, o movimento ecológico sofre grandes mudanças, é politizado, tanto quanto outros novos movimentos sociais.

(PRINCER & FINGER, 1996, in PIGNATTI 2002), definem as ONGs como *grupos não lucrativos com base ou atividades em mais de um país, cuja missão principal é impedir a degradação ambiental e promover formas sustentáveis de desenvolvimento*. São entidades que buscam, através de políticas sociais, soluções para os problemas de desequilíbrios oriundos do desenvolvimento local, regional e global. Essas entidades algumas vezes trabalham com algum tipo de colaboração do governo, mas na maioria das vezes os movimentos que pensam as relações de conflito, as ações no social, passam ao largo da política tradicional do Estado Nação.

As explicações para o próprio surgimento das ONGs ambientalistas transnacionais, bem como o seu papel na sociedade moderna, são pontuadas pelos autores (in PIGNATTI:68) como *produto da crise global*. Argumentam ainda que, *a crise ecológica global, a destruição do meio ambiente é visível e dramática em todas as partes do mundo e tem vários efeitos sobre a vida humana e seus ecossistemas*. Um dos pontos destacados nesse conflito homem x natureza refere-se à ansiedade,

à insegurança, ao medo e ao stress social. É nesse lugar que as ONGs pressionam os governos a investirem em pesquisas e projetos que discutam os efeitos da degradação no social, sem perder de perspectiva o homem nessa relação de conflito.

Pignattl (ibidem) argumenta, que o ambientalismo político no Brasil toma outras diretrizes na década de noventa. A autora pontua que no Brasil as ONGs procuram, nos anos noventa intensificar as discussões, dividir responsabilidades com governos, universidades e centros de pesquisa. Essa forma de intensificar as responsabilidades deve-se a fatores como a globalização da economia, como pelo próprio esforço de um pacto social em prol da conservação do ambiente que começa a partir da Conferência das Nações Unidas em 1992. (p.70).

No Brasil, há uma diferenciação entre ONGs ambientais e outras formas de associação dos atores sociais. (HERCULANO in PIGNATTI, 2002:74), caracteriza as ONGs como *institutos e fundações com mais originalidade formados por profissionais predominantemente apoiados política e financeiramente por institutos e fundações, de âmbito internacional*. Estes podem ser ligados por uma formalidade ou não a partidos políticos, igrejas, federações sindicais, entre outros. No entanto, o que chama a atenção refere-se à ação pedagógica que funciona como uma assessoria à cidadania e ao mesmo tempo como um instrumento de pressão frente ao Estado e à imprensa em favor das políticas públicas ambientais. Geralmente essas entidades têm registro no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), Conselhos Estaduais de Meio Ambiente (CONSEMAS) e Conselhos Municipais de Meio Ambiente (CONSEMAS) são de caráter deliberativo, e fazem parte do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). (p.71)

Ferreira (2000) diz que as ONGs ambientalistas, que têm movimento em território nacional, têm contribuído com inúmeros tipos de projetos que têm como público-alvo preferencial índios, seringueiros, ribeirinhos, pescadores, sertanejos, artesãos, ex-sem-terras assentados. O objetivo dessa relação entre as ONGs no Brasil e as comunidades é trabalhar a posição do sujeito e o ambiente. Dito de outra forma, significa produzir mecanismos que garantam a sustentabilidade dos sistemas naturais e qualidade de vida às comunidades carentes que dependem diretamente dos recursos naturais para a sobrevivência.

Neste estudo, em que analisa-se o funcionamento da linguagem, a partir de textos que discutem a questão ambiental sobre a pesca na cidade de

Cáceres-MT, trabalha-se com o sujeito enquanto posição, nessa textualidade. Pensa-se na posição sujeito que formula o **discurso ecológico** para o social e isto faz a diferença. Assim, neste processo discursivo, para que se questione a materialidade discursiva, *deslocar é a palavra adequada pois, se considerarmos bem as coisas, é disto justamente que se trata* (P. Henry, 1993:152).

Compreende-se que sentido e sujeito estão relacionados a sua constituição pela noção de interpretação. É a partir dessa posição-sujeito constituída que podemos observar o processo, o jogo de que é passível a língua, na relação com o simbólico. E é a relação do sujeito com a linguagem que nos permite pensar no movimento da leitura, nos **efeitos de sentido**¹¹, que determinadas palavras produzem no social.

Desse modo, o sentido da expressão “*degradação social*” *globalização* inscreve-se em uma formação discursiva e não em outra devido às condições de produção desse discurso em países de fronteiras, culturas e políticas de desenvolvimentos distintos. Pêcheux (1990:15) diz que *a mesma palavra, a mesma frase não têm, o “mesmo sentido”*. O que isto quer dizer?

Os fatos de sentido da ordem do discurso não são remissíveis ao discurso de um sujeito, nem aos de vários conjuntos para fazer uma espécie de “sujeito médio”, mas a “formações discursivas” que não têm realidade no nível do indivíduo, senão pelo fato de que elas determinam as posições que pode e deve ocupar todo indivíduo, para ser o sujeito de uma enunciação provida de sentido (P.HENRY idem, 162).

Dito de outra forma, significa trazer à tona as condições em que um determinado discurso foi organizado, constituído. Assim, o lugar, a época, a constituição histórico-social fazem parte do sentido no movimento, no gesto de interpretação do sujeito com o mundo. Como afirma Orlandi (1999) “sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia”. Daí compreende-se o porquê do discurso ser o material concreto que oferece ao analista o lugar ao questionamento, à observação.

O discurso, enquanto materialidade simbólica, é o lugar onde o analista se debruça e compreende a relação da língua com a ideologia. o sujeito é

¹¹ ORLANDI, Eni, P. Do Sujeito na História e no Simbólico in *Escrito n.º4 Laboratório de Estudos Urbanos – Nudecri, 1999*

assujeitado à língua na história, então não tem como estar no mundo sem ser afetado pelo simbólico.

Nessa direção, há que se pensar a língua, o simbólico na história. E se a língua para significar se inscreve no real da história, justifica-se trazer as condições de produção do discurso. Neste caso, trazemos para a reflexão o dizer sobre a globalização. A palavra globalização, de uso comum, na atualidade tem a sua historicidade. Esse dizer intensifica-se na metade da década dos anos oitenta, mas de fato já existe desde 1950 (VIOLA, 1996). Esse dizer tem o estatuto que o universaliza, que o idealiza. Apagam-se as diferenças sócio-econômicas entre os países. O Brasil, por exemplo, tem uma das maiores biodiversidade do mundo, tem suas reservas naturais. Como também, os seus conflitos internos, uma má distribuição de renda e infra-estrutura, e é categorizado devido as suas reais condições de infra-estrutura, como um país subdesenvolvido.

Quando tomado para uma análise discursiva, nota-se que determinados discursos autorizados, como o da globalização, circulam no social, tomam corpo; no entanto, é necessário que se questionem as diferenças sócio-econômicas e políticas dos países, os industrializados e os não-industrializados, nessa formulação universal. É importante ver o local nesse discurso, pois o global, a totalidade atravessa esse discurso. E entende-se via literatura que o discurso ecológico não é homogêneo, porém, o que se observa é uma sobredeterminação de um discurso universal. Não se diz sobre a inscrição dessa palavra dentro da organização histórica-política das nações. Cobra-se a educação ambiental, naturalizam-se as diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e, conseqüentemente, somos uma só, a aldeia global.

Sabe-se, no entanto, que cada país se inscreve em uma particularidade de acordo com suas condições sócio-econômica, diante do fato da degradação ambiental. A exemplo, são problemas tidos, até então, como periféricos sobre saneamento básico no Brasil, e que aos poucos tornam-se um problema conflitante no meio urbano. Isso produz um movimento, um eco no social. Em contraponto, há países que discutem a degradação ambiental, mas onde saneamento e infra-estrutura para a sociedade não é um problema. O que deixa em uma posição favorável os países desenvolvidos industrializados em relação a outros menos abastados.

A partir dessas diferentes formações discursivas em que o dizer sobre o ambiente se inscreve, perguntamos: como esse discurso ambiental que se pronuncia na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo, em 1972, constrói uma identidade no Brasil?

Pode-se ler nas primeiras páginas deste trabalho, o percurso sobre o discurso ecológico que vai sendo constituído no Brasil, e que, é afetado pelas posições políticas sociais. O ano de 1974, ano em que se iniciam os movimentos ecológicos no Brasil, é marcado pela política de “distensão” do então presidente Geisel. Conforme Ferreira & Ferreira (1995), “Em Estocolmo a posição brasileira ainda espelhava um pouco o golpe de 1964, a “Ordem e o Progresso”(p.18) .¹²

Viola (1996) diz que as propostas dos ecologistas não influenciaram debates sobre a posição ambiental no/do Brasil até o fim do regime militar. Como também não constitui uma discursividade política na Nova República. Ou seja, o discurso ecologista não produz no social, *a priori* um discurso que mobilize uma estratégia política que legitime a posição do ecológico. Como também a tomada de uma posição jurídica do país em *desenvolvimento*, com suas necessidades e condições de se manter tanto em desenvolvimento, quanto em equilíbrio ecológico.

Meados da década de setenta, os estados constituem normas com o objetivo de controlar os excessos degradativos. Entretanto, somente na década de 80, os estados começam a agir em termos de licenciamento, ancorados na Constituição Federal, no Art. 225.

1.4 Ecologia: o Discurso da Contraposição

A ciência da ecologia nasceu no final do século XIX e desenvolveu-se durante todo o século XX, notadamente na década de 1930, em volta da questão de ecossistema. O objeto de atenção da ecologia não está disperso no real, ele corresponde a um conjunto coerente e organizado. Essa organização do

¹² FERREIRA, Leila C. & FERREIRS, Lúcia . “Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o estado e para a sociedade”. In *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. (orgs.) Daniel J. Hogan & Paulo F. Veira. UNICAMP, 1995. Nesse artigo, as autoras discutem a posição sócio-histórica do Brasil no discurso sobre o ambiente.

ecossistema é constituída pela união do biótopo (base física) e de uma biocenose (conjunto de interações entre vida vegetal e vida animal) Pignatti (2002: 53).

(ACOT,1990 in PIGNATTI, idem) diz que “em 1953, as conceituações foram sistematizadas por Odum e substituíram o espaço ecológico dividido pelo espaço ecológico reunificado, no qual os fatos bióticos e abióticos do ambiente não representavam mais do que dois aspectos de uma mesma realidade” (p.54).

Esse lugar da investigação científica caracteriza de biosfera todo um conjunto de organismos vivos e o seu ambiente, o terrestre. Os estudos demonstram que os equilíbrios dos ecossistemas como o da própria biosfera estão ameaçados devido à erosão dos solos, poluições diversas, cujos níveis estão acima da absorção sistêmica. São fenômenos que coloca o homem como o grande mediador para o equilíbrio dos ecossistemas, como da própria biosfera.

Quando tomamos para estudo a linguagem em funcionamento, no dizer da ecologia faz-se necessário e justifica-se o percurso sócio-histórico da ecologia, do movimento ecológico. Viola (1987) discute as origens do movimento ecológico, pontuando que o primeiro estágio do movimento constituiu-se de um lugar de profetismo apocalíptico, com temas polêmicos como “Nós destruimos a natureza”, “A morte do Oceano”, acontecimentos que viriam pôr em pauta os efeitos da relação do homem com o seu meio.

O discurso ecológico – ou seja, a fala da ecologia enquanto dizer político – é historicamente determinado: é um discurso que se constitui pela contraposição em relação a essa sociedade de consumo urbano-industrial (SILVA, 1996:50).

É de dentro desse universo de consumo, ou consumismo urbano, que o discurso ecológico emerge para o social. Conforme Almino (1993), o termo **ecologia**, de uso comum no discurso da sociedade, é empregado pela primeira vez, em 1866, pelo zoólogo e biólogo alemão Ernest Haeckel, em seu livro *Morfologia geral dos organismos*. O marco na biologia, no que se refere ao pensamento ecológico, se dá a partir do pensamento e enfoque holístico desse alemão.

Para Almino (idem):

Os conceitos de *crescimento* e *desenvolvimento*, que como o de *ecologia*, são herdados da biologia, foram incorporados à economia

num momento em que esta alçou-se ao primeiro plano das preocupações internas e internacionais dos Estados. (p.19)¹³ (grifos nossos)

Observa-se que, *ecologia, desenvolvimento e crescimento* têm um sentido específico no contexto da biologia. Como o discurso ecológico é um dizer que tem, na atualidade, um certo “domínio” no social, a nossa intenção é trabalhar o movimento da linguagem nesse discurso, no qual se cristalizam e institucionalizam representações ambientais dentro do Estado. A institucionalização dessa forma de discurso ecológico toma forma de discurso jurídico. Tem a sua representatividade dentro da Lei. Há um não-dito, mas com sentido constitutivo, que funciona no dizer ambientalista, institucionalizado sobre a posição-sujeito no que se refere a direitos e deveres.

É na tentativa de se compreender, a partir da materialidade discursiva, como o sentido de *ecologia, desenvolvimento, conscientização e preservação ambiental* se inscrevem nesse espaço político-social, que fazemos nossas análises. Afinal, como esse dizer ecológico se abre para uma outra discursividade no social?

Ao se inscrever hoje no discurso político, o ambientalismo/ecologismo vem se situar no espaço anteriormente representado a partir de uma oposição entre o capitalismo e o socialismo, entre um discurso dominante e um discurso outro, revolucionário”¹⁴ (SILVA, 1995: 13).

O discurso ambientalista tido como revolucionário face à sociedade capitalista toma corpo no discurso da sociedade capitalista, liberal, neo-liberal. Ele re-funcionaliza o discurso ecológico, administrando-o ao modo capitalista.

Dessa forma, nesse espaço constituído como político que tem como premissa o *discurso de desenvolvimento, o progresso* (capitalista), há um distanciamento, uma exclusão da questão *ecológica*. É pensando sobre esse discurso ecológico, o lugar de conflito, no que se refere ao discurso da

¹³ ALMINO, João discute no livro “Naturezas Mortas”, no Capítulo I: A natureza política do ecologismo sobre o início da revolução da ecologia na segunda metade do século XIX. O autor diz que o termo ecologia é usado na Alemanha pela primeira vez em 1915, e acrescenta que é na década de vinte que os ecologistas começam a se manifestar como tais. “o apelo ao solo, à natureza e à Mãe Terra, a crítica ao progresso, ao mundo industrial e ao artificialismo da tecnologia moderna, a valorização da vida rural e uma ideologia matriarcal que rejeita o que considera ser o princípio patriarcal dominante que implicaria explorar, de forma insensível a natureza” (p.22).

¹⁴ SILVA, Telma Domingues da. “A biodiversidade e a floresta tropical no discurso de meio ambiente e desenvolvimento”. Dissertação de mestrado, IEL-UNICAMP, 1995.

conscientização e da *preservação* do ambiente, que este estudo vai se configurar em análises discursivas sobre o funcionamento do dizer institucionalizado e não-institucionalizado sobre a pesca, em Cáceres, Estado de Mato Grosso.

Nessa direção, o espaço sócio-histórico em que se consolida esse discurso ecológico se faz necessário e justifica a leitura dessa materialidade histórica para que compreendamos o processo discursivo. E só após este percurso sócio-histórico do movimento ecológico, que nos deteremos na especificidade deste trabalho em termos de análise. Pois, é a partir desse percurso histórico que se torna possível ao analista ir discutindo a mobilização dessa discursividade no social.

Pensar o processo discursivo nos remete às condições de produção do discurso em seu espaço sócio-histórico como também nos mobiliza a leituras sobre a constituição ou a difusão maciça desse discurso.

1.5 O Desafio da Institucionalização de Um Dizer

A bandeira de proteção ambiental, conforme Sirvinskas (1998)¹⁵, se constitui, na segunda metade do século XIX, com a revolução industrial, devido aos fatos históricos de degradação, como também a mentalidade dominante no tipo de sociedade produto do capitalismo.

Pignatti (2002) diz que o termo “ambiental” *tem sido apropriado em diversos matizes científicos e ideológicos, traduzidos atualmente por um número cada vez mais significativo de estudos*. Desse forma, a legitimidade do poder dizer sobre uma *universalização ecológica*, o de *preservar* a natureza, tem seus efeitos no social, nas suas particularidades.

Conforme Viola (1987), o discurso ecológico é produto, poderia se dizer, de universitários. Esse dizer ecológico atinge grupos de uma massa popular, em que a maioria são de operários ou proletários que sofrem diretamente com as causas da degradação. Pode-se dizer, que são cidadãos que estão visíveis ao desvio do capitalismo das causas sociais, por residirem próximos às fábricas poluentes. Tais como: sangradouros, logradouros, rios que recebem esgotos, detritos

¹⁵ Sirvinskas, Luis Paulo, em “Tutela Penal do **Meio Ambiente**”, tece breves considerações à Lei n.º 9.605, de 12-2-1998.

de produtos produzidos pela sociedade, sem que lhe seja atribuído os tratamentos adequados. Vejamos:

A partir do Relatório Meadows foi possível reconhecer que o desperdício e a poluição deixaram de representar apenas um problema referente às condições de vida e de consumo das populações humanas, mas que diz respeito à própria base de reprodução da esfera produtiva. (FERREIRA & FERREIA, 1995:19).

(BRUSEKE, 1995; VIGEVANI, 1997 in PIGNATTI, 2002¹⁶) pontuam a Conferência de Estocolmo, realizada 1972, como uma das formas de institucionalização da temática sobre o ambiente. Já que a os efeitos da poluição eram preocupação de países transfronteiriços. Dizem ainda que *apesar da Conferência não ter chegado a grandes resoluções ou acordos, foi um marco por introduzir o tema ambiental na agenda diplomática mundial.* (p.75)

É esse percurso sócio-histórico do movimento ecológico que migra, atravessa as fronteiras e produz no social *gestos de leitura*¹⁷. Quando falamos aqui em **gestos**, não podemos esquecer de dizer da filiação teórica que essa palavra tem na perspectiva discursiva, que desloca a noção de “ato” pensado na pragmática, sem desconsidera-la. Para Pêcheux (1969), há signos não-linguísticos que são possíveis de intervir na materialidade discursiva de um dizer em um determinado lugar, trata-se de uma prática física. Podemos citar, a exemplo, os aplausos, risos, cochichos, assobios e outros gestos que Pêcheux chama **de atos no nível do simbólico** (p.78).

Para Orlandi (2001), falar sobre gestos de interpretação, significa aproximar a noção de interpretação e de gesto. A autora, desloca a noção de gesto pensado por Pêcheux, e considera *a interpretação como uma prática simbólica, uma prática discursiva que intervém no mundo, que intervém no real do sentido.*(p.25) Assim, é possível pensar em gestos de interpretação porque, se de um lado, o sentido, o espaço simbólico não se fecha, *é marcado pela incompletude*, e de outro, a prática discursiva, intervém no real dos sentidos através do gesto de interpretação.

¹⁶ Ler Pignatti, Marta G. “O Ambientalismo no Estado de Mato Grosso: ONGs ambientais na conformação da política ambiental na década de 90.” Tese de Doutorado, UNICAMP, 2002.

¹⁷ Pêcheux. M. Ler o “Arquivo Hoje” in *Gestos de Leitura*, 1997. O autor discute a pluralidade de questionamentos em que se deve deter o leitor em relação à materialidade simbólica.

Dessa forma, ao falarmos sobre *gestos de leitura* a partir de Pêcheux (1997), significa que há maneiras diferentes nos gestos de leituras subjacentes na constituição do arquivo¹⁸.

1.6 O Estado de Mato Grosso

1.6.1 Breve Caracterização

O Estado de Mato Grosso é considerado o lugar que detém a maior reserva de biodiversidade da América do Sul, composta por três ecossistemas: o pantanal, o cerrado e a floresta amazônica. Nesta parte nos limitaremos a falar sobre o Pantanal.

No Brasil, o Pantanal localiza-se nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O Estado de Mato Grosso foi dividido em 1977 criando-se o Mato Grosso do Sul, após um longo período de busca por lideranças políticas.(MATO GROSSO, 1999).

A região do Pantanal, ou o complexo do Pantanal como também é conhecido, é a maior planície inundável do planeta. Apresenta uma grande variedade de flora e fauna, são 650 espécies de aves, 80 de mamíferos, 260 tipos de peixes e 50 de répteis. Tal variedade é originada das áreas do Chaco, dos Cerrados e da Mata Atlântica, o que contribui para maximizar sua diversidade biológica. A paisagem pantaneira é influenciada e modificada pelo ciclo das águas. Há períodos de chuva, cheia, vazante e seca. Piaia (1999:195).

A hidrografia mato-grossense destaca-se em âmbito nacional por ser um grande divisor de águas. Compreende duas bacias: a Bacia Amazônica e a Bacia Platina. Neste trabalho nos limitaremos a falar sobre a Bacia Platina. O rio Paraguai, cuja nascente está localizada na Serra do Aporé a 100Km de Cuiabá (MT), atravessa o Pantanal, cruza o território Paraguaio e deságua no rio Paraná, já na Argentina. É o encontro entre os rios Paraná, Uruguai e Paraguai, na fronteira entre a Argentina e o Uruguai, dão origem ao Rio da Prata.

¹⁸ Ler o Arquivo em Pêcheux, (1997) é entendido no sentido amplo de “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. (p.57)

O rio Paraguai no período das chuvas, sai do seu leito natural cobrindo a vasta área que forma o complexo do Pantanal, fazendo extravasar as *baías*, nome regional que recebem as lagoas, onde é comum ocorrer a reprodução dos peixes. As baías são ligadas umas as outras pelos *corixos*, que são cursos de água provisórios que são possíveis no período das cheias. Há salinas ou saleiras no Pantanal que são águas salobras devido à elevada concentração de sais minerais no solo (cloreto de sódio e magnésio). Existem também os chamados barreiros, são lagos temporários que vêm das inundações e desaparecem no período da seca.

É essa mudança que possibilita ao Pantanal a vida, a riqueza do solo, através dos nutrientes deixados pelas águas.

O Estado de Mato Grosso conta com cinco unidades de conservação ambiental: o Parque Nacional do Pantanal, o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, as Estações Ecológicas de Taiamã (Cáceres), da Serra das Araras (Porto Estrela) e a de Iquê-Juruena (divisa de Vilhena e Juína) que somam juntas 411.025 hectares, além de outras reservas ecológicas.

1.7 A Estratégia Política do Estado de Mato Grosso

Na década de 70, devido ao desenvolvimento e colonização do Estado de Mato Grosso, fez-se necessário um planejamento voltado para a política ambiental. Em 1979, através da Lei n.º 4087 de 11 de julho, cria-se o Conselho Estadual de Meio Ambiente. No entanto, este Conselho fica posto como unidade integrada da estrutura da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. Em 1980 cria-se a Coordenadoria do Meio Ambiente, mas também vinculada à mesma Secretária do Trabalho, com objetivo de responder pelos quadros de defesa dos recursos naturais.

A preocupação com a posição do Estado de Mato Grosso, em crescimento no setor agropecuário, fez com que, o então governador, Júlio José de Campos, através da Lei 4.600 de 6 de junho de 1983, criasse a Fundação de Desenvolvimento do Pantanal - FUNDEPAN. Essa Fundação era vinculada ao gabinete do governo, com objetivos de planejar, coordenar e executar ações que promovessem o desenvolvimento no/do Pantanal Matogrossense.

No Estado de Mato Grosso, a Legislação Ambiental tem registro em 1981, no entanto, somente em 1995 foi promulgado o Código Ambiental do Estado, consolidando as atribuições legitimadas pela Constituição Federal de 1988 (Mato Grosso, 1995).

Em 1985, a Política Estadual de Meio Ambiente foi decretada e sancionada através da Lei 4.894, de 25 de setembro do corrente ano. Já em 1986 foi baixado o decreto 1980, instituindo a Fundação Especial de Meio Ambiente.

Devido à promulgação do atual Código Ambiental do Estado de Mato Grosso, em 1995, os decretos citados encontram-se revogados. Quanto ao ano de 1986 – o CONSEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente) baixou sua primeira resolução instituindo o “Termo de Compromisso” voltado principalmente para o setor industrial, aquele com grandes tendências a poluições.

Em 1987, um outro fato vai ter o seu marco na política do Estado. O então governador, Carlos Bezerra, cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Com a criação dessa secretaria, a **FUNDEPAN é transformada em Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEMA**. No entanto, só em 1992, a Lei complementar n.º 14 de 16 de janeiro, artigo 38, muda a nomeação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente para Secretaria Especial de Meio Ambiente, conferindo à **FEMA** a autonomia, a competência dos cuidados com os recursos naturais. Romio (1998).

Institucionaliza-se dessa maneira, via decreto n.º 4.189 de 4 de fevereiro de 1994, a FEMA, como um órgão executor das políticas Ambientais no Estado de Mato Grosso. Esse órgão institui um lugar de escutas neste trabalho, dada a materialidade discursiva que se produz sobre a questão ambiental no que se refere à pesca na região do Pantanal. Discutiremos os efeitos de sentido que textualizam a Lei 6.672 de 20 de outubro de 1995 sobre a Pesca em Cáceres Estado de Mato Grosso.

Situar um entendimento sobre o Estado, significa refletir sobre o papel do próprio aparelho institucional que sinaliza de uma plataforma “X” o espaço denominado – Estado.

A Análise de Discurso dos anos 70 buscou-se em Althusser recursos para se pensar o papel das instituições, bem como o modo como este autor compreende a ideologia. É esse lugar institucional discursivo que interessa para a linguagem. Pensa-se a linguagem neste estudo a partir dos trabalhos de Pêcheux,

observando como Pêcheux inspira-se em Althusser. Compreende-se, pela teoria, como Pêcheux desloca a noção de ideologia, como ocultação, para ideologia como prática. E enquanto prática, na perspectiva teórica da Análise de Discurso, o discurso é o tecido, o lugar da materialização da ideologia. Daí poder compreender que quando Pêcheux traz a instituição para a área da linguagem, a instituição está sendo pensada no modo de produzir sentidos. Pêcheux desloca a instituição como um lugar só pensado como funcionamento de repressão ou como espaço ideológico para um outro lugar. Há um trabalho teórico de Pêcheux em pensar aí a linguagem produzindo sentidos.

É a instituição governamental que produz discursos jurídicos, neste caso, as Leis de Pesca, slogans de campanhas sobre a piracema e outros discursos sobre o espaço do rio, e é o que vai mobilizar sentidos e análises. Como também os discursos não-institucionais que discutem essa problemática ambiental na comunidade pesqueira, mas que é diferente a posição-sujeito.

Assim, observa-se que, do ponto de vista discursivo, e a partir das reflexões de M. Pêcheux, se torna mais complexo esse quadro institucional designado primeiramente por Althusser como AIE, já que, a partir das reflexões de Pêcheux, intervém a questão da linguagem no institucional. Ao mesmo tempo, desloca-se aí a própria noção de ideologia.

Como trabalhar essa mobilização de sentidos? Diante dessa concepção de poder, de organização social, não existe um sujeito fora do Estado e um dentro do Estado. Assim como não há instituição pública e privada fora do Estado. Dada essa relação de direitos e deveres, o Estado se constitui e se legitima no jurídico, ou melhor dizendo, na Instituição Jurídica.

O discurso tem um efeito ideológico que funciona no institucional, no social. E isto não tem como mudar. Lagazzi (1988) diz que:

Não há como modificar as relações internas ao aparelho do Estado, mantendo intacta a concepção de Estado, como se este se colocasse independente das relações que o constituem. O Estado é constituído pelas relações que se dão entre “proprietários” e “não-proprietários”, por direitos e deveres antagônicos. O Estado é o Estado-*capitalista-jurídico* e a divergência de interesses, a contraposição de direitos e deveres distintos, traz a necessidade da coerção, já que os interesses e direitos/deveres de uns não são os interesses e direitos/deveres de outros. Pensar uma sociedade sem desigualdade,

onde as relações de poder possam se dar como não-coercivas, é pensar uma sociedade *sem* Estado (p.16).

Nesse sentido, o Estado apresenta para o sujeito, para a sociedade, o lugar do político, do jurídico, do poder, através da Constituição Federal, das normas de direitos e deveres. Essas relações hierarquizadas dentro do Estado de ordem e obediência constituem lugares de tensão. Nessa direção, abre-se uma discursividade, já que o sujeito que é sujeito a/da interpretação¹⁹ sofre essa injunção à interpretação. E quando falamos em interpretação a partir da Análise de Discurso, pensamos o sentido. Ou melhor, dizendo, *não há sentido sem interpretação*. Assim, o sentido é movimento, não se fecha, está no jogo de que é passível a língua.

Dessa forma, as palavras não têm o sentido colado à literalidade. Ao contrário, pela maneira como se pensa o sentido nessa perspectiva teórica, desloca-se a noção do sentido literal. As palavras são tomadas enquanto sentido na materialidade, no social, pela sua inscrição na formação discursiva. É, pois, nas formações discursivas que as palavras têm seus sentidos instaurados. Daí poder dizer que “A formação discursiva se constitui na relação com o interdiscurso(a memória do dizer), representando no dizer as formações ideológicas.”

A partir dessas reflexões, compreende-se que o sentido não se fecha, que é preciso a análise, os questionamentos sobre a materialidade para que se compreenda, no movimento da linguagem, possibilidades de escutas. Esse efeito de sentido, que é constitutivo da linguagem, produz no interlocutor *gestos de interpretação*, dada a relação do sujeito com o simbólico.

1.7 FEMA: Lugar De Porta-Voz Ambiental – Institucional em Mato Grosso

O texto institucional tem um perfil diferenciado do texto não-institucional, porque a instituição diz de um determinado lugar jurídico para o social. É essa relação, o lugar institucional do jurídico no social da/para a sociedade, que buscamos, no texto de apresentação da Lei estadual n.º 6.672. O acontecimento da legitimação da Lei n.º 6.672, de 20 de outubro de 1.995, coloca a Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEMA - como a responsável pelo espaço hidrográfico. Demarca,

¹⁹ ORLANDI, E.P. “Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.” A autora analisa os diferentes gestos de interpretação, nas diferentes formas de linguagem (Vozes,1996) .

para a região, um antes e um depois da vigência da **Lei de pesca**, sobre a responsabilidade de um aparelho do Estado. Há um processo institucionalizado de ruptura com a memória histórica da região, da cidade, já que antes, quem monitorava a pesca no Estado eram a SUDEP, a Capitania dos Portos - Marinha Mercantil, o IBAMA e a Polícia Florestal.

O Estado instaura um porta-voz - FEMA - e é ela, enquanto instituição, que deve ser a mediadora do Estado de Mato Grosso nas questões políticas e sociais sobre a comunidade pesqueira.

O destino do porta-voz circula assim entre a posição do profeta, a do dirigente e a do homem de Estado, visto que ele é o ponto em que “o outro mundo” se confronta com o estado de coisas existente, o ponto de partida recíproco no qual a contradição vem se amarrar politicamente a um “negócio de Estado” (PÉCHEUX, 1990:18)

Entende-se aqui o Estado em uma posição política, institucionalizado, e “o outro mundo”, a partir do que diz o autor nessa citação, como o não-institucionalizado, a comunidade pesqueira. Pensamos esse setor pesqueiro (pescador ribeirinho), por estar submetido a posição do dizer institucionalizado à Lei de Pesca. O pescador ribeirinho, o mais visível, como veremos no decorrer das análises, aparece no conflito entre o dizer institucionalizado e o dizer não-institucionalizado. É essa comunidade ribeirinha que vai mobilizar sentidos, politicamente falando, sobre a situação da Colônia de Pescadores no Estado. O Estado, ou, melhor dizendo, a FEMA, por sua vez, tem a posição de ponto de partida, de mudança, de ação legitimada pela Lei estadual da Pesca.

Assim, o porta-voz é, em si, pela posição institucionalizada, o lugar do institucional, do político, já que a língua tem essa relação com o político, com o social. Esse lugar é, então, lugar de conflito, de confronto. Porque ao falar nos filiamos a redes de sentido. Assim, o sujeito não é origem de si, pois, ao nascermos, como diz Orlandi (1998), “as palavras já estão aí circulando, produzindo sentidos, dada a relação com o interdiscurso, a memória do dizível”. É a partir desse jogo constitutivo da linguagem que compreendemos o processo da significação, isto é, há um movimento, onde *a língua se inscreve no real da história para significar*.

É esse movimento, o jogo da linguagem, que permite ao analista observar que entre o porta-voz, que tem um lugar institucionalizado, e o social, há

uma mobilidade de sentido que delimitam lugares do cidadão no conjunto da sociedade. Ao mesmo tempo, devemos pensar que governo, Estado, no discurso jurídico representa a própria sociedade. Há nessa relação um efeito de oposição que trabalha com a relação de poder. O Estado representa o cidadão, a sociedade e, ao mesmo tempo, cobra desses seus representantes direitos e deveres.

Devemos dizer que esse jogo não é visível. É preciso trabalhar o processo, analisar o que está dito em determinado texto e o não-dito, mas que silencia e constitui sentidos. É isso que pretendemos com a análise, a *escuta*²⁰. É a partir dessa *escuta* que pretendemos trabalhar a constituição da formação imaginária entre o porta-voz (FEMA) e aquele sujeito no/do social.

Com a Lei nº 6.672, sancionada e publicada no dia 20 de outubro de 1995, Mato Grosso deu um importante passo, no sentido de coibir a pesca predatória nos rios estaduais. Elaborada com ampla participação da sociedade civil, a nova Lei de Pesca, assim como da comercialização e industrialização do pescado, estabelecendo severas sanções para as condutas que coloquem em risco a fauna aquática. Essa mudança iniciada com a nova lei, representa uma opção pela pesca desportiva e turística e sua implementação, seguramente, trará como consequência, o aumento de nosso estoque pesqueiro²¹. (grifos nossos)

Observando a construção do texto acima, vemos que o Estado se constrói em uma posição categórica, hierarquizada no poder das relações sociais institucionais, do lugar do jurídico e do executivo.

Conforme Lagazzi (1988):

Essas relações hierárquicas e autoritárias de comando – obediência, presentes nas mais diversas situações e diferentes contextos sociais, levam as pessoas a se relacionarem dentro de uma esfera de tensão permeada por direitos e deveres, responsabilidades, cobranças e justificativas. Temos, assim, um juridismo inscrito nas relações pessoais” (p.21).

²⁰ ORLANDI (1998), diz que “Essa “escuta”, essa prática de leitura discursiva, faz a crítica da interpretação enquanto representação de conteúdos e procura compreender como sujeito e sentido se constituem”.(p.10) *Revista RUA*, n.º4.

²¹ Carta assinada pelo então, Secretário Especial do Meio Ambiente e Presidente da FEMA, Sr. Frederico Guilherme de Moura Muller

A partir dessa posição jurídica de apresentação da Lei 6.672, tem-se um porta-voz instituído a falar sobre a forma do funcionamento da pesca no Estado de Mato Grosso.

Nesse sentido, o porta-voz diz e se confronta, no social, de diferentes formas. Ao dizer “(...) no sentido de coibir a pesca predatória nos rios estaduais”, configura-se aí a presença fecunda e imaginária do pescador através do Estado. Quem é o predador? Há uma ordem Jurídica em funcionamento nessa formulação marcada no verbo coibir. Parafrasticamente, o sentido dessa expressão pode ser deslocado para proibir, interditar. Por outro lado, nesse processo discursivo, o funcionamento da língua é carregado de um certo eufemismo ao se dirigir ao possível interlocutor. O mesmo sentido se estende em “(...) estabelecendo severas sanções para as condutas que coloquem em risco a fauna aquática”. Em condutas, emerge o fato. O acontecimento²². A infração às leis postas em circulação representa o ato do punível, da aplicabilidade da resolução em que o Estado se ampara no código das Leis ambientais. Esse *efeito de sentido*²³, o da penabilidade, põe em funcionamento no social o sujeito com direitos e deveres. Ao mesmo tempo, o sujeito é nesta direção assujeitado às leis, a conhecer os limites, os sentidos que asseguram essa organização penal no social.

Da interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia resulta a forma-sujeito histórica. Em nosso caso, a forma-sujeito histórica capitalista corresponde ao sujeito-jurídico constituído pela ambigüidade que joga entre autonomia e a responsabilidade sustentada pelo vai-e-vem entre direitos e deveres. Podemos dizer, então, que a condição inalienável para a subjetividade é a língua, a história e o mecanismo ideológico pelo qual o sujeito se constitui. Por outro lado, esse sujeito, uma vez constituído, sofre diferentes processos de individualização (e de socialização) pelo Estado. (ORLANDI, 1999: 61).

A tensão oriunda da relação hierarquizada se configura em formulação como:

“Essa mudança iniciada com a nova lei, representa uma opção pela pesca desportiva e turística (...)”

²² Pêcheux, M., em “Discurso: Estrutura ou Acontecimento”, trabalha o acontecimento enquanto fato.

²³ Pêcheux, M., Orlandi, Eni e colaboradores trabalham a Análise de Discurso da escola francesa, o efeito e o sentido em relação a .

Observa-se nesse dizer um jogo institucionalizado para o sujeito, para o social. Está instituído no discurso uma opção de *pesca desportista e outra turística*. Nesse viés perguntamos pela posição *do pescador ribeirinho profissional*. Há um apagamento dessa posição-sujeito, aquele que profissionalmente mantém a subsistência familiar através da pesca artesanal, que recebe seguro desemprego do governo, que tem carteira de trabalho e que juridicamente está inscrito na própria Lei Estadual de Pesca, que diz:

Art. 3.º Ficam permitidas, no Estado de Mato Grosso, as seguintes categorias de pesca:

- I – científica
- II _ amadora;
- III _ profissional.

A posição-sujeito pescador ribeirinho reverbera sentidos nesse lugar textual que está em funcionamento, quando apresentado à comunidade, já que, ao mesmo tempo, esse pescador profissional, que se apaga na carta de apresentação da FEMA/MT, aparece no **Art. 3.º** enquanto categoria e no **Art. 4.º** enquanto sujeito configurado. Vejamos:

Art. 4.º para os efeitos desta lei, considera-se:

- I - Pesca científica**, a exercida unicamente com fins de pesquisa por instituições públicas ou pessoas devidamente habilitadas para esse fim.
- II – Pesca amadora**, a que se pratica artesanalmente, com fins **desportivos e/ou** de subsistência, e que em nenhuma hipótese venha a importar em atividade comercial.
- III – Pesca profissional** artesanal, a praticada por pescador profissional, com residência comprovada no Estado de Mato Grosso, cadastrado pela FEMA, que exerça a atividade da pesca como seu único meio de vida, não compreendendo serviços de terceiros. (grifos nossos)

Essas diferentes posições tomam corpo e se subjetivam no ato de apresentação da Lei. No último trecho da carta de apresentação, onde se lê: “seguramente trará como conseqüência o aumento de nosso estoque pesqueiro”, há uma finalização operacionalizando sobre uma linguagem lógica, matemática. Preservou, logo há aumento do pescado. Observa-se que o Estado, pela posição institucionalizada, ocupa nessa afirmação a imagem histórica na ruptura da pesca

predatória, assumindo nessa discursividade a responsabilidade não só pela fiscalização como pela continuidade das espécies de peixes nos rios .

Enfim, nessa luta política ideológica pela posição de autoria, de poder dizer, o Estado já a tem assegurada na carta maior – **as Leis**.

Isto pode ser lido, no art. 225, *caput*, da Constituição Federal que prescreve:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

É nesse lugar institucional que o Estado legitima a posição dele enquanto Estado através das relações de poder e coerção. Compreende-se que, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o domínio das águas têm o seu limite entre a União e os Estados. Segundo Musetti (2001:54), *são da União os lagos, rios e qualquer corrente de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou estendam a território estrangeiro ou dele provenham. São dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso na forma da lei, as decorrentes de obras da União.*

Vejamos o funcionamento da Lei n.º 6.672, de 20 de outubro 1995, que dispõe sobre a pesca, estabelecendo medidas de proteção a ictiofauna e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1.º As pessoas físicas e jurídicas que desenvolverem a pesca ou exercerem as atividades de comércio, industrialização e trânsito de pescado no Estado de Mato Grosso, observarão as disposições desta lei.

Art. 2.º - **A Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEMA** é a entidade pública do Estado de Mato Grosso responsável pela fiscalização das atividades da pesca em todas as suas fases, que compreendem desde a captura, extração, coleta, transporte,

conservação, transformação, beneficiamento, industrialização e comercialização. (grifos nossos)

No que diz respeito à subordinação dos sujeitos às Leis de pesca, o Art 1.º ressalta a posição das pessoas tanto físicas, quanto jurídicas diante da Lei. E o Art. 2.º diz que o lugar institucionalizado é responsável pela cidadania, pelo equilíbrio ecológico. Ou seja, retoma aí o discurso constitucional sobre o que diz o artigo duzentos e vinte e cinco, da Constituição Federal, jogando com o interlocutor as penalidades cabíveis em Lei.

A propósito, Ferreira (1998) diz que no Brasil a questão relacionada à proteção desse espaço caracterizado como ambiental só adquiriu *status* constitucional com a promulgação da Constituição Federal em 1988. Segundo a autora podem-se identificar aí duas grandes posições:

- 1) Todos têm direito ao *meio ambiente* ecologicamente equilibrado;
- 2) O poder público e a coletividade têm o dever de preservar e proteger o *meio ambiente*.

A expressão *meio ambiente* para Ferreira (idem) *compreende várias acepções: natural, artificial, cultural, patrimonial, urbano, regional (...)* (p.30). Trabalhando a linguagem discursivamente, compreende-se que o sentido está sempre em relação a, logo tem um movimento que possibilita que a palavra tenha o seu sentido dada à formação discursiva em que ela se inscreve. Para Pêcheux (1995:160), *as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, dito de outra forma, o sentido está em referência às *formações ideológicas*.

O autor chama de “*formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode ser dito*.” (p.160) A *formação ideológica* por sua vez é determinada a partir de uma luta ideológica. Isto se evidencia no dizer, na formulação. Cabe-nos dizer, ainda, a partir de Pêcheux, que as *formações discursivas* textualizam na linguagem as *formações ideológicas*.

Assim, entende-se que a “transparência da linguagem” mascara o que Pêcheux chama de *o caráter material do sentido*. Nessa direção, a expressão meio

ambiente, preservação, desenvolvimento, entre outras quaisquer de uso, não importa qual a palavra, o que importa é a formação discursiva. É esse o lugar, a posição que faz a diferença de uma palavra em um discurso.

O Estado de Mato Grosso, pela própria localização geográfica em áreas consideradas de riquezas hídricas, de formação vegetal heterogênea e de variedades de espécies, já produz um dizer sobre a *preservação*. No entanto, o dizer não é transparente.

Esse dizer que se legitima, enquanto Lei, em panfletos, slogans de campanhas, manchetes de jornais, joga com o possível interlocutor, produz no social *gestos que reclamam sentidos*.

Pensando essa rede constitutiva do sujeito e sentido no social, compreende-se como o sujeito é afetado pelo simbólico. Vejamos: entre gestos, bocas, olhos, ouvidos e palavras, vive o sujeito. Ele está dentro dessa relação, desse processo discursivo. Nesse meio de linguagem, nascemos, vivemos e morremos. Não tem como não ser afetado, não tem como ignorar essa relação e não exercitá-la, questioná-la. É nessa relação de linguagem que se pode perceber como diz Lagazzi: *a língua é lugar de poder e de tensão*.

E nesse lugar do conflito, da tensão, que é produzido pela linguagem, entre o mesmo que se repete, e o outro, o diferente, o polissêmico²⁴, que se rompe, que busca-se compreender o equívoco, a falha que, como diz Pêcheux (1990), é constitutiva da linguagem.

É esse eixo que desestabiliza sentidos e que instaura outros sentidos que na Análise de Discurso é chamado de paráfrase e polissemia. Conforme Orlandi (1983) “ Esta é uma relação contraditória porque não há um sem o outro, isto é, essa é uma diferença necessária e constitutiva. Mas há outros sentidos nessa contradição que é preciso compreender”. (p.5)

O discurso é o lugar da materialização da língua, o lugar possível de se ler, discutir os efeitos ideológicos, analisar a relação da língua com a história. “A história está ligada a práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a cronologia: não é o tempo

²⁴ ORLANDI, Eni, P. 1983 em *A Linguagem e seu Funcionamento*, a autora discute esse eixo da linguagem entre o mesmo que se repete e o diferente, o polissêmico.

cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política)” (ORLANDI, 1990:35).

Assim, não tem como estarmos fora da ideologia. A ideologia nesta perspectiva teórica é prática, e se ela é compreendida como prática, o discurso é o lugar onde pode-se observar, trabalhar o encontro, o ponto de toque entre língua e ideologia.

É nesse lugar simbólico, **o discurso**, que o analista questiona a “transparência da linguagem”. Dito de outra forma, a linguagem não é transparente, já que *os discursos estabelecem uma história*. Observemos esse processo constitutivo da linguagem no discurso sobre a **Política Estadual de Recursos Hídricos**:

(...) Mato Grosso, considerado o **Estado das Águas**, abriga importantes **nascentes de rios** formadores das Bacias Amazônica, Platina e Araguaia-Tocantins, e ainda contempla ambientes geológicos favoráveis a um grande potencial de reserva de **água subterrânea**²⁵. (...) A Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEMA recebe, por força da Lei, a competência de Coordenadora/Gestora dos Recursos Hídricos, passando a implementar o controle dos diversos usos a que se destina a água, de forma a **evitar os conflitos nas bacias hidrográficas**. (Grifos nossos)

A Política Estadual de Recursos Hídricos é definida em setembro de 1998. Através dessa política, o governo estadual cria o Conselho de Recursos Hídricos, em que se observa um apelo ao ecológico, à preservação dos mananciais do Estado. Expõe para o social o epíteto do Estado de Mato Grosso como **Estado das Águas**, potencializando aí a cultura, os recursos hídricos, a tradição do povo, o Pantanal. O texto define limites que estão em um não-dito, mas que funciona, constitui sentido no discurso. Ao dizer que o Estado de Mato Grosso **abriga, forma, contempla, reserva**, essas expressões têm a sua carga significativa dada a formação discursiva que as inscreve no social.

Evidentemente, é preciso levar em consideração, aí, a propalada *conscientização e preservação*, em que se circunscreve esse discurso, uma vez que muitos pescadores, visitantes, turistas pescam e jogam lixo, detritos nesses leitos. Nessa relação entre o sujeito e a natureza, é interessante observar a noção de *preservação* que se produz nessa discursividade.

²⁵ Conforme a Lei n.º 6.945, de 05 de novembro de 1997 (Política Estadual de Recursos Hídricos).

O lugar do político do Estado é a Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEMA, enquanto lugar legítimo que está autorizado **a evitar os conflitos nas bacias hidrográficas**. E quanto à degradação causada pelos detritos de sangradouros e de esgotos, que são canalizados para os rios, como se configura esse discurso sobre *preservação*?

São questões que surgem porque o texto não se fecha, há brechas para a interpretação. Compreende-se que as palavras não constituem sentidos em si, e sim pela posição que elas ocupam no discurso. Neste caso, a posição do Estado, como pode-se perceber acima, é colocada como o responsável pelos Recursos Hídricos na função de evitar os conflitos nas próprias bacias hidrográficas, tais como: formação de outros rios, bacias, nascentes e reservas. Mas com que sentido esse texto joga com os interlocutores sobre *conscientizar e preservar*? Que sentidos são silenciados no texto de apresentação da Política Estadual de Recursos Hídricos, sobre o papel do Estado na posição de ser o agente responsável diante da Lei pela preservação dos rios?

Observa-se no Art. 5 da Lei de Pesca Estadual o movimento, o gesto de se inscrever o rio numa relação de dominação política. Vejamos:

Art. 5.º Ficam instituídos o Cadastro de Pesca e a Carteira de Pescador no Estado de Mato Grosso, sob a responsabilidade da FEMA.

O processo de institucionalização da questão ecológica representa, em termos lingüístico-discursivos, uma formalização: *consenso político, acordo, diplomático ou comercial, regra jurídica...* o movimento em direção ao um, ao universal ou ao global, se institui através da possibilidade de que determinados sentidos possam se *fixar* (SILVA, 1995:16).

A instituição política, representada pelo aparelho de Estado, neste caso a FEMA, tem uma posição, um lugar institucionalizado. É a partir desse lugar do jurídico que é posto para o social, para a comunidade pesqueira, quem vai “gerenciar”, “cobrar” o lugar de direito, a pesca em Mato Grosso.

A pesca por sua vez é uma atividade milenar, não se tem uma data precisa como bem disse um pescador ribeirinho: “a pesca é uma atividade, uma profissão que data desde a época de Cristo”. É esse dizer sobre *a pesca* que tem um

lugar no empírico, e que neste estudo desloca-se, trabalha-se a posição-sujeito no discurso.

Nesse movimento discursivo pergunta-se: quais efeitos o discurso sobre a pesca produz no espaço urbano da cidade de Cáceres, que se constitui historicamente às margens desse rio, que a coloca como *Portal do Pantanal*?

II. O RIO PARAGUAI NO DIZER DA CIDADE

Neste segundo capítulo, tomaremos o rio Paraguai, enquanto **texto**, e a partir dessa materialidade discutiremos os sentidos, a memória sócio-histórica discursiva sobre o pescador ribeirinho, o rio e seus espécimes.

Analisaremos, também, textos como placas, cartazes, panfletos, entrevistas, discutindo os efeitos de sentido entre os interlocutores, como também a gestualidade do pescador, enquanto linguagem que intervém no real do sentido.

A partir dessas leituras, entendemos que de certa maneira é o rio que, em uma política estratégica, geográfica e econômica, faz com que sentidos vão surgindo na idealização, na constituição da cidade. Em resumo, na nossa identidade histórica como cacerenses. Entende-se o histórico nesta perspectiva teórica como:

(...) não estamos pensando a história dos fatos, e sim o processo simbólico, no qual, em grande medida, nem sempre é a razão que conta: inconsciente e ideologia aí significam. Não é a cultura ou a história factuais, mas a das lendas, dos mitos, da relação com a linguagem e com os sentidos. É a memória histórica que não se faz pelo recurso à reflexão e às intenções, mas pela “filiação” (não aprendizagem). Aquela na qual, ao significar, nos significamos. Assim, nessa perspectiva, são outros os sentidos do histórico, do cultural, do social. Mas que assim mesmo nos constroem um imaginário social que nos permite fazer parte de um país, de um Estado, de uma história e de uma formação social determinada (ORLANDI, 1993:13).

Esse processo de fundação da cidade às margens do rio Paraguai institui sentidos. Configuram-se dizeres como epítetos “*Princesinha do Paraguai*”, “*Portal do Pantanal Matogrossense*”. São dizeres que instauram, fundam sentidos que produzem no social, no funcionamento da linguagem, uma continuidade de movimentos históricos dada a filiação, a memória histórica. Assim, a língua não está fora da história, do real. Ao contrário, pensa-se a língua nesse processo, nessa inscrição da língua no real da história para significar. Daí poder pensar a constituição da cidade no discurso, da ideologia já significativa que ela produz sobre *conscientização e preservação*. Isto, a partir do rio que a banha para o desenvolvimento da então chamada Vila-Maria do Paraguai.

A cidade de Cáceres, foi fundada a 06 de outubro de 1778, por Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. A fundação do povoado, conforme Mendes (1973), denominou-se, primeiramente, VILA-MARIA DO PARAGUAI, em homenagem à rainha reinante, D. Maria I, como também pela própria localização da cidade, às margens do rio Paraguai. Consta ainda, que uns dos motivos da fundação de Cáceres foi:

Abrir uma porta de navegação com São Paulo (Albuquerque elaborou uma carta hidrográfica que estabeleceria as diretrizes de navegação fluvial para São Paulo desde o norte de Mato Grosso por Vila Maria e nordeste por Cuiabá (MENDES, idem :31).²⁶

Mendes diz que “ pelo tratado de 1856, completado com o de 1859, o rio Paraguai se abre à navegação franca em todo o seu percurso” (idem). É um acontecimento que situa a cidade no cenário do desenvolvimento. Tanto o é que Corumbá-MS, cidade também portuária do mesmo rio Paraguai, *recebe o seu quinhão de progresso e Vila-Maria do Paraguai passa a porto*. Fato que coloca o rio Paraguai como um escoadouro natural que pulsa para o desenvolvimento da região através da navegação.

Nasce a cidade, a história, a cultura do povo. Com a expansão da cidade, criam-se, delimitam-se, outros sentidos e uma nova relação entre homem/natureza. A própria cidade, como ela é constituída, diz sobre os fatos. Em Cáceres – MT, o movimento global de preservação ambiental se evidencia no perímetro urbano dada a localização da própria cidade, à margem esquerda do rio Paraguai.

Em Mato Grosso, o rio Paraguai se abre para *gestos de interpretação*, ele se significa de muitas maneiras sobre a sua história na cidade. Compreende-se, assim, que “A cidade é também um registro, uma escrita, materialização de sua própria história” (ROLNIK, 1988:9).²⁷

Dessa forma, não cabe uma leitura do rio Paraguai, enquanto *texto*, nesta cidade, sem que se faça sobre este espaço questionamentos. Observa-se que

²⁶ MENDES, Natalino Ferreira (1973). *História de Cáceres*. Nesse livro, o autor faz uma abordagem histórica sobre a cidade a partir da sua origem.

²⁷ ROLNIK, Raquel. *O Que é Cidade*. Ed.Brasiliense, 1988.

o rio, enquanto texto, enquanto dizer, em 1778, nasce com um objetivo. Hoje, 2002, há uma nova versão sobre o uso do rio.

O sentido anterior é desautorizado. Instala-se outra “tradição” de sentidos que produz outros sentidos nesse lugar. Instala-se uma nova “filiação”. Esse dizer irrompe no processo significativo de tal modo que pelo seu próprio surgir produz sua “memória”²⁸ (ORLANDI, 1993:13).

Nota-se, assim, uma ruptura, uma outra inscrição em uma outra formação discursiva sobre o *corpo* do rio, textualizando este espaço - o rio - com o resto do mundo como um lugar próprio para o lazer, a pesca “ecológica”, a hidrovia.

Veremos, no decorrer destas análises, o rio Paraguai sendo, inscrito em uma discursividade *ecológica* que o coloca como um ponto atrativo para **o turismo, para a pesca desportiva, para o Festival Internacional de Pesca – FIP, para o desenvolvimento sustentável.**

É nesse gesto de olhar, de analisar os sentidos que atravessam o *corpo* do rio enquanto texto, que buscamos compreender no simbólico das palavras o sentido desse **discurso ecológico sobre o rio, sobre os pescadores ribeirinhos**, no que se refere à **conscientização e à preservação.**

Dessa forma, a cidade enquanto registro se espacializa e constitui sentidos no social a partir do leito do rio e seus espécimes. Entende-se que é o rio Paraguai que dá *corpo* significativo à cidade de Cáceres, atravessando-a com os efeitos imaginários, que organizam a cidade, o comércio, o espaço urbano, *a ordem cidadina.*

2.1 A Cidade como sentido

Cidade sf. complexo demográfico formado social e economicamente, por uma concentração populacional não agrícola XIII. Do lat. civitas II
cidadania sf. Qualidade ou estado de cidadão XX II **cidadão** XIII, cidadão XIV, cidadã f. 1844 II **cidadela**, dim. De cittade “cidade” II

²⁸ Conforme Orlandi (1993: 13) no texto, “Vão Surgindo os Sentidos”, in *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*, “fundacional” há necessidade de “filiar-se” a uma memória política, legitimar-se, reivindicar a fundação.

cidadino XVI. Do it. cittadino, de cittade, provavelmente através do fr. citadin II conc**idad**ão 1833 (CUNHA, 1982: 182).²⁹

O dicionário traz o verbete **cidade**, grafando e descrevendo a expressão. A expressão “cidade” é aqui pensada enquanto texto, sentido. Zoppi-Fontana (Labeurb, 1996) diz que *pensar a cidade na sua dimensão discursiva, isto é, na dimensão dos processos discursivos que constituem as imagens de cidade e de cidadão/cidadão que orientam as práticas do espaço urbano implica pensar como ela significa, quais são os sentidos produzidos nela e sobre ela pelos diversos discursos que a configuram e interpretam (p.53).*³⁰

Assim, pensar a cidade neste trabalho, significa tomá-la em seu espaço demográfico que constitui o social e que não escapa ao sentido da língua. A língua em funcionamento.

Nesse processo do funcionamento da língua, o sujeito não está fora, ao contrário, o movimento é possível porque ele, enquanto sujeito, se assujeita à língua para significar. Dessa forma, o sujeito constrói história, se significa, ou dito de outra forma, *sujeito e sentido se constituem simultaneamente, na língua, na história.* E isto faz parte da relação homem e mundo. Não estamos dizendo de uma relação direta, entre homem, natureza e mundo. Para trabalharmos esta mediação é preciso reconhecer aí o discurso enquanto possibilidade de trabalharmos esta relação.

Assim, se olharmos a cidade, enquanto processo discursivo, memória, toma-se os fatos e discute-se os processos que implicam pensá-la como patrimônio sócio-histórico. A exemplo: a Babilônia, Roma entre outras. Quais os sentidos possíveis produzidos nela e sobre elas, que se configuram na existência das muralhas, protegendo, demarcando, impondo limites? Como trabalhar esse efeito, esse jogo que impõe sentidos? Não há como negar o lugar possível para questionar sobre a textualidade visível das muralhas, ou o silêncio que as constitui de forma significativa, se não for através do discurso.

O mesmo ocorre com a cidade moderna, contemporânea. Esta tem também sua característica, seu sentido no fluxo de pessoas, mercadorias, o corre-corre pelo *progresso, desenvolvimento* que constitui e delimita sentidos no

²⁹ CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira*. Ed.N. Fronteira, 2. ed. 1982.

³⁰ Zoppi – Fontana, Mônica Graciela. *Trabalha a cidade como fluxo de inclusão/exclusão dos sujeitos no espaço social, urbano*. Ver- *RUA* – NUDECRI – UNICAMP, 1999.

movimento do cidadão, no que diz respeito à preservação de espaços públicos e privados.

Entende-se que pensar a cidade, enquanto espaço simbólico, significa pensar a sua organização, os direitos e deveres que circulam na linguagem que a movimenta no fluxo do dia-a-dia. Para Rolnik (1988:19), “são regulamentos e organizações que estabelecem uma certa ordem na cidade, definindo movimentos permitidos, bloqueando passagens proibidas”.

A cidade de Cáceres, por exemplo, tem no *rio Paraguai*, no desenho das ruas estreitas, nos casarões datados dos séculos XVIII e XIX, nas praças, nas *canoas dos pescadores ribeirinhos*, como também na figura do pantaneiro,³¹ **textos** que historicizam a vida deste lugar, e que constituem o discurso urbano sobre a *conscientização e a preservação*.

É esse movimento histórico que é constitutivo da língua que pensamos quando nos propomos a analisar a **cidade, o rio Paraguai, o pescador ribeirinho**, enquanto materialidade significativa no discurso ecológico de preservação do peixe, do rio, no Estado, considerado **Estado das Águas**. Assim, pensemos o rio e a cidade.

2. 2 Textualização: o Rio na Cidade

No espaço simbólico da cidade, **o rio Paraguai e o homem** cruzam o espaço urbano e produzem uma continuidade de dizeres políticos ou econômicos que textualizam a cidade. Assim, a cidade se organiza e desorganiza na transitividade do espaço simbólico de dizer sobre a situação pesqueira no local.

A pesca em Mato Grosso, sobretudo na cidade de Cáceres (MT), produz discursos sociais conflitantes, dada a hierarquização do discurso institucional, no Estado. Como sabemos, o Estado é constituído de relações de poder. Há sentidos institucionalizados, permitidos, regidos por Lei, que precisam ser tomados e materializados pelo social. Neste caso, a **Lei Estadual de Pesca** significa para o sujeito pescador quando este faz uso do rio. De outro lado, o que é posto em Lei para a preservação do setor pesqueiro é cobrado da sociedade, através da

³¹ Pescadores ribeirinhos são pescadores que têm a sua casa próximo à beira-rio. Enquanto que o pantaneiro é o cidadão que mora em fazendas no Pantanal.

fiscalização pela Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEMA. Entendemos, como Orlandi que:

Relações sociais são **relações de sentido** e estas estão, nessas condições, preenchidas pela sobredeterminação do urbano. Não restam espaços vazios na cidade, sua realidade estando toda ela preenchida pelo imaginário urbano. Os sentidos do “público” já estão desde sempre suturados pelo urbano de tal modo que a cidade é impedida de significar-se em seus não-sentidos, os que estariam por vir, as novas formas de relações sociais, em nossos termos, novas relações de sentidos. Sem espaço vazio, não há possível, não há falha, não há equívoco. Tudo se dá previamente, definitivamente projetado” (ORLANDI, 2001:14).

Assim, a cidade é vista, compreendida, preenchida. Não há espaços vazios que não estejam ali significando dentro do social, do urbano. Isto está dentro da hierarquização do poder. Os sentidos do político, do social são instaurados, institucionalizados para serem interpretados, e o sujeito é sujeito à interpretação.

O rio não está fora da cidade, dessa relação de linguagem, de poder, e dizer. Ao contrário, ele constitui, no fio do discurso, o dizer da **preservação, da conscientização**. Os peixes têm um sentido para o social, para o Estado, para o universo da pesca e para os sujeitos, cuja vida se liga a esse espaço pesqueiro.

Segundo Cunha (2000:19)³², “no universo da pesca é possível evidenciar um conjunto de significados simbólicos impressos à água pelo pescador artesanal”. Observemos:

Pescador nº 1: Bom ... **o Pantanal dá muita alegria** pra gente, né, desde os pássaros, né, no acampamento chega, né, tá cantano de manhã cedinha, à tarde, né, é maravilha, né, ocê ficá na beira do Pantanal, né, às coisas tudo alegre, né, **fica relaxado**, né, balançano, né, e dá dá... uma alegria pra gente, né, .. pra qualquer uma pessoa que vai no Pantanal, né... bastante mesmo, né. ..

Pescador nº 2: **É se a gente não resistir de coragem** ... num aguenta por que **tem mosquito** ... lá nos arma rede lá naqueles pé de pau lá... na beira do rio e começa a balança e olha pra bera do riu... passa bote, passa lancha, passa turista passa tanta coisa, né, nós lá chega hora de nós pescá, nós vai... E **a onça** tem um punhado tamem ... nós fica de olho pro mato de noite... (o riso toma conta de todos) que beradeia memo prá água... Achô um jacaré lá de jeito, pá

³² . CUNHA (2000), in *A imagem das águas*, (org.) Antônio Carlos Diegues, reúne vários artigos que textualizam a água, o sentido impresso a essa imagem.

.. pulô nele lá, já panhê e saiu rastano ... e se é uma pessoa , né.. Já tinha ido tamém.

... **a vida do pescador é difícil... num é fácil...** é pernilongo é... um...um... dorme mal, come mal... **É DIFÍCIL A VIDA DE PESCADOR** ... e ainda num sei por que, **que eles estão...** implica tanto com **o pescador profissional... o turista vem... deita e rola ... e leva tonelada de pexê ... com todo conforto ... agora num sei porque** que **persegue ô... ô profissional...** será por que nós somos **PIQUENINHOS**, nós num tem dinheiro? /.../ para que nós possa **sustá um advogado?** /.../ só pode ser isso aí. (grifos nossos)

Pode-se analisar do lugar do rio o sentido que essa posição-sujeito pescador ribeirinho dá ao lugar de pescador: “**alegria**, o Pantanal é alegria (...) **Fica relaxado** (...) É se a gente não **resistir de coragem, tem pernilongo(...)** **onça tem um punhado** (...) **a vida do pescador é difícil... num é fácil**, (...) eles implicam tanto com **o pescador profissional... o turista** vem deita e rola (...) com todo conforto, (...) nós **somos PIQUENINHOS**, nós num tem dinheiro? (...) possa **sustá um advogado?**”

Há uma oscilação discursiva que configura uma mobilidade de sentidos sobre o espaço do rio, sobre a profissão de pescador. No movimento do dizer do pescador ribeirinho, ele se constrói como um lutador, aquele cidadão de coragem que tem uma profissão de que emana perigo, cuidados, e ele vive em confronto com esse espaço. O pescador se vê como *PIQUENINHOS*, devido a sua posição social em contraponto com o turista que tem *todo conforto*. Podemos pensar nesse processo discursivo em uma sobredeterminação entre a posição do sujeito-pescador pelo sujeito turista. Há um recobrimento da posição pescador ribeirinho pelo pescador turista. O turista nessa relação de poder opacifica o pescador ribeirinho. São sentidos constituídos pela possibilidade do acesso ao peixe, ao espaço do rio, à prática do turismo. Entendemos, conforme Pfeiffer (2001) “*espaço* discursivamente, isto é, como um lugar atravessado pela memória, atravessado por um conjunto de gestos de interpretação, é onde o sujeito se inscreve historicamente, tomando sentidos” (p.32)³³

³³ Ver Pfeiffer, Cidade e Sujeito Escolarizado Urbano. In *Cidade Atravessada.: Os Sentidos Públicos no Espaço* (Org.) Eni P. Orlandi. Pontes, 2001.

É esse deslize de sentidos entre este e aquele que desce o rio, sobe o rio, cuida do rio, que produz no social uma onda, uma teia de dizeres conflitantes. Como nos disse uma bióloga em entrevista:

(...) Jean-Pierre falou: quando você **mata um povo indígena, você está matando uma grande parte da biodiversidade**. Então, quando você perde um povo indígena, você perde um ambiente natural. Porque aquele ambiente tinha tudo a ver com aquele povo indígena. Aqui, quando a gente acabar, se a gente aceita os interesses econômicos e **se a gente acabar com o rio, você acaba com a cultura das pessoas também**, porque ela como os animais, como a flora ela acostumou com esse... com o que ela vive no Pantanal.”³⁴

Se compararmos o recorte da entrevista entre:

“quando você perde um povo indígena, você perde um ambiente natural.” e “se a gente acabar com o rio, você acaba com a cultura das pessoas”. Há um lugar comum, o ambiente de sobrevivência. Como nos disse um pescador-ribeirinho “o rio foi e, é a vida e a alma nossa, desde antigamente”. Neste caso, o rio Paraguai, que em décadas passadas constitui um **sentido** para a cidade, para o pescador ribeirinho, na atualidade, desloca-se, deixa de representar uma unidade, para tomar parte da realidade de uma sociedade organizadora de condutas, de Lei, de Turismo .

A noção de ecossistema se reveste de significados. O rio toma múltiplos sentidos e o comércio se sustenta nessa discursividade ecológica sobre o turismo. Observemos o recorte:

“O que nós temos de melhor é o rio, se você acabar com o peixe você acaba com o rio. I o rio perde a graça que ele tem, **e a graça maior pra quem gosta do rio é você vir pra pescar**. Não importa se você veio pra pescar um pintado, um dourado ou um lambari. A coisa realmente... **a essência é você pescar**” (entrevistado – turista).

O rio configura, nessa formulação, possibilidades de prazer e lazer. O sujeito coloca o espaço do rio como lugar de graça, de beleza, afirmando que “**a graça maior pra quem gosta do rio é você vir pra pescar**”. Dito de outra forma, se não

³⁴ Jean-Pierre, o nome citado pela nossa entrevistada, trata-se de um visitante pesquisador Francês, que em uma palestra realizada na Universidade do Estado de Mato Grosso, discutiu a presença do homem no espaço natural dos animais.

tem, o peixe perde o encanto, o brilho, e conseqüentemente, ele, o turista, que vem para pescar.

A cidade dado o interesse sócio econômico sobre o turismo, ela se coloca em: placas, artesanatos, bares, fotografias, folders, Festival Internacional de Pesca, camisetas, cartão telefônico, quadros, pinturas ecológicas em postes de energia elétrica. São meios de circulação de poder dizer o que a cidade produz, e é. Como discutir na transitividade urbana os efeitos de sentido desses meios de significação?

2.3 A Linguagem Estampa a Cidade

2.3.1 As Placas

No anonimato, a linguagem que cruza a cidade se estampa, ganha corpo. Textualiza-se, nessa “narratividade urbana³⁵”, a economia, o político e o social que circulam em cada espaço no funcionamento da linguagem.

A cidade é atravessada pela “narratividade urbana”. Interpretar o jogo que atravessa essa discursividade é constitutivo dos sujeitos. É ela (a cidade) que dá a direção, através das imagens, dos sentidos, da escrita.

Nesta análise, pensa-se a materialidade discursiva que textualiza na cidade de Cáceres sobre o dizer da conscientização e da preservação dos peixes, do rio. Afinal, como as possibilidades de discursos vão se configurando nos meios que colorem a cidade? Como se textualiza um determinado assunto de interesse ecológico e sócio-econômico na realidade dos transeuntes?

Considerando *os efeitos de sentido* desse real, *o Estado de Mato Grosso se descobre para o mundo como uma região de biodiversidade*. O Pantanal mato-grossense categoricamente abriga na imensidão das águas espécies exemplares de piscicultura. Isto atrai visitantes dos diversos pontos do Brasil, que apreciam a beleza das paisagens e desfrutam do prazer da pesca. Nesse meio, o Estado assegura o discurso de **conscientização e preservação do ecológico**

³⁵ . Conforme ORLANDI, “Narratividade urbana” pode ser lido em *Tralhas e Troços: O Flagrante urbano*, 2001.

através da **Lei Estadual de Pesca**. Ao mesmo tempo, criam-se expectativas para a pesca e o turismo. Há um não-dito (silenciando) o pescador ribeirinho. Observemos os itens – **A, B e C**:

Às margens da rodovia, BR 364, entrada da cidade de Cáceres, em meio às placas de sinalização de trânsito rodoviário, figuram os seguintes dizeres:

A – “Turista se você é consciente aqui é o seu lugar, obrigado”.

“ A natureza agradece a sua visita e o seu respeito”.

“Pescador, pesque consciente, respeite a vida”.(grifos nossos)

São dizeres que não estão ali apenas para ser mais uma placa de proteção. O locutor é o Estado, que tem o discurso oficial. Dessa forma, a placa trabalha territorializando sentidos permitidos, possíveis para a vida vegetal, animal e aquática nesse espaço pantaneiro. Joga com a inteligibilidade daquele que cruza as rodovias, os Estados, e lê no ambiente o ambiente. Ao mesmo tempo, configura nas placas a imagem, o lugar social, um processo de produção de sentidos. É o discurso da Educação Ambiental falando para o turista de um lugar institucional.

Há um processo de “memorização”, como parte dos sentidos já fazendo um efeito de pré-construído, que joga com a possibilidade do outro, o leitor, de “decorar” o que está grafado nas placas. Fixando-se, como se o sentido pudesse ser pego e fixado *a priori* naquele dizer, naquele **texto**, no trânsito do possível interlocutor.

Quando pensamos o texto pensamos: em sua materialidade (com sua forma, suas marcas e seus vestígios); como historicidade significante e significada (e não como “documento” ou “ilustração”); como parte da relação mais complexa e não coincidente entre memória/discurso/texto; como unidade de análise que mostra acentadamente a importância de se ter à disposição um dispositivo analítico, compatível com a natureza dessa unidade (ORLANDI 2001:12).

Nessas placas fala, portanto, um locutor oficial. Em geral, o interlocutor visado é o viajante que passa por ali.

B)



Trata-se de um texto estampado em uma placa à margem do rio Paraguai (Cáceres), em frente a um restaurante. Nesse dizer, a posição de locutor cabe a instituição, que enuncia – Secretaria de Turismo e Meio Ambiente. Quanto ao interlocutor, é o próprio morador, os habitantes da cidade.

Dessa maneira, ler o texto nesse espaço, exposto pela Secretaria Municipal de Turismo, mobiliza gestos de interpretação no social, dada a sua tessitura. A historicidade, entendida na análise de discurso, é constitutiva. Na sua construção, não se parte de um conhecimento sobre o texto, ao contrário, questiona-se o texto. A análise parte do próprio texto, uma vez que esta *peça*³⁶ é significativa enquanto materialidade histórica. “Não se trata, assim, de trabalhar a historicidade (refletida) no texto, mas a historicidade do texto, isto é, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentidos” Orlandi (1996:55). Em outras palavras, é o próprio trabalho de compreender o sentido, o efeito desse sentido ao sujeito que é sujeito à interpretação, que é chamado na análise de discurso, de historicidade.

Há um gesto político que instaura todo texto dividindo sentidos, remetendo-os a certas formações discursivas e não a outras: *dizer onde tem lixo não tem turista* remete a outros funcionamentos de outras formações discursivas. Ou seja, para Pêcheux (1995):

Numa palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria “próprio” vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com

³⁶ ORLANDI (1996:14) pensa o texto como uma “peça” já que não se pensa o texto como original, mas em sua materialidade com suas articulações na construção do ou dos sentidos.

outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva (p.161).

A citação a partir de Pêcheux nos faz compreender que a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido. Assim, o texto exposto pela Secretaria de Turismo e Meio Ambiente é levado a *escutas* significativas. A que remete um enunciado grafado em um jogo de cores? Que memória o intradiscorso trabalha nesse enunciado, com o vermelho, o preto, e o azul? Como esse conjunto significa no imaginário dos sujeitos que atravessam a cidade?

A memória é pensada em relação ao discurso, àquilo que já foi dito em determinadas condições e que inconscientemente é retomada na formação do divisível, funcionando como um pré-construído. “O saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do divisível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI,1999:31).

Assim, tudo o que já foi dito sobre lixo, limpeza, emprego, fonte de renda para a região, **preservação do meio ecológico e conscientização**, por distintas posições-sujeito em momentos determinados, constituem sentidos. Dessa maneira, o dizer de uma placa é um texto significativo. A formulação ONDE TEM **LIXO NÃO** TEM **TURISTA**, pelo fato de estar exposta à circulação, no espaço do comércio urbano, tem o seu sentido instituído, organizado: onde tem lixo não tem turista. O mesmo funcionamento ocorre com as cores; cada cor traz uma memória, sentidos no simbólico das expressões. O vermelho, grafado na expressão **LIXO**, tem a sua carga memorável em acontecimentos de lutas de classes, textualiza a poluição, a possibilidade da contaminação do rio, dos peixes. Em suma, o perigo. Quanto à palavra **NÃO**, em preto, silencia a vida, os possíveis acontecimentos favoráveis à circulação da vida, da moeda aos cofres públicos e privados. Há um **NÃO** em alerta, em sentinela, em negrito, que traz à memória da interdição o luto, o fechamento. E, finalmente, a cor azul na expressão **TURISTA** textualiza o simbólico da serenidade, traz à tona o azul-celeste, o escuro das águas, o que é bem-vindo.

Nessas diferenças de cores no jogo com o simbólico, a posição do locutor convoca na transitividade urbana os seus possíveis interlocutores à injunção a diferentes gestos de interpretação. Podemos observar que esse dizer dirige-se aos habitantes da cidade. De uma certa forma, o cidadão está sendo convocado como o

responsável pela limpeza e conservação do ambiente, pela venda da imagem do local para a visita do turista.

C – Placas localizadas às margens do rio Paraguai em frente aos estacionamentos de barcos, lanchas e canoas.

1) Turista, ajude-nos a conservar, o Pantanal

Não deixe lixo nos

Acampamentos e não jogue latas

E sacolas plásticas no rio.

2) Aqui se inicia o Pantanal,

Paraíso dos pescadores.

Ajude-nos a preservá-lo.

3) As gerações futuras agradecem seus

cuidados com o Pantanal.

A cidade ribeirinha se transforma

Com sua chegada!

Seja bem-vindo!

4) Turista, se você ama a natureza, aqui

E o seu lugar!

Seja bem – vindo!

Como sabemos, o espaço urbano faz parte da organização do ser humano. Nesse meio de dízíveis, as informações se cruzam, se repetem, jogam com diferentes posições-sujeito.

As placas sinalizam o alerta à *preservação ecológica*, produzindo um mesmo dizer, que se reformula em cada placa. O locutor é a própria cidade, o próprio rio que fala de um lugar importante para o turista: “ Aqui se inicia o Pantanal paraíso dos pescadores. Ajude-nos a preservá-lo.”

A idéia, o pedido de **Preservação e Conscientização**, atravessa o mesmo que se repete, abrindo para o efeito de sentido do outro e também para

diferentes sentidos no mesmo (cada conjunto de placas tem imagens de diferentes interlocutores). Há um jogo com a memória do interlocutor, constituindo deslocamentos, movimentos possíveis de leitura nessa espacialidade urbana.

Os dizeres das placas configuram interlocutores como: **os habitantes e o turista**. O turista como um cidadão que é bem-vindo, mas que textualize o gesto de preservar o espaço do rio, na prática. Podemos compreender, assim, que o texto abre-se para múltiplos sentidos, dá margem ao imaginário do que é o turista e como o rio significa para a cidade. Ao mesmo tempo, esse efeito ideológico naturaliza o dizer sobre a preservação.

Idealiza-se um **sujeito-eco**³⁷ na materialidade simbólica, mesmo que ele não se mostre. É preciso que pensemos nas condições de produção, no cruzamento dos discursos desse sujeito-eco, que a nosso ver é constitutivo de uma tipologia do dizer ambiental. Assim, de que lugar são expostos para o social tais enunciados? Como essa busca da preservação se organiza no urbano da cidade? É através dos questionamentos que atravessamos a materialidade simbólica que joga no social com os possíveis interlocutores. É daí que pensamos na posição das placas na beira-rio. A placa está ali indicando que há um movimento, uma circulação de sentidos. É um lugar importante, onde quem está falando para seus habitantes, aos turistas, é o rio. A formulação dos dizeres das placas traz a repetição do apelo ao ecológico, à limpeza, aos cuidados com o ambiente no ambiente.

Na análise de discurso, a repetição (paráfrase) se refere à reiteração do mesmo. Já a polissemia³⁸, à produção da diferença. Há, dessa forma, uma diferença no feixe dessa produção de sentidos. Em paráfrase e polissemia um dizer não se perde no outro, ou se funde tão simplesmente pelo apagar das luzes. O mesmo, o repetível, o diferente, o polissêmico, trabalha necessariamente com o imaginário na constituição dos sentidos.

O que fica em evidência nesse processo discursivo são os deslizamentos, os processos de metaforização, a transferência que o discurso requer com a historicidade – interdiscurso, e não com as condições de produção.

Isso mostra que o que decide não são as condições de produção imediatas mas a incidência da memória, do interdiscurso. Aquilo que, da situação, significa é já determinado pelo trabalho da

³⁷ O sujeito-eco é a nosso ver constitutivo imagetivamente, a partir do simbólico de diferentes textos.

³⁸ . ORLANDI (1998) in Revista *Rua* nº4 trabalha a paráfrase e a polissemia como eixo que estrutura a língua em funcionamento.

memória, pelo saber discursivo, ou seja, aquilo que já faz sentido em nós (...) Assim, o que funciona no jogo entre o mesmo e o diferente é o imaginário na constituição dos sentidos, é a historicidade na formação da memória (ORLANDI,1998:15).

A língua, compreendida em seu funcionamento, mostra como nos dizeres circula um mesmo repetível, mas que desliza porque trabalha naquilo que se silencia entre palavras.

2.4 As Pinturas ecológicas

Os rios e seus espécimes significam diferentemente no imaginário de diferentes posições-sujeito. Ao tomar para análise, o discurso ecológico que discute a interface entre o homem e o ambiente pesqueiro, é imprescindível dizer que o peixe, na região, é um objeto simbólico que mobiliza sentidos.

A expressão - peixe³⁹ - é deslocada, toma várias formas nessa dimensão simbólica urbana: no artesanato, nas pinturas em tela ou nas pinturas em postes de energia elétrica, nos bares, restaurantes, comércio, cada um a seu modo, o peixe libera sentidos.

Dessa maneira, há instalada nesse lugar uma memória elaborada funcionando, textualizando sentidos na materialidade discursiva. Esta vai desenhando imagens na paisagem urbana.

Assim, o rio derrama sobre a cidade sentidos diversos; deixa de estar à margem da cidade e a atravessa investido de uma verdadeira efusão discursiva. Em Cáceres, os postes de energia elétrica do centro da cidade, próximo ao rio, à praça matriz, foram pintados por pintores profissionais com figuras coloridas de peixes como: dourado, piranha, pacu, cachara e pássaros nobres que simbolizam o Pantanal, como o tuiuiú.

Nessa linhagem está inserido o **discurso ecológico**. A *preservação ambiental* está inserida nessas imagens que a excede amplamente no trânsito

³⁹ A palavra peixe vem dos gregos com o uso de “ichtyes”. Daí ictiologia ser o estudo científico dos peixes. Porém, o nome comum “peixe”, deriva do latim “pisces”. Mas, desde os primórdios da civilização o peixe tem um significado muito especial. No peixe e a pesca significam sustento abundante, dieta rica e, economicamente, o mais viável recurso para subsistência, pois a própria natureza se incumbem de fornecer-lo gratuitamente. Fonte – www.padua.adm.br/pesc

urbano. É bonito, é decorativo, mas ele tem aí a sua inscrição de marketing que significa, que sustenta a historicidade do texto, na formulação de um fragmento do discurso ecológico. Daí a importância de se trabalhar o jogo, a transitividade, a exterioridade.

2.5 O Sujeito Pescador

O espaço urbano é carregado pela memória de apelo ao equilíbrio ecológico, trazendo à tona a figura do ribeirinho, do artesanal, do pescador dito profissional.

O mundo do pescador, nas narrativas, é constituído de antíteses. Pescar – não pescar. Englobam nesse universo céu, luas, nuvens, chuvas, ventos, piracema, risco de vida e fartura. A manifestação de fenômenos da natureza para o pescador tem a sua recorrência. São elementos de essência viva que têm um sinal. Simbolicamente o pescador traduz da paisagem se o tempo é favorável ou não à pesca.

Ainda que o trabalho tenha lá os enfrentamentos, as dificuldades e as tensões, o rio para o pescador tem diferentes valorações. É uma profissão que joga com diferentes sentidos. Observemos no trecho abaixo a configuração da fé, que é constitutiva do discurso religioso.

1) A parte histórica sobre o pescador... é...é... desde tempo de Cristo... então...Cristo andava na terra que ... então ele estava escolhendo os apóstolos dele que ... e... então ele encontrou Pedro pescando... (...) Essa é a história do pescado desde o princípio do mundo (...).

O mesmo mergulho significativo de coragem, de herói, pode ser visto nas fabulosas narrativas sobre causos ocorridos durante a pesca.

2) É se a gente não resistir de coragem... num aguentar porque tem mosquito ... lá nós arma rede lá naqueles pé de pau lá ... (...) E a onça tem um punhado também ... nós fica de olho pro mato de noite... (o riso toma conta de todos) que beradeia mesmo prá água... Achô um jacaré lá de jeito, pápulô, e saiu rastano, e se é uma pessoa, né... Já tinha ido também. (Pescador Ribeirinho com + ou menos – 30 anos).

Nessa significação do rio, cada pescador, nas entrevistas de n.º 1 e 2, a seu modo, se reveste/significa esse/nesse espaço simbólico como um lugar latente, fantástico, carregado de surpresa, encantamento e lendas. Vejamos as “mentiras” caracterizadas como narratividade de pescador.

3) Caso de pescadô é o seguinte, né, às vezes, você vai aqui e eu vou lá pescá (...) chega lá falo assim... fulano vai lá que lá tá bom de pegá peixe. Sê esse minuto ele vai lá chega lá e num pega um peixe né. Ele fala: Você é bem mentiroso, né cara, eu fui lá e num peguei nada. Às vezes, o cara num tem sorte! (risadas) Eu peguei um com cinqüenta quilos, lá no quebra-nariz, pegamo um surubim. Já peguei pacu com doze quilos”. (pescador com 35 anos de pesca).

4) É verdade, é isso memo ... (...) os peixe maior que escapam que é os maiô ... os pequeno pega tudo, os grande escapa, mas é lógico por que os grande faz mais força, né, às vezes, é veaco (...) eles pega na isca e puxa... nego, ferra às vezes pega só no beicho dele e escapa, né. Ah! Ocê é mentiroso (...) o maior peixe que já peguei, o pintado ele foi o maior, com dezesseis quilos, o jaú tinha vinte e dois. (Pescador ribeirinho com mais ou menos 25 anos de pesca).

Nessas narratividades pesqueiras o homem se subjetiva, se coloca, se marca na posição histórica de sujeito pescador. Ao dizer que é uma profissão que vem desde Cristo, na entrevista de n.º 1, o sujeito pescador reforça a identidade dele pelas águas em uma mistura de credence religiosa, necessidade de trabalho, de subsistência que vem desde os tempos imemoriais. O rio é de todos e ao mesmo tempo de ninguém.

Quando afirmamos que o rio é de todos e de ninguém, queremos retomar aqui uma pesquisa que foi feita em Mato Grosso, sobre o rio Cuiabá, coordenado por Diegues (1996)⁴⁰, em que as comunidades ribeirinhas são constituídas a partir da abolição da escravatura. Daí a instalação dos pescadores à beira-rio, como não tinham condições financeiras de comprar terras, iam aos poucos alargando-se, construindo casebres nesse lugar, à beira-rio. Com a valorização das terras próximas à beira-rio, os ribeirinhos são “convidados” a deixar o local e

⁴⁰ Ver DIEGUES, Antônio Carlos S., sobre *Estratégias de Sobrevivência de Comunidades Tradicionais no Pantanal Matogrossense*: relatório preliminar. NEPAM- UNICAMP, 1996.

residirem não mais próximos ao rio, e sim, na periferia da cidade: é o *desenvolvimento urbano*.

O crescimento urbano é um processo espacial e demográfico, e refere-se à importante crescimento das cidades como locais de concentrações da população numa economia ou sociedade particular (CLARK,1995:61).

2. 6 Pesca : Gestualidade e Silêncio

Diegues (1996) diz ainda que: *Os pescadores desenvolveram um saber especializado que implica em grande conhecimento do rio, das estações do ano, das unidades de recursos, do comportamento dos peixes*. Em nossas entrevistas e nas várias visitas à beira-rio, observamos no gesto matreiro, na vaguidão, na espera, um dizer que significa a relação dos apetrechos de pesca com o real.

Na gestualidade das mãos, ao dizer sobre a sua profissão, é como se, ali, historicamente, o sujeito estivesse fisingando o peixe. O jeito matreiro e silencioso de dizer é carregado de pausas, gestualidade das mãos e silêncio. Há, uma gestualidade significativa no dizer do pescador, que materializa de determinada maneira a sua convivência com o espaço pesqueiro: “Thu (...) É verdade, né, nós num temo condições de ... (thu), (faz com os lábios, o pescador)”.

Trata-se de um gesto, significativo *que intervém no real do sentido*. Como a linguagem não é pensada aqui como transparente, esse movimento do pescador também não é transparente, já que o sujeito de uma certa forma significa o seu lugar, o seu trabalho, no discurso.

Nesse ir e vir é preciso dizer desde os tipos de anzóis apropriados, para a fisingada, pois “(...) o peixe tem o segredo dele, rota,(...) não é qualquer anzol, ou barco barulhento, precisa de concentração e sorte”. É preciso dedicação, sorte, esta é uma técnica que, segundo os pescadores, não está na Lei, está na relação dele com o rio, no conhecimento do comportamento do peixe, rotas migratórias, em

movimentos precisos de remos e batelões⁴¹ ou pequenas embarcações como as canoas. Há quem diga que as canoinhas de tão estreitas são chamadas de *desentera um*. “Essas canoinhas elas são próprias, encosta em qualquer beco, tem que tomar cuidado, se não lá vai um, né, desentera um”. Esse dito popular referido entre pescadores, refere-se a perda de amigos, familiares no leito do rio, no emborcamento de canoas pequenas, estreitas. Toda maestria é para facilitar o manejo com o rio, a pesca e, principalmente, para não afugentar os peixes. Não há barulho, há trabalho, silêncio.

Essa relação de conhecimento do ribeirinho com o rio é também, para o pesquisador, o Biólogo, fonte de pesquisa, Vejamos nesse recorte:

(...) os pescadores é um exemplo pra gente de como tratar o rio, de como saber lidar com o rio. Quando a gente trabalha, é, é.. com os pescadores, nós chamamos dentro da biologia de ETENO, Etenoconhecimento, né...pra gente aprender muito mais com eles como que eles lidam com o rio, de que forma que eles respeitam o rio, é...de que forma eles conhecem as pessoas que trabalham com o rio, né, os, os próprios peixes, eles conhecem muito mais aqui do que a gente os nomes populares, os nomes vulgares, então nós acabamos aprendendo com eles é uma lição de vida porque eles sabem a importância de preservar o rio, de conservar esse rio, né, e também porque é uma fonte de renda também prá eles como já havia dito anteriormente, e isso é passado de geração em geração..Aqui em Cáceres, por exemplo é um, é um fato histórico, é, essa passagem de geração em geração essa atividade que eles exercem há muito tempo.

(entrevistado – Biólogo)

O recorte nós mostra que há um jogo de sentidos, uma imbricação entre o conhecimento científico, com o popular “(...) os pescadores é um exemplo pra gente de como tratar o rio, de como saber lidar com o rio. Quando a gente trabalha, é, é.. com os pescadores, nós chamamos dentro da biologia de ETENO, Etenoconhecimento, né...pra gente aprender muito mais com eles como que eles lidam com o rio.” Ou seja, fica diluída a fronteira entre essas formas de conhecimentos, há respeito, aprendizado, o que o biólogo chama de etenoconhecimento. A maneira como o pescador ribeirinho relaciona-se com o rio, para o biólogo, configura a preservação.

⁴¹ O batelão é uma espécie de embarcação pesada, de madeira resistente, porém maior que uma canoa. É preciso muita força e remo para o trânsito dessa embarcação.

A música popular brasileira, também, retrata a figura do pescador, a gestualidade, a mansidão de dizer “... *Rio acima peixe bom/ passarada matagal velho bugre entoado/seu antigo ritual pantaneiro*”. Almir Sater e João Bá⁴² descrevem a vaguidão do pescador, a busca do peixe bom, o ritual pantaneiro. Nessa discursividade, observa-se o movimento do sujeito pescador, a malícia do sentido. Daí a mansidão do dizer sobre a pescaria mobilizar conhecimentos, a memória, o interdiscurso. Câmara Cascudo, em *Jangada*, diz sobre o silenciamento do pescador. Nesse trânsito entre homem e natureza, chama o pescador de “*profissional do silêncio*” e diz ainda que “*o ressoar da voz humana afugenta o peixe*”(p.19). Vemos aí o silêncio fundador, que não se diz porque se produz, já diz nesse silêncio, no vazio, *os sentidos se derramam*.

Vejamos o que diz o pescador:

1) O tempo passado era bom demais porque, sê Vê que o rio era mais estreito, **agora** que esses turistas eles passam e vai disbarrancando cada vez mais, vai desbarrancando, vão acabano o rio. E o peixe foge, né, o peixe corre tudinho... lá onde nós pesca tem dia que rem vinte e dois barcos na área, que nós pesca, né, **aquele barulhera lá o peixe em vez de subi, ele vai embora, né, ele sobe, num desce** ... eles num pega e nós num pega também ... quer dizer eles atrapaia nós duma veiz né, mas o que, que nós vamos fazê, nós num pode fala nada porque são tudo documentado também, né, o rio não é meu, não é dele, né, pode pescá, né, tranquilo, né. Eírleia a linhada e vai embora pro barraco **discansá, né. Mas eles estraga mesmo... turista estraga muito.**

“...*aquele barulhera lá o peixe ao invés de subi, ele vai embora, né, ele sobe num desce*”, existe aí uma falta, que o pescador não diz, mas que significa, se estrita, se refere ao silêncio. A ausência do silêncio que é tradição na pesca, Laberge diz que: “O pescador reflete o silêncio das águas”. (p.45)⁴³

Mas o que dizer do silêncio do pescador ao dizer que:

“...fazê, nós num pode fala nada porque são tudo documentado também, né, o rio não é meu, não é dele, né, pode pescá, né, tranquilo, né. **Enleia a linhada e vai embora pro barraco**

⁴² . Em Boleiro do Nabilique – Almir Sater e João Bá cantam o ritual pantaneiro, a mansidão das águas e os olhos dos bichos atravessando sentidos.

⁴³ LABERGE, Jaques. “As naturezas do Pescador”. In *A Imagem das Águas*. Antônio Carlos Diegues (org.), Hucitec, USP,2000.

discansá, né. Mas eles estraga mesmo... turista estraga muito (grifos nossos).

Que sentidos estão no gesto do pescador enlear a linhada e ir pro barraco descansar? Seria impotência, sentimento de exclusão do que é seu, ou sentimento de ser documentado e isso não fazer a diferença já que o outro, o turista, também tira carteira temporária e também **é um pescador** mesmo que **temporário**? Como o discurso se constrói aí, no silêncio, pontos de entrada que textualizam a falta, o equívoco que é próprio da língua? Nesse lugar, o sujeito-pescador ribeirinho se subjetiva, se vê, se nega, deixa o silêncio dizer.

A temporalização passado e presente em – o tempo passado e agora - traz na discursividade a referência do surgimento de um novo elemento que vive nesse real. Um sujeito configurado como **turista**⁴⁴.

A referência em terceira pessoa para o turista, na entrevista de n.º1, o coloca como um depois, que vem justamente com a imagem da destruição – “esses turistas eles passam e vai disbarrancando cada vez mais, vai desbarrancando vão acabano o rio. E o peixe foge (...) aquela barulhera”. O pescador reclama do barulho, numa alusão ao silêncio que é constitutivo para a pesca. Observemos nesta linha teórica, como o silêncio significa:

O funcionamento do silêncio atesta o movimento do discurso que se faz na contradição entre o “um” e o “múltiplo”, o mesmo e o diferente, entre paráfrase e polissemia. Esse movimento, por sua vez, mostra o movimento contraditório, tanto do sujeito quanto do sentido, fazendo-se no entremeio entre a ilusão de um sentido só (efeito da relação com o interdiscurso) e o equívoco de todos os sentidos (efeito da relação com a língua) (ORLANDI,1997:17).

Assim, os sentidos se constituem, tomam corpo e dizem, pela gestualidade, o lugar de onde vem, daquilo que o sujeito faz, o que ele exercita: *eu vejo assim, a presença do ribeirinho como uma parte desse ambiente como um todo* (bióloga).

⁴⁴ Segundo o verbete do Dicionário Aurélio Buarque de H.Ferreira, Turista 2p.s. Pessoa que faz turismo. Turismo sm. Viagem ou excursão feita por prazer, a locais que despertam interesse. Essa expressão não será por nós definida como descreve o dicionário. Essa palavra - turista - será pensada, a partir da discursividade em que ela for textualizada. Assim, no decorrer deste trabalho definiremos a nosso ver o sentido, a posição do turista, no discurso ambiental, na comunidade pesqueira, no social.

Nessa direção, o universo da pesca não é diferente. O material de uso diário, no caso, a linha, cada uma, configura um número, que significa para o pescador uma narratividade pesqueira, uma emoção, um acontecimento.

A linha e a isca constituem para o pescador uma situação peculiar de subjetividade. Cada uma individualiza a possibilidade de fisgar um peixe, de constituir uma nova narratividade que circulará como trabalho, causo, lenda, conto, entre outros, já que a pesca na região é considerada uma tradição familiar na vida de pessoas que, desde muito jovem, receberam como herança uma canoa, os remos e os anzóis. São pescadores ribeirinhos que cultivam o mesmo gesto de ir e vir no corpo do rio por vinte, trinta anos. De separar as linhadas de n.º 20,30,40,50,60,70,80,90,100, cada uma significando, em um movimento, a fisgada do peixe bom, o peixe nobre, o peixe de comércio. Tais como: o pacu, o pintado, o cachara, a piraputanga, o piavuçu, o dourado, a jiripoca. Há outros peixes, que são consumidos, como o bagre, a piranha, popular na culinária para o caldo de piranha, o palmito, entre outros, mas que são considerados inferiores para o comércio.

As linhadas de n.º acima de cem milímetros, como diz o pescador, *é a linha forte de cem milímetros que sustentam o peso, a luta de um jaú*. É desse lugar, dessa posição-sujeito, que o pescador observa o rio e diz:

“... muita gente fala que o pescadô tá... destruindo beira do riu, mas é ao contrário num é nós que tamos destruindo ... quem distrói é os próprios, é os próprios turista que desce acha um pé de coqueiro, invés de tirar o cacho do coco eles cortam o pé do coco, do coqueiro... o ano que vem o coco, o coqueiro já não dá mais fruta porque já cortou ele, e aí vai destruino vai acabano. Nós quando qué tirar um cacho de coco, nós pega uma vara, puxa o cacho ê, ê o ano que vem ele já vai dar dois, treis cachos mais, né, nois não num, num devoramos nenhum pé de coqueiro na beira desse rio Paraguai.”

Há um movimento, um jogo de imagens nesse dizer, entre a posição sujeito-pescador, que é visto pelo social como o depredador, e a posição-sujeito turista que é visto pela comunidade ribeirinha como aquele que não tem *conscientização* no que se refere à *preservação da natureza*. O pescador ribeirinho desloca desse lugar da depredação e coloca o turista como um possível depredador, a partir do gesto desse sujeito pescador-turista com as plantas nativas da beira-rio. Isto pode ser lido no dizer do entrevistado:

“... quem destrói é os próprios, é os próprios turista que desce acha um pé de coqueiro, invés de tirar o cacho do coco eles cortam o pé do coco, do coqueiro... o ano que vem o coco, o coqueiro já não dá mais fruta porque já cortou ele, e aí vai destruindo vai acabano. Nós quando que tirar um cacho de coco, nós pega uma vara, puxa o cacho ê, ê o ano que vem ele já vai dar dois, três cachos” (grifos nossos).

Dessa forma, há, no comércio, iscas de diferentes tipos, como o mussum, o caranguejo, tuvira, lambari, massas de trigo, milho, chicletes como o babalu, guloseimas com cheiro atrativo, colorido para ir substituindo os frutos da beira-rio que estão cada vez mais escassos, como: laranjinha, marmelada, coquinhos de urucum, roncadador, jenipapo.

Nessa linha, da tradição, da cultura de um povo, a comunidade ribeirinha é, de fato, a mais afetada pelo discurso autorizado dos órgãos oficiais e não-oficiais em relação à lida com o pescado. É nesse ponto do conflito discursivo, *das novas versões sobre preservação ecológica*, que a pesquisa pretende contribuir com a comunidade-alvo: a cidade, os pescadores profissionais. É na análise da materialidade simbólica que a própria cidade produz, como também nos diferentes discursos que circulam pelo espaço urbano sobre a pesca em Mato Grosso que trabalhamos o efeito de sentido da pesca na região.

Em outras palavras, procuramos descortinar uma situação que é histórica, mas com seus sentidos naturalizados pela ideologia que implica no apagamento do sujeito-pescador ao se significar enquanto profissional. Assim, ao analisar o discurso sobre a preservação do peixe e suas re-significações na vida dos pescadores profissionais, reiteramos a noção de que a linguagem se constitui na sociedade, com e para os sujeitos falantes, e não à margem dela.

É nesse lugar de conflitos, de *poder e tensão*, que perguntamos ao Biólogo, na posição de pesquisador, quem **depreda** o rio?

Bom, é... se a gente for falar, que a maioria das pessoas... que não tem essa sensibilidade **TODOS depreda o rio, MAS em maior ou menor escala**. O agricultor ele tem uma escala de depredação, né, porque em algumas partes do rio Paraguai, como de outros, outras bacias, a , a ... o rio é depredado para aproveitamento do seu leito para plantio, outros para aproveitamento de sua areia, então com a

draga de areia. Em outras áreas também que todo mundo tem esse conhecimento de ocupação de garimpo hoje com menor intensidade, mas é ainda comum ocupação de garimpo.É.. outros, de setor madeireiro, também ocupa muito, né, destrói depreda muito o ambiente. Então, eu acho que é um pouco difícil dizer quem depreda. Existe com maior intensidade, ou menor intensidade. **O homem na zona urbana** por exemplo, quem não tem essa sensibilidade, quem não conhece, né, também joga, **acaba jogando lixo no rio, os esgotos são lançado no rio, então isso é um problema da Prefeitura, um problema do governo Estadual e Federal** né, em relação, né, em relação a esse problema, a esse grande acúmulo de lixo, e outros detritos no rio,né ou em outros afluentes, córregos e sangradouros, por exemplo, né, então existe em **maior ou menor escala**, só que em menor escala ela pode ser trabalhada, através de educação ambiental,né, você pode trabalhar uma determinada população, uma comunidade, pode trabalhar a partir da escola (...) (Entrevistado – Biólogo- grifos nossos).

É esse discurso urbano, de poder sobre conscientização e preservação do ecológico, no espaço do rio, que se abre para gestos de interpretação. No dizer acima, não há uma figura do depredador constituído pelo Biólogo. Há uma pluralidade de ações de **diferentes sujeitos**, que estão, poderíamos dizer, **inscritos no rol de depredadores**. “**TODOS depreda o rio, MAS em maior ou menor escala.**” A figura do ribeirinho, não é na linguagem do pesquisador, o único depredador. Há uma ausência nesse gesto de poluir o rio, dos dizeres que estampam as propagandas, sobre *conscientização e preservação*. Já que, segundo o nosso entrevistado: *quem não tem essa sensibilidade, quem não conhece, né, também joga, acaba jogando lixo no rio, os esgotos são lançados no rio, então isso é um problema da prefeitura, um problema do governo Estadual e federal (...) para que os efeitos de sentido da preservação ganhe consistência no social, notamos a necessidade da retomada dos valores ambientais.*

Assim, não há como não dizer, não há como não interpretar aquilo que nos envolve: o espaço, os signos, os ícones, a linguagem que delimita e se abre para escutas. É preciso não só dizer sobre o fato, mas trabalhar a ação sobre o fato, no social.

2.7 O Lugar da Pesca: Uma Organização Política

Durante as entrevistas com os pescadores, ao longo do rio, observamos que existem “reservas de pescas” do pescador com o ponto de pesca. É ali que ele seva. A seva é um termo usado para demarcar um lugar fixo, onde o pescador joga determinados tipos de alimentos, como, a soja e a quirera de milho, para “segurar” o peixe naquele local. Esse movimento do pescador com o rio retrata uma organização política entre essa comunidade de pescadores com o espaço do rio. Entre os ribeirinhos há uma linguagem de defesa do ponto de pesca como um lugar tradicional. É um limite, dentro de um todo que é o rio. É nesse lugar que, segundo alguns pescadores, “ eles chegam aqui, a FEMA, conversam olham os cestos, revistam, tudo, né”. A Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEMA, os visita, fiscaliza a medida adequada, o material para a captura do pescado e vê a conservação do local de pesca e do peixe. O trabalho do ribeirinho, a relação desse pescador com o rio, com os peixes

Assim, no dizer com o olhar fixo para o rio, o sujeito toma esse espaço e faz dele parte do seu mundo, do seu sentido. O sujeito se subjetiva ao contemplar o rio, a canoa, os anzóis, os apetrechos. Dessa maneira, o dizer do pescador é também artesanal “às vezes é veaco (...) eles pega na isca e puxa ... nego, ferra às vezes pega só no beíço dele e escapa, né... Ah! (...)”.

Esse movimento - **puxa, nego, ferra** - configura, segundo Orlandi (2001),⁴⁵ “ presença do corpo na produção dos sentidos e faz parte do que chamamos “materialidade da linguagem”. O sujeito gesticulariza de dentro do acontecimento, silencia a fisgada e escapa a presa. Aqui é o corpo da linguagem fazendo sentido no dizer do pescador ribeirinho. O sujeito, dada a sua posição, se diz ao dizer. Ou melhor dizendo, **é fisgado na formulação de suas palavras**, dando visibilidade na materialidade da linguagem sobre a sua profissão de pescador.

Dessa maneira significativa, o sujeito do sentido dá ao discurso sua presença, relata a emoção, o movimento e a satisfação. Retomando a mesma autora, “Formular é dar corpo às palavras. (...) o gesto como prática significante que traz em si tanto a corporalidade dos sentidos quanto a dos sujeitos, enquanto

⁴⁵ . ORLANDI, (2001) em *Cidade atravessada*, trabalha o sentido, a presença do corpo no funcionamento da linguagem. Nesse estudo a autora traz a figura do dublador Garrinha com a bola e as palavras.

posições simbólicas historicamente constituídas, ou seja, posições discursivas (lingüístico – históricos)”.

No discurso, o sujeito se diz de uma determinada posição, investido de sentido. A linguagem em funcionamento não fica apartada, solta aos reflexos daquele que a historiciza. Há uma carga de vestígios que significam no gesto daquele que diz, o lugar que ele, enquanto sujeito ocupa no social.

É nesse sentido que trabalha a Análise de Discurso, pensando a interpretação nesse real. Para Pêcheux (1997:54), “(...) é porque há o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse próprio ao languageiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transparência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar”

Assim, novos gestos são instaurados sobre o *corpo* do rio, discursos institucionalizados ou não-institucionalizados são colocados para serem lidos: são normas, sentidos impressos.

III. PIRACEMA: UM SLOGAN

Neste terceiro capítulo, discutiremos a constituição de sentidos a partir de textos jornalísticos e slogan de campanha sobre a piracema no Estado de Mato Grosso, 1998.

A cidade entre os meses de outubro e fevereiro fica povoada por textos que se estampam em cartazes, panfletos, um jogo de letras, de cores, de desenhos, de apelo à vida, à *conscientização* e à *preservação* do peixe no rio. É a piracema!

A piracema é a época em que os peixes, em cardumes, sobem o rio. Como nos disse um pescador ribeirinho “ *o peixe fica bobo, encantado nessa época. Então, ele, o peixe fica lerdo.*” É daí a idéia do afastamento do pescador do rio, das nascentes, indo da aplicação de multas aos possíveis transgressores da Lei de Pesca, para que o peixe possa procriar, fazer a desova.

Nesse gesto de atribuir direitos e deveres aos pescadores, o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), através do Departamento Especial de Assessoria à Educação Ambiental, expõe para o social textos que se inscrevem no discurso, da ordem da *preservação ambiental*. Esse tipo de texto passa a fazer parte do cotidiano das pessoas, pois é exposto no meio urbano tais como: escolas, restaurantes, postos de gasolinas, feiras comerciais, casas de materiais de pesca, bares, rodoviárias entre outros.

Há entre o dizer institucionalizado dos cartazes e o espaço da pesca uma tensão discursiva. Já que, há um dizer a ser cumprido e uma memória de pesca sobre o espaço do rio que “reclama sentidos”.

A pesca na região vem de uma cultura, de uma memória “livre”, de limites não-institucionalizados. Pois, segundo consta, esse convívio com o rio data da fundação da cidade de Cáceres, em 1778. O homem fez, desse espaço do rio, um meio de sobrevivência, ausente de regras institucionais. Observemos o que diz um entrevistado:

(...) é o seguinte, a Lei Federal, a Lei da Natureza, a Lei n.º 9.605 Federal de fevereiro de 98 é uma Lei que até então, **a pesca não era considerada crime e hoje ela se tornou crime**. O próprio artigo 34 da Lei 9.605 quando for pescar em lugares que for interditado pelos órgão que licenciam ou, pescar com utilização de aparelho, substância, né, ii, quantidade superiores permitidas, é.. em épocas de piracema, né..isso aí **hoje é considerado crime, podendo as pessoas, por exemplo, pegar reclusão de um a cinco anos**, né. Isso vai variando de acordo com o crime, se ele pescar em lugares, por exemplo, interditados pelos órgão competentes, a pena de detenção é de um ano a três anos, mais a multa” (Entrevistado – IBAMA) (grifos nossos).

Com a institucionalização da FEMA no Estado de Mato Grosso, através da Lei complementar n.º 14 de 16 de janeiro de 1992, artigo 38, inaugura-se o lugar do jurídico sobre os direitos e deveres. É um gesto político, legítimo para a região, para o setor da pesca.

(...) até o ano de... de 1996, a competência de emitir licenciamento e legislar sobre a questão da pesca era restritivamente ao IBAMA. Então **em 1996, foi firmado um convênio entre o IBAMA e a FEMA que é o órgão do Estado, hoje responsável pela pesca**. O IBAMA transferiu toda a utilização de emissão de documento ao pescador, tanto profissional, como ao pescador amador, como a própria pesca científica.” (Entrevistado – IBAMA)

Dada a instauração do fato jurídico fica um não-dito entre o antes e o depois da institucionalização da FEMA, na cidade, na região pantaneira. “**A pesca não era** considerada crime **e hoje ela se tornou crime** (...) hoje é considerado crime, podendo as pessoas, por exemplo, pegar reclusão de um a cinco anos (...).” IBAMA

Há uma via jurídica que representa a defesa da pesca não-predatória, a fiscalização, a interdição do rio no período da piracema, como também do pescado no comércio, como prescreve a Lei de Pesca n.º 6.672. À medida que o funcionamento do discurso jurídico legitima-se no social, no controle do pescado, o sujeito é interpelado a significar, a interpretar, que a determinação jurídica, *a defesa de uma ordem de razões necessariamente silencia a outra*. (LAGAZZI,1998:116).

Art. 11 – Durante a piracema, somente poderá ser comercializado o estoque de pescado previamente levantado e vistoriado pela FEMA,

em data anterior ao seu início. Lei Estadual de Pesca 6.672, do Estado de Mato Grosso.

Nessa direção, o dizer institucionalizado das campanhas de preservação sobre o ambiente pesqueiro tece sobre o social o *discurso ecológico*. Como o discurso, não é fechado em si, há pontos de entradas no texto. É nossa pretensão compreender a tensão, a força coerciva que se configura nessa linguagem, no social.

O slogan “Caiu na rede **É CRIME!**”, exposto nos espaços urbanos, durante a campanha realizada no período da Piracema de 1998, pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEMA), joga com o seu possível interlocutor.

Assim, o enunciado “Caiu na rede **É CRIME!**” evoca, à memória do dizível, e pode ser parafraseado por: “Caiu na rede, é peixe”, que significa a indistinção: **tudo**, se está na rede, é peixe. No caso presente, na formulação “Caiu na rede é CRIME”, o crime substitui peixe. Através desse efeito metafórico, essa formulação introduz a questão jurídica. A formulação é o lugar em que podemos ter acesso às formações discursivas.

Nessa direção, o slogan textualiza uma relação de autoridade da FEMA em relação aos demais que fazem uso do rio. Há um grande jogo entre as duas posições que têm relação com o rio. Uma é a instituição (o Estado), que configura discursivamente o lugar do jurídico em uma posição onde não se diz mas se subentende que *as leis existem para serem cumpridas*. Esta posição do institucional no social se deve à condição de assegurar a continuidade da piscosidade, através da fiscalização nos rios. O uso de apetrechos como a **rede** é proibido no rio porque arrasta não só peixes adultos, como também alevinos, peixes fora da medida, além de provocar marcas na pele dos peixes, causando ferimentos, o que impediria a devolução desse pescado para o rio, já que a sobrevivência do mesmo estaria em risco devido ao sangramento e a presença de animais aquáticos como a piranha, o jacaré, que são grandes predadores carnívoros.

De outro lado, temos diversos sujeitos que fazem uso do rio, como: pescadores amadores, pescadores turistas e pescadores ribeirinhos, os profissionais. Por isso pensamos em um grande jogo. Já que há interesses sócio-econômicos e políticos sendo colocados lado a lado sobre o leito do rio. Um com perfil institucional e, outro, comercial e lazer.

Vejamos o que diz o **Art. 8.º** - Considera-se predatória a pesca:

- I – nos lugares e épocas interdidas pela FEMA;
- II – de espécie que devem ser preservadas ou exemplares com tamanhos inferiores ao permitido;
- III – sem autorização expedida pela FEMA;
- IV - em quantidade superior `permitida;
- V - mediante utilização de explosivos;
- VI - com o emprego de substâncias tóxicas;
- VII - a 200(duzentos) metros a montante e a jusante de barragens, corredeiras, cachoeiras, escadas de peixes ou das embocaduras das baías;
- VIII- com o emprego de petrechos e métodos não permitidos tais como:
 - a) armadilha tipo tapagem, pari, cercado ou qualquer aparelho fixo;
 - b) aparelhos de mergulho;
 - c) aparelho do tipo elétrico, sonoro ou luminoso;
 - d) fisga, gancho e garatéia;
 - e) arpão, covo, espinhel, e tarrafão;
 - f) **rede de arrasto de qualquer natureza;**
 - g) substâncias tóxicas ou explosivas;
 - h) qualquer outro aparelho de malha.

O pescador diante do discurso que se espacializa na cidade, pelos textos fixados no urbano, é levado a interpretar, a dar um sentido ao meio que o cerca. Há uma ordem jurídica em funcionamento, como pontua o Art. 8.º, acima. O discurso criminológico da não-preservação instaura conseqüentemente a aplicabilidade da Lei de Pesca. Dessa forma, o não-dizer do pescador é flagrado no gesto de comando-obediência, que institucionaliza o cartaz – “ Caiu na rede É CRIME!”

3.1 Texto: Uma Escuta

Como pode ser observado nas análises, há uma dispersão de textos sobre a pesca na cidade de Cáceres. Essa forma de observar tipos diferenciados de textos possibilita uma mobilidade de análise, que permite discutir as formações discursivas, as condições de produção dos textos, sem deixar se envolver em um dispositivo ideológico. Como o texto é definido nesta perspectiva teórica?

Pêcheux (AAD-69)⁴⁶ diz que é a partir do *Curso de Lingüística Geral*, que ocorre um repensar sobre o estudo da língua e do texto. Até então, antes de Ferdinand Saussure e seu *Curso de Lingüística Geral*, estudar uma língua era estudar texto. Dessa prática de estudos, resultam perguntas tais como: “De que fala este texto?” “Quais são as “idéias” principais contidas neste texto?”

Podemos observar que se trata de perguntas que têm como fim o conteúdo do texto. Esse conteúdo, sendo usado como pretexto para ensinar gramática. Essa forma de observar o texto é re-definido por Pêcheux na Análise de Discurso (69). Para falarmos desta re-definição é importante retomar primeiramente a definição de língua proposta por Saussure: A língua é um sistema de signos que exprimem idéias (...)” (1996:24). Lemos em Saussure (p.92) que “levamos em conta apenas a realidade social, não o fato histórico”. A partir desse conceito observa-se que o que é relevante para a Linguística é o estudo da língua de modo interno, sem explicação ao que lhe é exterior. Entretanto, quando Saussure pontua que “é o ponto de vista que cria o objeto” (p.15), o autor abre o espaço para que se questione as possibilidades para outros pontos de vista sobre o estudo da linguagem. Esse pensamento abre para outros campos teóricos, para que se pense a linguagem, sem que seja exclusivamente só o campo da própria Linguística.

A partir da dicotomia língua/fala proposta por Saussure, a Análise de Discurso, de um lugar teórico discursivo, produz o deslocamento para língua/discurso, constituindo uma relação não dicotômica (E.Orlandi,2002)⁴⁷.

Esse deslocamento re-define o que é língua para a Lingüística, como também para a própria Análise de Discurso. Daí poder compreender que a língua na visão de Saussure é um sistema fechado, enquanto que para a Análise de Discurso, a língua é compreendida como uma estrutura, mas uma estrutura sujeita à falha, ao equívoco. A língua, na visão discursiva, não é compreendida como algo fechado em si, ao contrário, ela tem uma estrutura e um acontecimento. Nessa

⁴⁶ Pêcheux, Michel, discute em *Análise Automática do Discurso* (AAD-69) a análise de conteúdo e a teoria do discurso, mostrando que é a língua que funciona e não o texto. Isto pode ser lido In F.Gadet e T.Hak (orgs) Por Uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux, 1997.

⁴⁷ E.Orlandi, 2002, na *Revista do IEL* n.º 42, a autora discute esse deslocamento não-dicotômico língua/discurso.

forma de pensar a língua, pensa-se também o sujeito e a situação. (FERREIRA, 1999: 61)⁴⁸

Pêcheux (1969) vai dizer que *um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas*. O que significa, em outras palavras, pensar a exterioridade, trazer a exterioridade para o discurso, já que o acontecimento não está fora desse real do mundo. E que um discurso significa não só pelo que está sendo dito na materialidade discursiva, como também por outros discursos, dizeres que foram ditos em outras situações. Pêcheux (idem) afirma que: *é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma seqüência lingüística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção*. (p.79) E vai dizer que o discurso não é mera transmissão de informação, mas é “efeitos de sentido” entre interlocutores.

Isto significa que é o discurso que possibilita ao analista analisar o funcionamento do texto, já que o texto não é pensado nele mesmo, mas em relação às condições de produção, à exterioridade, à memória. Assim, é a dispersão de textos que constitui o discurso. A exemplo, nesta análise, há textos da FEMA, IBAMA, propagandas, Leis de Pesca, entrevistas, entre outros. São textos dispersos, mas que constituem o discurso ecológico sobre a preservação do peixe no rio Paraguai.

Nessa direção, perguntamos: qual é a relação do público leitor, com o texto verbal e não-verbal que figura no dizer ambientalista: “ Caiu na rede **É CRIME!**”

É preciso observar como o enunciado “**Caiu na rede É CRIME!**” convoca os leitores, organiza e significa no espaço de memória social e político, enquanto acontecimento⁴⁹ discursivo. Já que temos aí diferentes locais de circulação do texto, e porque não dizer, diferentes formas de pensar sobre o espaço pesqueiro.

Enquanto propaganda, esse texto exposto à circulação joga com a constituição dos sentidos no confronto entre o leitor virtual com o imaginário do

⁴⁸ FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *In Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*, a autora discute no artigo – O lugar da Sintaxe no discurso – nessa escrita a autora trabalha, como a Análise de Discurso recupera a noção de exterioridade, trazendo para estudos dentro da língua.

⁴⁹ . O acontecimento conforme Pêcheux é o fato histórico.

leitor-real possível. Observa-se nesse mesmo texto de propaganda “fixado” nos espaços urbanos em outdoors, embalagens, panfletos e cartazes, uma tessitura que trabalha com o efeito de evidência, da transparência, como se tudo a dizer já estivesse “pronto” para o sujeito-leitor “consumir”, simplesmente pelo fato de estar condenado a ter que dar um sentido a tudo (*há uma injunção à interpretação, diz ORLANDI, 1996*).

A leitura pública e gratuita da publicidade tem um perfil que é estar em trânsito produzindo no sujeito-leitor um processo significativo dado o contexto sócio-cultural onde os textos são distribuídos e fixados.

Analisando a posição sujeito-leitor no enunciado “**Caiu na rede É CRIME!**”, tem-se a inscrição no discurso ecológico ambientalista da propalada *conscientização e preservação* do bem natural, pelo entrecruzamento desse discurso ambiental com o jurídico. Ao tomar como uso a palavra *crime* em destaque no slogan, observa-se que o sentido não está na expressão, mas na relação desse dizer com outros dizeres, o que produz *efeitos de sentido no interlocutor* (ORLANDI, 1999) sobre os procedimentos legais e não-legais cabíveis ao uso do rio, deslocando desse lugar, para o social sobre as penalidades judiciais aos criminosos.



No cartaz, há que se observar o jogo de cores. Em letras pretas “**Caiu na rede**” e na cor vermelha “**É CRIME!**”, devemos dar relevância ao modo como **É**

CRIME! é escrito⁵⁰: está em maiúscula, no centro da folha sobre a figura de um peixe envolto por uma **rede** de arrasto. Lage (1993) argumenta que na publicidade costuma-se variar o desenho das letras e o título. Diz ainda, que *essa correspondência entre assuntos e formas dá a pista para a primeira abordagem da questão* (p.19). No desenho ilustrativo de propaganda sobre a piracema, não se trata do uso da figura de um peixe comum como figurante no enunciado, mas de um peixe considerado nobre: o dourado.

Essa relação simbólica que se dá no funcionamento da linguagem não-verbal com a verbal constitui *um ponto de deriva onde o enunciado se abre para a interpretação*. Lembrando que *deriva* é uma noção de M.Pêcheux (1995). Se retirado o desenho, o enunciado perde o impacto de efeito ideológico (HENRY,1992:140) no público-leitor. A imagem do peixe, sendo condenado a morrer na armadilha da **rede** de arrasto, provoca gestos de leitura, múltiplos sentidos, no social.

Dessa maneira, o mesmo enunciado, lido por diferentes leitores no espaço urbano, não significa somente pelo que nele está configurado, mas pelo ambiente (o lugar), pela época (piracema). Em suma, os ambientes como restaurantes, postos de gasolina, etc. compõem, juntamente com os demais dizeres, os fios que ligam o sujeito-leitor ao texto. O mesmo funcionamento (teia significativa) pode ser observado na Colônia de Pescadores ou nos murais das escolas, pois os enunciados são passíveis de outra significação devido ao lugar ocupado pelo texto e pela posição-sujeito na constituição dos sentidos no movimento da leitura ou como diz Pêcheux (1997), “ao equívoco da língua.”

Nas entrevistas realizadas sobre o enunciado “Caiu na rede É CRIME!”, notam-se confrontos discursivos, embora remetam ao mesmo acontecimento:

Entrevistador: O que você acha da campanha?

Pescador nº1 - “Quem é o criminoso no rio, né? (...) eu queria SABER” .

Pescador nº2 - “ A rede agora não pode ser usada nem para pegar isca” .

FEMA nº 3 -“O aviso está em todo lugar (...)”.

IBAMA nº 4 - “ Os únicos apetrechos permitidos é..., é o anzol, porque é proibido o uso de tarrafas, o uso de rede, qualquer tipo, você compreende, né?

⁵⁰ Sobre *reescritura* ver Guimarães (2000), Escritos nº 2- laboreb/nudecri, IEL/Unicamp

As formações discursivas são constituídas pelas diferenças, pelas contradições, pelo movimento (ORLANDI,1998:13). Isso significa dizer que cada posição-sujeito está inscrito em uma formação discursiva e não em outra. Sendo assim, nas respostas de n°s 1, 2 , 3 e 4 há vestígios que nos deixam ver o que significa o dizer da propaganda que proíbe a pesca através da **rede** de arrasto.

Através dessa análise, vemos como o sentido do slogan é retomado no discurso que cruza o espaço urbano, tanto dos bate-papos à beira-rio pelos pescadores profissionais quanto nos gabinetes governamentais.

Nesse quadro de proibição da pesca, no período da piracema, os textos são categóricos em apresentar não só a autoridade que diz, mas, principalmente, aquela que autoriza (FEMA) a circulação do texto. Por essa via, *o autor é o sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel na ordem em que está inscrito, na posição em que se constitui, assumindo a responsabilidade pelo que diz, como diz etc.* (ORLANDI, 1999:76).

Sendo assim, o próprio Estado, enquanto instituição outorgada de poder, impõe sentidos – jurídico e político – condensados na materialidade do texto, quando finaliza o enunciado com o ponto de exclamação (Caiu na rede) **É CRIME!**

Podemos remeter, como diremos, essa mesma discursividade, parafrasticamente, a uma outra, mostrando a deriva como a produção do efeito metafórico.

Caiu na rede é peixe.



Caiu na rede **É CRIME!**

Há um deslizamento de sentido, que em Análise de Discurso é chamado de efeito metafórico. A metáfora é entendida aqui como tomada de uma expressão por outra, a qual corresponde a *gestos de interpretação*.

Em termos de análise, esse deslize mostra a historicidade – *Fala-se a mesma língua mas se fala diferente* (Courtine in Orlandi, 1999); ou no dizer de Mariani (1993:37): *Estes diferentes modos de falar tentam aprisionar um outro sentido (...)*. Dessa forma, podemos dizer que a substituição da expressão **peixe** por

CRIME trabalha como efeito metafórico produzido pelo efeito de deriva, mas que não recua do lugar ideológico.

Entre dizer “Caiu na rede é peixe” e “Caiu na rede é CRIME!” muda-se a relação entre os interlocutores. Há uma formação discursiva do pescador e uma formação discursiva do turista, devido à presença de pessoas no espaço do rio, que des-conhecem a sabedoria do rio e o movimento natural do peixe. É preciso que o Estado intervenha sobre o espaço pesqueiro, dizendo de um lugar jurídico para os possíveis infratores. O jogo é: Estado (jurídico), turista e o pescador local. O Estado visando o turista e o pescador local porque o enunciado “Caiu na rede é peixe” é um dizer popular mas que faz sentido para o pescador que conhece o rio, o peixe, a rota migratória dos cardumes, o período de desova. Pois, mesmo sabendo que é peixe tudo que cair na rede, o ribeirinho sabe que não funciona assim e que na verdade, ele está trabalhando com um real que é o rio, os peixes para sua sobrevivência, e não com uma memória popular, e que esse uso de **rede** prejudica o seu trabalho, a “ictiofauna”. Paralelamente a essa memória popular, temos “Caiu na rede é Crime”. Esse dizer é forte e mobiliza sentidos, já que transforma esse pescador em infrator, muda a relação do conhecimento desses pescadores com o rio. O que é popular fica na verdade reverberando outros sentidos nesse dizer de campanha da piracema.

Na realidade *Caiu na rede, é peixe* refere-se a um provérbio popular que tem sua historicidade, seu sentido, seu efeito ideológico, pois faz parte do imaginário, da memória do povo. Como diz Pêcheux (1999), *nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior*. Ela é constituída pelo acontecimento histórico-social; assim o que falamos não é novo, faz parte do interdiscurso, da memória do dizível. Assim, os sentidos são lidos não somente pelo que está escrito no texto, mas pela relação de um texto com outros textos – verbais, não-verbais, orais e escritos.

É possível percebermos nesta análise, que o slogan autorizado pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (no período da piracema, 1998) tenta desestabilizar um dizer, que foi cristalizado na memória do povo, pelo discurso da fartura, do poder pescar, sem estar voltado para normas legislativas, ou o dizer ambiental sobre a *preservação ecológica*. Sentidos que foram possíveis, historicamente, em uma formação discursiva são inviabilizados de significar, pois nas atuais condições de pesca em águas doces pantaneiras, **a rede de arrasto** tem sentido interdito, **é criminosa**.

Dessa maneira, a paráfrase trabalha com um jogo discursivo da memória rompendo com os sentidos construídos, num movimento que constituirá novas leituras, novos sentidos na identidade do sujeito com a sua cultura. A pesca somente será permitida através do anzol, em período que não seja da reprodução e desova dos peixes. Aqui, temos então, todas as categorias de pescadores num mesmo lugar discursivo da *conscientização e preservação* do rio e peixes, um porque precisa sobreviver através do pescado, o outro porque quer o lazer, e o próprio peixe porque necessita de procriar, dar continuidade na cadeia de seus espécimes e até mesmo de produzir no social, novos discursos sobre a pesca.

3.2 O Dizer e o Saber: uma posição sujeito

Entre os meses de janeiro e fevereiro de 2000, há um novo discurso sobre a pesca em Mato Grosso. Os jornais da região tecem longas matérias sobre a situação dos pescadores ribeirinhos diante da ampliação do período de piracema de 90 dias para 120.

Trata-se de um dizer científico (do especialista) e um dizer empírico (do pescador). Que *efeitos de sentido* textualizam a manchete do jornal? Como esses discursos se cruzam, contrastam e se evidenciam, no jogo entre um saber, uma memória que é a do pescador - o ribeirinho, e a ciência que é o olhar, diríamos, "clínico"- do pesquisador (o biólogo), sobre a situação da pesca nesse período de desova, a piracema ?

O período normal de desova dos peixes, conforme prescreve a Lei de Pesca Estadual n.º 6.672, é de 90 dias (30 de outubro a 30 de janeiro). No entanto, a situação de confronto, no discurso ambiental nos meses já citados, se dá devido à escassez de chuva e a conseqüente falta de desova dos peixes.

Do ponto de vista teórico, o que está em foco são os fatos, o acontecimento enquanto sentido. *O sentido, para a Análise de Discurso, não está já fixado a priori como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há uma determinação histórica.* (ORLANDI, 1996:27). O histórico é entendido pela autora, *enquanto materialidade simbólica.*

Para tanto, apresentaremos recortes de textos jornalísticos e, a partir dessa textualidade, questionaremos os efeitos de sentido aí produzidos, afetando o social.

O jornal, enquanto materialidade, tem uma tipologia que, segundo Lage (1993), *se propõe processar informação em escala industrial e para consumo imediato*. É nesse consumo de palavras nas palavras, o lugar onde observaremos os *efeitos de sentido*, o jogo, o equívoco da língua.

Pescadores ribeirinhos já têm nova preocupação

*A polêmica sobre a proibição ou não da pesca nos rios de Mato Grosso volta à tona **depois** que se constatou que curimatás (peixe de escama) ainda estão reproduzindo - se. A polêmica que envolve não só os órgãos ambientalistas do Estado, como aqueles que dependem do rio para sobreviver divide as opiniões.*

(Jornal *Diário de Cuiabá* – Janeiro/ 2000)

Temos uma situação, um objeto simbólico – o rio – os peixes, no discurso. O sujeito-pescador, o biólogo, o Estado e o turista são instados a dar sentido a essa escassez de chuva e ao reflexo dessa falta para o social, para a cidade. Como ficam os agentes que sobrevivem da pesca diante da continuidade e/ou encerramento da piracema devido à falta da chuva?

Há uma divisão que organiza esse discurso ambiental. Temos o interesse do político e o social. Essa divisão pode-se dizer que se legitima no discurso científico. Não é o Estado que diz sobre a posição do processo pesqueiro para a população mesmo que exista institucionalizada a Lei de Pesca. Isto se evidencia dada a posição-sujeito que atravessa as formações discursivas que circulam no social através dos jornais, que dizem sobre a situação pesqueira.

Assim, o que garante a posição institucional é a ciência, a pesquisa como fonte de verdade. É a posição-sujeito pesquisador que vai garantir ao Estado o respaldo à prorrogação ou não da pesca nos rios de Mato Grosso. O cerne desse jogo sutil de poderes instala uma diferença. Pois, vem desse funcionamento no/do Estado (jurídico) a tomada de posição no social. É a partir desse lugar que a sociedade tem os *efeitos de sentido* instaurados em um documento, uma norma.

É preciso observar o processo para que possamos trabalhar o jogo, a formação imaginária constituída nessa relação de poder.

A materialidade discursiva se abre para gestos de interpretação, aborda relações. Dito de uma outra maneira, *não tem como segurar a língua numa linhagem matemática, porque ela escapa pelo sentido*⁵¹. Tomamos um recorte dessa materialidade:

“A maior parte dos espécimes capturados para o estudo já havia realizado a desova, e o restante estava em processo de regressão. Por isso, não há motivo para se prorrogar o período de piracema.”
(Biólogo- Ferraz de Lima
Jornal *Diário de Cuiabá* - Janeiro, 2000)

Nessa ordem, o discurso ambiental se apóia na ciência, é ela que vai dizer de um determinado lugar o destino cabível para o setor pesqueiro. A institucionalização, a legitimação de um discurso enquanto Lei está atada à ciência. *A ciência formaliza esses dados e estabelece leis as quais os sujeitos devem-se assujeitar* (ORLANDI,1996:135).

A mudança de comportamento no manejo com o rio não se ata ao empírico, ao pensamento natural, embora existam as causas naturais – falta de chuva e conseqüências óbvias dessa falta no social. Contudo, exigem-se a posição de um sujeito autorizado (o cientista, o pesquisador), logo, há um distanciamento, um apagamento da memória do pescador ribeirinho nessa textualização. Esse sujeito que aí se apaga sobrevive da pesca é ele que tem na pesca a sua cultura, a historicidade. Perguntamos sobre o lugar que tem a pesca no imaginário do ribeirinho, como esse sujeito se organiza, discute e se vê frente a esse objeto simbólico de sustentabilidade familiar, cultural, que é o rio? Que gestos atravessam essa memória do ribeirinho, no nível da formulação: *A piracema começou agora com o aumento do volume da água. Com o rio cheio não tem jeito de pescar. A piracema tinha que continuar.*

(Jornal *Diário de Cuiabá* – Fev. 2000 – Pescador ribeirinho Olímpio R. da Silva – Bonsucesso - Várzea Grande.)

Observemos o enunciado em destaque no mesmo jornal. ***Se depender apenas do parecer técnico, a piracema não deverá ser prorrogada***

⁵¹ Ver em Michel Pêcheux (1997) em: *Ler o Arquivo Hoje – o sentido da leitura.*

em Mato Grosso. Quais as dependências que se evidenciam na partícula condicional se do enunciado? Quais são os outros não-ditos que significam nesse discurso? Há uma alternância latente nesse processo discursivo que se movimenta resgatando um real. Não podemos esquecer de dizer, que a língua se inscreve na história para significar. Como diz Orlandi (1996:134), *língua como materialidade específica não é transparente, nem para o literato, nem para o cientista.* Para quem seria então? Não se trata de dizer para quem, mas, compreender que essa possibilidade existe porque a língua se apresenta como **se** fosse transparente, dado o efeito de evidência que é próprio da língua.

Observemos:

Segundo Ferraz de Lima (biólogo), o momento da desova não é determinado apenas por fatores biológicos, mas por estímulos ambientais. Destes o mais importante é a subida gradual do nível dos rios. Com a seca prolongada nos últimos meses, muitos peixes não tiveram o estímulo necessário e entraram em regressão.⁵² Grifos Nossos

(Jornal *Diário de Cuiabá*, Janeiro – 2000)

O efeito metafórico, o deslizamento de sentido, joga no funcionamento do discurso no dizer do biólogo e do ribeirinho. As condições de produção, que neste caso são fatores biológicos e estímulos ambientais, produzem a diferença diante do acontecimento.

Compreende-se que o que está em jogo é a constituição do sentido. Nesse embate, as formações discursivas oferecem esse lugar a esse sujeito interpelado a dialogar, questionar no interior destas o efeito ideológico que se constitui no social a partir dessa posição sujeito (o científico: biólogo; o empírico: pescador). Compreendemos que há diferentes modos de interpretação, já que há diferentes ordens de discurso. Mas conforme enfatiza Orlandi, (1996: 138) *sempre há interpretação. Ainda quando há interdição de interpretação, há espaço de trabalho do sujeito e da história na relação com os sentidos.*

Há, então, e faz parte do espaço constitutivo, o interdiscurso, a memória, a historicidade. Assim, outros discursos se alargam e engrossam as páginas dos jornais.

⁵² A regressão é um processo natural em que óvulos e esperma são reabsorvidos pelo organismo do animal. Neste momento o peixe não desova mais. Jornal *Diário de Cuiabá* – Nota de esclarecimento.

Observamos a confluência dos diferentes discursos sobre o espaço do rio, e concluímos que o lugar de onde se diz textualiza a posição desse sujeito no social. Essa posição se constitui na especificidade das formações discursivas que jogam com seus interlocutores numa relação de efeitos de sentido.

Dessa forma, o texto jornalístico produz esse movimento textualizando nas manchetes, a ilusão da evidência.⁵³

Há ainda que se retomar a relação do homem com a natureza. Para Ferreira (1998):

Existe uma deficiência dramática na forma de nos relacionarmos com a natureza. Há, sem dúvida, variáveis sociais e políticas que podem explicar essa deficiência, mas a verdade é que uma persistente negligência tem existido, tanto entre cientistas sociais como entre decisionmakers, sobre as leis que regulam a biosfera. Uma análise completa da crise atual exige, assim, algum conhecimento sobre os princípios básicos da ecologia. Os conceitos de equilíbrio dinâmico e capacidade de sustentação, elasticidade e diversidade são fundamentais para entender a situação ambiental no Brasil. (p.77)

É esse gesto de interpretar o meio ambiente no ambiente, que redimensiona o homem enquanto sujeito que ocupa uma posição no social. É preciso mais que dizer, é preciso analisar a teia significativa de discursos que se constroem em torno de um fato. A troca de valores se desloca, se perde, mas com que sentido elas estão se esvaecendo? O que significa quando a ribeirinha formula “*a pesca profissional virou amadora.*” (Fátima de Souza, esposa de pescador. Jornal Diário de Cuiabá, 11 de fevereiro de 2000). Que sentidos estão postos nessa troca de papéis? Como o sujeito tem a sua posição no/de ambiente? Há um silêncio falando pelo homem na escassez, na ausência da chuva pairando no comércio, deslizando na cidade, cobrando do social e esgotando-se no vazio das barcaças, das canoas no cais.

⁵³ Ver Bethânia Mariane revista *Rua* nº 05. A autora discute o texto jornalístico e seu efeito social.

IV. A SUSTENTABILIDADE DO DIZER

Neste último capítulo, observaremos a inscrição do dizer sobre o desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade, no social. Veremos que esse jogo de dizeres dependerá das estratégias políticas e sociais, para que se possa dizer sobre a qualidade ambiental, qualidade de vida, e finalmente a sustentabilidade.

O jogo de palavras produz, *como temos dito, gestos de interpretação*, pois, há uma injunção do sujeito com a significação. Nessa relação de linguagem, o dizer significa pelo movimento das palavras daquele que produz a formulação. Assim, falar sobre sustentabilidade tem a sua carga significativa, não na palavra em si, mas na relação dessa palavra com as demais que constituem a formação discursiva.

Nesse entendimento, os dizeres não significam somente pelo que está distribuído no texto, é preciso que se tome as condições de produção do discurso. Ao falarmos, ao escrevermos, ou em quaisquer outras manifestações de linguagem, nos filiamos a redes de memória, de sentidos constituídos. Podemos dizer, que está nesse tecido o lugar onde o analista se debruça e questiona a materialidade simbólica, as evidências da linguagem. Conseqüentemente, é no *gesto de interpretação* do sujeito que o discurso se abre para as *escutas*.

A leitura, ou seja, as escutas na materialidade discursiva são um trabalho que exige uma postura analítica. Cabe frisarmos que nesse jogo de que é passível à língua, há que se observar a formação discursiva com a posição-sujeito que a constitui.

Nessa direção, o discurso é a matéria-prima, o lugar onde se pode observar na materialidade simbólica, a ideologia, o sentido acontecendo. Para tanto, vejamos no dizer do entrevistado, como o discurso ecológico textualiza no social a expressão (primeiro) o “*turismo*” e depois o “*sustentável*”.

Olha o principal papel é divulgar o município e fomentar para que aconteça **o turismo sustentável** dentro do município, porque a prefeitura não é o órgão executor, é o órgão fomentador, divulgador i... que motiva, né, a comunidade como empresariado, investidores para que venha aqui investir nessa atividade turística **que tanto fala hoje no mundo inteiro. Nós acreditamos que seja o carro chefe nessa passagem do milênio. No momento todo mundo começou a se preocupar com sustentabilidade, mas gostaríamos ter claro que a comunidade, como cidadãos cacerense cada um de nós pudéssemos ter literalmente conceituada o turismo pra depois você ver a sustentabilidade do desenvolvimento sustentado; é por isso que tem que ser discutido o turismo e por último, e, no final que nos discutimos o turismo sustentável.** (entrevistado-Secretaria de Turismo e Meio Ambiente - março 1999), (grifos nossos).

O discurso da sustentabilidade, produzido por distintas posições-sujeito, filia-se a uma rede de memória que configura em uma situação internacional. Como o Brasil se inscreve nessa minuta internacionalista?

Ferreira (1996) argumenta que durante as décadas de 1970 e 1980, os Estados Unidos e outros países altamente industrializados procuraram adotar políticas ambientais, criando lugares legítimos, como as instituições, para o desenvolvimento de trabalhos nessa área ambiental. Entretanto, nos anos 90, a autora discute a partir de (VIG and KRAFT,1994), que a agenda ambiental parece ficar mais complexa. Ferreira (idem) diz, ainda, que para considerar a continuidade das políticas ambientais, nessa década, seria necessário que as políticas ambientais fossem revistas.

Quanto ao Brasil, esse processo é recente e tem suas particularidades, seus efeitos e implicações políticas complexas. Uma vez que a problemática sobre a proteção ambiental adquiriu lugar legítimo, somente com a promulgação da Constituição Federal em 1988. No entanto, o processo de democratização da sociedade brasileira tem garantido ao poder local espaços para a implementação de políticas ambientais (p.134). Por outro lado, diz a autora que: “O cumprimento desses princípios depende da ação conjunta e harmônica do poder público federal, estadual e municipal. As constituições disciplinaram o campo de atuação da União e do Estado, e a lei orgânica deveria nortear a ação municipal” (p.139).

No Brasil, na década de 90, as questões ambientais estavam bastante presente nas discussões da sociedade, entretanto, notava-se um distanciamento desse movimento pelas questões ambientais nas agendas dos partidos políticos. “Parece que para os partidos políticos brasileiros a busca de processos de sustentabilidade obviamente acarretaria em questionamentos mais profundos acerca de nosso processo de democratização e, portanto, aqueles não fazem parte de suas agendas.” Ferreira (op.cit. p.157)

É essa relação entre a sociedade e o Estado enquanto instituição, lugar legítimo de poder e dizer, que pensamos a problemática ecológica. Nessa relação social entre os atores vinculados à problemática ambiental, trazemos o discurso sobre a pesca no Estado de Mato Grosso. Uma vez que pensar a posição-sujeito pescador implica reconhecer não só a carga semântica que constitui esse discurso no social, como discutir novas perspectivas de posição para o pescador ribeirinho nesse dizer do desenvolvimento sustentável.

Neste trabalho onde se discute os efeitos de sentido de um dizer no social, observa-se que o dizer sobre o desenvolvimento sustentável se ancora nas formulações discursivas sócio-econômicas e políticas. No entanto, sabe-se que as palavras têm a sua carga que a significa, que a constitui. É esse lugar do dizer que trazemos para a reflexão. A nosso ver, a expressão **sustentável, sustentabilidade**, estende-se via discurso da ecologia, pelos vários segmentos da sociedade, ganha as páginas dos jornais, da mídia, e passa por um processo de naturalização.

Pensando o jogo de sentido dessa palavra *sustentabilidade* no social, lembramos João Cabral de Melo Neto ao dizer sobre a existência de palavras no texto “Catar Feijão”, como um grão imastigável, aquelas que se usam, mas com que sentido?

O sentido, pensado no quadro teórico em que nos filiamos, é presença na relação de uma palavra com outra, é movimento, está sempre em relação a. O sentido que fica em jogo no funcionamento da linguagem não está na expressão mas na formação discursiva a que se remete, que a produz no social. Daí poder compreender que os sentidos são sempre determinados ideologicamente. Não tem como não ser já que o sujeito é um sujeito ideológico. E a ideologia pode ser analisada na materialidade do discurso. Dito de outra forma, na discursividade, e não

na essência das expressões. Vejamos, o jogo de sentidos que se instaura na formulação da expressão *sustentável, sustentabilidade*, nesse dizer.

(...) **Turismo sustentável**, Que tanto fala hoje no mundo inteiro. **Nós acreditamos que seja o carro chefe nessa passagem do milênio. No momento todo mundo começou a se preocupar com sustentabilidade, mas gostaríamos ter claro que a comunidade, como cidadãos cacerense cada um de nós pudéssemos ter literalmente conceituada o turismo pra depois você ver a sustentabilidade do desenvolvimento sustentado**; é por isso que tem que ser discutido o turismo e por último, e, no final que nos discutimos o turismo sustentável.

Há um jogo nessa formulação entre: “**Nós** que acreditamos que seja o carro chefe nessa passagem do milênio”. E na continuidade desse dizer em: “No momento **todo mundo** começou a se preocupar com sustentabilidade(…)” O sujeito se coloca pluralizando o acontecimento em **Nós**, ao mesmo tempo, a posição-sujeito se marca, se distancia do acontecimento fundindo-se no pronome indefinido **todo**. Como já dissemos, é um dizer que se expande pela idéia da globalização. Assim, não sou eu quem estou dizendo, não é ele, mas é **todo o mundo**, que diz sobre **sustentabilidade** no **mundo**. Mas como se inscreve esse dizer na formação discursiva, no discurso de origem retratando as formações ideológicas, daquele que a formulou e que pensa que o **turismo** é que deve ser a primeira preocupação?

O que podemos perceber nesse texto é a forma como o entrevistado entra nessa discursividade que está sendo imposta pelo governo do primeiro mundo que “administra” o mundo e domestica expressões, dada a posição ideológica da globalização, de um só planeta, do econômico, do ambiente. Leis (1997) diz que *estão banalizando a problemática ambiental através de etiquetas, como qualidade de vida, desenvolvimento sustentável, educação ambiental, sociedade de risco e outras. Argumenta que não negaria sua validade se essas expressões ocupassem um lugar mínimo no contexto da pesquisa atual (e acrescenta que isto vale tanto para a produção brasileira como a mundial) (p.36).*

Em “ **Turismo sustentável que tanto fala hoje no mundo inteiro**” temos um argumento internacional. Já em “**No momento todo mundo começou a se preocupar com sustentabilidade**”, o sujeito se vê na injunção de ter que dizer

algo sobre sustentabilidade, porque ele se sente ideologicamente, em um lugar, pela posição-sujeito que ele ocupa na Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, a ter que dizer algo já que **todo mundo** está dizendo sobre desenvolvimento sustentável. Entretanto, em “**mas gostaríamos ter claro que a comunidade, como cidadão cacerense cada um de nós pudéssemos ter literalmente conceituada o turismo pra depois você ver a sustentabilidade do desenvolvimento sustentado**” há uma idéia que se desenvolve sobre o turismo, mas existe uma circularidade de palavras – “sustentabilidade do desenvolvimento sustentado” - para dizer o que é sustentabilidade. Observa-se que a palavra sustentabilidade está desconexa, solta.

Qual a relação que essa palavra sustentável toma/tem em relação ao discurso ecológico? A partir das condições de produção do texto é preciso que se questione o que não se diz, mas que significa nesse recorte. Não se fala, por exemplo, sobre os problemas de infra-estrutura da cidade em desenvolvimento, há uma imediata colagem da expressão **desenvolvimento sustentável**⁵⁴, naturalizando-se as questões sociais para dizer que estamos praticando algo que foi tomado como importante e necessário, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano em Estocolmo em 1972.

A inscrição desse discurso, o lugar que ele toma no social, precisa ser conhecido, popularizado. Uma questão é falar sobre desenvolvimento sustentável, outra é ter essas condições para legitimar esse discurso sustentável, de quem, para quem e em que condições.

Kitamura (1994) diz que a construção do conceito de desenvolvimento sustentável surge a partir dos problemas discutidos acerca das questões ambientais. Cientistas renomados apresentavam sugestões para estancar ou diminuir o crescimento das economias dos países industrializados. Propostas que eram ignoradas, devido ao interesse pelo crescimento econômico das nações industrializadas.

Já os países em desenvolvimento não sentiam o problema ambiental como algo palpável, já que estavam em processo de desenvolvimento, e pensar em

⁵⁴ Neste estudo toma-se como ponto de reflexão, o dizer sobre desenvolvimento sustentável a partir do relatório Brundtland pelas características do discurso oficial em Estocolmo, em 1972. Discutimos sobre as novas versões discursivas que enunciam o desenvolvimento sustentável. Quais os efeitos de sentido desse dizer sobre a pesca na cidade de Cáceres-MT?

ambiente seria contra as aspirações de desenvolvimento dos países de terceiro mundo.

Ward & Dubos, 1972 in Kitamura, 1994 dizem sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano – inspirada na idéia de “uma só terra”, como uma tomada de posições que lança para o social uma ótica globalizante de desenvolvimento, que mais tarde é tomado, é exposto no conceito de **desenvolvimento sustentável**. Assim a avaliação dos problemas ambientais é o pano de fundo que *pôs em destaque a idéia de que o desenvolvimento econômico era compatível com a conservação do meio ambiente*.

No entanto, continua Kitamura (1994), que os avanços de se posicionar dos países industrializados é melhor visualizado a partir da crise do petróleo, em 1973. Mas é em 1987 que é divulgado o documento conhecido como o relatório **Brundtland** ou “**Nosso Futuro Comum**”. Bruseke (1996)⁵⁵ cita um fragmento do relatório que diz: “Desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem arriscar que futuras gerações não possam satisfazer as necessidades delas.”

Um dos pontos destacados no relatório refere-se à insustentabilidade de muitos padrões de desenvolvimento em curso. Nessa direção, *coloca-se que a pobreza, a falta de desenvolvimento e a superpopulação têm ligações estreitas com os problemas ambientais (Kitamura op. cit. P. 15)*. O mesmo relatório traz à tona que *o uso e o manejo inadequados dos recursos naturais e do meio ambiente no mundo têm uma relação direta com as desigualdades na distribuição dos benefícios do desenvolvimento*. É daí então, a partir do relatório Brundtland, populariza-se a expressão desenvolvimento sustentável.

Viola (1995) diz que *o conceito de desenvolvimento sustentável ocupa uma posição central dentro do ambientalismo*, após a circulação do relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. E argumenta, na posição de especialista, que *a acolhida do relatório dá ao conceito de desenvolvimento sustentável um reconhecimento que o conceito de ecodesenvolvimento nunca teve.*(p.77) Nesse dizer podemos observar o jogo de interesse, o reconhecimento desse dizer sustentável na economia maior. É um viés

⁵⁵ Sobre BRUSEK, ver artigo Destruição e desenvolvimento *In Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. (Org.) Leila da Costa Ferreira e Eduardo Viola, 1996.

que o ecodesenvolvimento não apresentou para o governo administrativo do mundo, na ECO 92, no Rio de Janeiro. Daí poder concluir as diferenças.

Nessa direção, a presença do Estado, das estratégias de ação, de trabalho do governo para o desenvolvimento da cidade, do país com infra-estrutura, saneamento básico, já significaria *o caminho sustentável*. Como vimos acima, a má distribuição de rendas, a pobreza, a ausência de saneamento básico, ilustra o distanciamento das causas sociais, o não desenvolvimento sustentável do país, da cidade. A sustentabilidade, conforme trechos do relatório Brundtland, é pensada a partir dessas condições reais de tratamento do homem com o seu espaço, as suas condições de vida, de relação com a terra, com os rios, com o tratamento de lixos, etc.

Observa-se no discurso da *conscientização*, da *preservação*, do *desenvolvimento sustentável*, a presença e a ausência do Estado, com o seu papel de qualificar cidadãos, de dar condições ao sujeito de exercer os direitos e deveres, conforme prescreve a Constituição Brasileira no Art. 225.

4.1 Cidadão e Sustentabilidade

Qualificar cidadãos significa abrir possibilidade de outros papéis como frente de trabalho, de renda familiar. Compreende-se que o dizer sobre sustentabilidade precisa acontecer em *bases concretas*, para que ocorra o equilíbrio entre as partes que sobrevivem dos recursos naturais. Dito de outra forma, significa apresentar outras alternativas de trabalho para o sustento do cidadão. Já que, os recursos naturais são esgotáveis. Neste caso, do dizer sobre a pesca, na cidade de Cáceres, o rio é alternativa de trabalho. É uma condição de trabalho rústico, mas trabalho que dá ao cidadão o direito de sobrevivência e cidadania.

Acrescentamos, ainda, que quando escrevemos neste texto *bases concretas*, queremos trabalhar aí o sentido desse dizer com conseqüências para o desenvolvimento sustentável, no social. Entendemos que o sentido desse dizer – desenvolvimento sustentável - não é homogêneo, ele significa diferentemente dadas as posições. Numa formação discursiva, ele significa X e na outra formação discursiva Y. Esse dizer sustentável está sendo centro de interesse econômico em uma formação discursiva do mundo capitalista desenvolvido e é aqui que

imaginamos ser interessante pensar o que é sustentável na outra formação discursiva de países não industrializados, em desenvolvimento. São esses efeitos de sentido desse dizer na transitividade do cidadão do 3.º mundo que nos faz dirigir a análise para a base, para o social.

Nesse gesto de interpretar, não estamos pensando aqui no segmento da sociedade que diz o discurso da sustentabilidade, mas a posição que esse discurso da sustentabilidade ocupa no social. Bem como, nos múltiplos efeitos de sentidos que são constitutivos das formações discursivas sobre **desenvolvimento sustentável**. Vejamos esta entrevista:

(...) dentro do Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Nós somos treinados, **nós multiplicadores**, monitores municipais somos treinados para a primeira **fase é a sensibilização / conscientização** para o **desenvolvimento do turismo sustentável**, onde estão discutindo, onde não é o palestrante o mais importante ... e sim os participantes então... dentro nós discutimos o que sobre o que cada um entende do turismo qual a leitura que cada um de nós temos, fazemos nessa palavra TURISMO, conceito TURISMO a partir daí nós vamos discutir (...) (Entrevistado - Secretária de Turismo e Meio Ambiente - grifos nossos)

Que sentidos estão adquirindo as palavras *multiplicadores*, *sensibilização*, *conscientização*, *desenvolvimento* e *turismo sustentável* nessa formulação? Que jogo a matemática da multiplicação textualiza nesse dizer? Sabemos que todo dizer tem uma direção política e social. A língua é essa possibilidade política que o cidadão tem para se expressar. Mas como trabalhar a sutileza da sensibilização, da **conscientização**, da **preservação** para o **desenvolvimento sustentável**? De que políticas a cidade necessita diante de um determinado acontecimento para que ocorra a sensibilização? São questões que jogam com o espaço onde o sujeito se significa como cidadão. Como relacionar com o ambiente, que é parte tanto da sociedade como da história sem que ocorra a depredação?

Acreditamos ser impossível o sujeito inverter os papéis, em ser ecológico nas vias públicas como não jogar lixo nas calçadas, nas praças se falta no bairro uma política de coleta de lixo, o mesmo pode ser lido em locais onde falta tratamento de esgoto, e este é depositado *in natura* no leito do rio. Diante dessa falta de políticas sociais, que há entre o homem, o Estado e o ambiente, como dizer

para esse sujeito, o cidadão, que sente a ausência de políticas sociais, para ser *consciente e preservar a natureza?* Temos aí a existência e a consciência. A partir de uma perspectiva materialista, marxista podemos dizer que *a consciência não preside a existência, é a existência que preside a consciência*⁵⁶.

Assim, se o sujeito tem uma existência que se valoriza, que cuida do espaço ambiental, onde vive o cidadão não é preciso gastar com panfletagem para que o outro veja anúncios e seja consciente. O sujeito, a consciência ela se faz, valoriza, acontece na prática do sujeito em sua vida social. Entende-se, dadas as condições de vida, que a consciência não é só discurso, é trabalho no real do mundo, do cidadão.

Na medida em que o espaço da pesca representa trabalho, os sujeitos estabelecem limites, sentidos que são construídos, configurados no social, a partir do discurso institucionalizado sobre a preservação. Isto é tomado no espaço urbano devido à posição-sujeito, daquele que trabalha com o rio, com a pesca, o comércio da compra e venda do pescado, o turismo. Compreendemos que é a partir desse trânsito pesqueiro que se textualiza, no social, que o discurso institucionalizado, sobre a Lei da Pesca, as Leis Ambientais, fica marcado, caracterizado do seu lugar jurídico aos vários segmentos da sociedade.

A representação da Lei de Pesca, do jurídico, da preservação ambiental pode ser observada no gesto do pescador em trabalhar sobre uma medida para cada tipo de peixe. Não se trata simplesmente de um gesto mecanicista do sujeito pegar o peixe e medir, **mas** de compreender que cada sujeito é constituído de sentidos no social. Entendemos que o gesto que o cidadão faz, diz sobre ele, sobre o seu papel na sociedade, sobre a sua posição diante da responsabilidade de ter de fazer parte do ecossistema. Assim, como já dissemos, não é o excesso de discursos ecológicos que muda a posição do sujeito no social, mas as metas, as ações concretas do Estado no social.

Para nós, brasileiros, portanto, a universalidade deste discurso planetário pode silenciar coisas bem mais importantes do ponto de vista desta qualificação do cidadão: água encanada e tratada, esgoto, asfalto. Mas ao invés disto ouvimos os argumentos de efeito de “Preservação do Equilíbrio Ecológico”. Ora, a melhor maneira de

⁵⁶ Esta citação se deve a partir de uma explicação da Prof.^a Dr.^a Eni Orlandi em um de nossos encontros de orientação de dissertação.

preservar é construir condições para a preservação (Orlandi,2001: 167).

Nessa direção, é preciso trabalhar a sustentabilidade, produzindo-a, e não suturando-a, abafando-a, na transferência de sentidos em que ela se inscreve a partir do relatório Brundtland. Kitamura (op.cit, 21) diz *que é possível identificar contradições presentes nas propostas para o desenvolvimento sustentável. Uma dessas contradições é o imperativo do crescimento econômico.* Ou seja, é impossível os países em desenvolvimento alcançarem os padrões de vida dos países já industrializados, em crescimento sobre uma infra-estrutura estável. Sabe-se que os problemas de degradação ambiental enfrentados pelos países de 1.º e 3.º mundos são de similar natureza, entretanto o que os diferem são os problemas de degradação social, Viola (1987).

Em outras palavras, o dizer sobre desenvolvimento sustentável propaga-se de fora para dentro, e não de dentro para fora, sobre qualidade de vida, e desenvolvimento para os países em processo de desenvolvimento.

Ferreira (1997) diz que pós-regimes militares, *o desafio da cidadania de um modo geral era criar um sentido de pertencimento, sem o qual homens e mulheres não poderiam reconhecer-se como cidadãos.* A autora finaliza:

Para uma sociedade cuja tradição política insiste em destituir todos e cada um de um lugar de reconhecimento, sempre foi difícil que os direitos funcionassem como referências normativas a identidades grupais. Para além das consequências do aumento da degradação ambiental, da pauperização, do desemprego e do subemprego, o resultado escandaloso das políticas sociais e econômicas armaram um espelho perverso que projeta ininterruptamente imagens de exclusão (p.41).

4.2 O Turismo e a Cidade

O *turismo* se destaca no Estado de Mato Grosso, por ser considerada a região que detém a *maior reserva de biodiversidades da América do Sul.*

A cidade de Cáceres, localizada nesse cenário pantaneiro, se organiza como já dissemos, em suas vias públicas, no comércio, nas Leis, num jogo de

cores, de símbolos, de placas que cruzam o espaço urbano, falando, ao interlocutor sobre a *preservação e a conscientização*. Textualiza-se nas placas, nos cartazes, a presença, o alerta, a idealização do turismo, de uma cidade turística, da figura do turista nesse espaço cacerense conhecido como o "Portal do Pantanal".

Na BR 364, trecho que liga Cuiabá a Cáceres, há uma placa sinalizando, dizendo, jogando, com o interlocutor, no enunciado: "**Cáceres palco do maior Festival de Pesca do mundo a 100 KM.**" A seguir uma outra placa diz: "**Pesque consciente, leve apenas o permitido.**"

Podemos observar o efeito ideológico que o discurso da *preservação e conscientização* produz na escrita, nas placas. No primeiro enunciado acima, o convite para o evento, para o transeunte rodoviário conhecer o rio, aproveitar do espaço pesqueiro, mas, como lembrança, o segundo enunciado adverte, formulando a questão da pesca em excesso. "**Pesque consciente, leve apenas o permitido**", configura a Lei de Pesca Estadual, **o discurso ecológico sobre a preservação e a conscientização**. A Lei de Pesca diz sobre a quantidade permitida de pescado para o ribeirinho, o visitante, o turista e sobre a medida do pescado.

Dessa maneira, não é preciso ser pescador, ecologista ou diretor de multinacional para tomar os enunciados das placas como dirigidos para si, já que como diz Pêcheux, 1997" (...) "ninguém pode ignorar a lei" – porque esse real é impiedoso." (p.35)

Assim, pensando os sentidos da pesca na cidade, no real da história, na região, surge em 1980 por um grupo de idealizadores, **o Festival Internacional de Pesca de Cáceres-FIP**, naquela época o evento recebe o nome de "Festival do Peixe". Em 2001, conforme o folder do 21.º FIP, produzido pela Prefeitura Municipal de Cáceres, diz que:

O festival tem alertado para a necessidade de **conservar o rio Paraguai e seus afluentes**. A introdução do pesque-e-solte (1997), o taqueamento (1998) e do anzol ecológico, sem farpas (1999), as campanhas educativas, a formação de guias de pesca são ações eloqüentes no sentido de **inserir o FIP no amplo projeto de turismo sustentável** que o município vem implantando. Neste trabalho, é assessorado pelo GOVERNO DO ESTADO e pela EMBRATUR através do Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT, e Programa Nacional da pesca Amadora -PNDPA.

Interesses imediatistas e irresponsáveis persistem em ameaçar o ecossistema pantaneiro. Desmatamento, agrotóxicos, garimpo, esgoto das cidades ribeirinhas, pesca criminosa, ainda são uma realidade, escudada em falsos argumentos de progresso e geração de empregos. A legislação precisa ser aperfeiçoada e a fiscalização, mais efetiva. **O turismo sustentável, este sim gera empregos e renda permanentes.**

Ao atingir a maioria, o FIP reafirma seu compromisso com a conservação do Pantanal e a piscosidade do rio Paraguai e seus afluentes. Um compromisso que se estende às novas gerações, cada vez mais **conscientes** de que homem e natureza são indissociáveis.

Com certeza de que o prazer da Pesca Esportiva será mais uma vez celebrado numa grande festa e de que esta é uma EMOÇÃO PARA SEMPRE, a Prefeitura de Cáceres espera por **você** no XXI FIP. (Grifos nossos)

Podemos observar acima os múltiplos sentidos que o rio Paraguai tem para a cidade portuária. O gesto de *conscientizar e preservar* funde-se no texto que apresenta a prosperidade do rio, da pesca, do espaço “ecológico”. Ao mesmo tempo está posto nesses dizeres o propósito do trabalho do FIP. Isto está posto em: “O festival tem alertado para a necessidade de conservar o rio Paraguai e seus afluentes. A introdução do pesque-e-solte (1997), o taqueamento (1998) e do anzol ecológico, sem farpas (1999), as campanhas educativas, a formação de guias de pesca são ações eloqüentes no sentido de **inserir o FIP no amplo projeto de turismo sustentável** que o município vem implantando (...)”.

Novamente temos o discurso sobre o turismo sustentável. O turismo que tece a industrialização imagética sobre o rio. O discurso do turismo sustentável recobre, envolve todo o processo discursivo que está presente nessa região. Observa-se na textualidade pontos de entrada, que situam um lugar, que sustentam um **discurso ecológico de marketing**, de venda da imagem do urbano, da cidade de Cáceres através do rio. Não queremos retomar aqui os questionamentos em que as expressões – desenvolvimento sustentável e turismo sustentável - ganham corpo no social, já falamos sobre isso. No entanto, observamos na textualidade um conflito entre o sujeito que pensa no desenvolvimento sustentável e o outro, que, aos olhos do Estado, depreda o ambiente. Leiamos:

“Interesses imediatistas e irresponsáveis persistem em ameaçar o ecossistema pantaneiro. Desmatamento,

agrotóxicos, garimpo, **esgoto das cidades ribeirinhas**, pesca criminosa, ainda são uma realidade, escudada em falsos argumentos de progresso e geração de empregos. A legislação precisa ser aperfeiçoada e a fiscalização, mais efetiva. **O turismo sustentável, este sim gera empregos e renda permanentes (...)**” (grifos nossos) Folder do 21.º FIP.

O recorte discursivo, acima diz sobre fatos que ameaçam o ecossistema. Nessa direção, o que o texto traz à tona são pontos de entrada para o leitor sobre a situação do urbano, da cidade, do saneamento básico local e a cobrança que a legislação deve efetivamente fazer para o infrator, ou seja aplicar a Lei.

A nosso ver são sentidos de resistência que entrecruzam o discurso da depredação e da sustentabilidade. O turismo sustentável funciona, no dizer de quem faz o convite para o FIP, como um ícone capaz de mudar a postura da depredação, já que “o turismo sustentável, este sim **gera** empregos e renda permanente.” Isto dito de outra forma: o turismo sustentável não depreda. Quem depreda, então, são os “outros” e não o turismo, o evento, o FIP. O turismo, dada a posição da sustentabilidade, apaga o índice de depredação e passa a ser gestor de empregos.

Afinal, qual a relação entre depredação e geração de emprego? Se pensarmos somente que a depredação acontece na natureza, enquanto que o emprego é social, estaremos dicotomizando a relação entre homem e natureza, distanciando-se das causas e efeitos dessa relação no social, ficando nas partes. Em análise, observa-se na discursividade (folder do XXI FIP), duas formas de gerar empregos, mas não atribui a essas formas as conseqüências dessa ação no social. A exemplo: a indústria e o turismo, cada qual em escalas diferentes, produzem empregos. A diferença vai ser o eixo dessas duas formas de produzir empregos. Observa-se no dizer sobre a presença das indústrias, como depredadoras, enquanto que a formulação para o turismo desestabiliza o lugar de dizer que o turismo também produz a depredação. O que é posto em circulação é o lugar da indústria como “falsos argumentos de progresso e geração de empregos”, como diz a carta acima.

Quanto ao turismo sustentável, a palavra *sustentável* tem, não se pode negar, um certo “charme” porque vem do ecológico. Ela tem um argumento

sólido, via o dizer da ecologia que se expande, como já dissemos, a partir de Estocolmo. Assim, em uso nos discursos de cunho ambiental, ela ganha espaço para sustentar a idéia do turismo, como se este não depredasse também. De certa forma é um discurso de marketing, que atravessa a materialidade simbólica, no dizer sobre a preservação do peixe, pois não importa se nesse trânsito da pesca o turista-pescador silencie o pescador local, já que a figura do pescador ribeirinho é cristalizada no rol do institucional, do urbano, como o possível depredador. Dada a imagem sobre a posição-sujeito pescador ribeirinho, há um deslocamento silenciando essa profissão institucionalizada. Nesse movimento discursivo, há uma desestabilização. O discurso preservacionista tira o pescador dessa relação, o opacifica à margem do dizer sobre a preservação e a conscientização, e evidencia o imaginário do turismo, do turista na região. Como o turismo é textualizado em eventos como o Festival Internacional de Pesca?

Observemos o gesto de dizer sobre o FIP em:

Entrevistador- Como você avalia o Festival Internacional de Pesca, os peixes e o rio?

(...) pra biólogo é complicado responder isso porque eles mexem com o rio, né, eles mexem com o rio infelizmente. Eles derrubaram a pontinha Branca... que ... que era um monumento histórico, vamos dizer assim pra região de Cáceres, pra cidade de Cáceres, pras pessoas que viveram nessa época. É, eles, canalizaram o córrego do Sangradouro sem ter tratamento nenhum, continua depositando esgoto, sendo lançado esgoto a céu aberto na baía do Malheiro de onde, diga-se de passagem sai as embarcações durante o Festival de Pesca. Ali, naquele mesmo trecho são feitos desvios do leito da, da baía, do leito desse braço. Então quando eu falo, alterar para favorecer um determinado evento, eu acho isso muito complicado, pro meio, pro ambiente, né, porque isso é bonito agora, MAS pras futuras gerações vai ser um prejuízo imenso. **E a mesma coisa de pesca esportiva. Pra mim não existe pesca esportiva. Ou você pesca pra comer ou não, pega. Pescar pra achar que é bonito pra depois devolver é um risco que se corre se esse peixe vai sobreviver ou não.** Ele pode estar ensangüentado, pode ter tido algum ferimento. Aí as piranhas vão atacar, outros peixes também, né, que são carnívoros. Enfim, **o Festival ele deveria ter um outro foco, um, um processo, não é um exemplo de ecologia, não é um exemplo de quem está educado no enfoque mais ecológico, mas de respeito ao ambiente. Só o simples fato de pegar e soltar não é ambientalmente, de quem está sensibilizado.** É importante, pro turismo porque Cáceres é a cidade pólo. Pólo-turística, no Brasil por estar aqui no Pantanal Matogrossense mas é..é..tem que se mudar a metodologia, tem que se trabalhar melhor, **tem que se discutir**

melhor, aí eu acredito que irá chamar, atrair muito mais pessoas, pra esse festival.(Entrevistado – biólogo)

Observemos este outro entrevistado:

O Festival de Pesca de Cáceres, ele já se tornou tradicional, ele já se tornou conhecido internacionalmente, então é uma coisa boa, está **mostrando pro pessoal que ele pode fazer uma pescaria, sem agredir a natureza, desde que a pessoa tenha consciência**

Agora não sei se meus netos, se continuar nessa historia de depredação se eles vão ter o prazer de comer um peixe pescado aqui no Pantanal, pescado no rio Cuiabá, pescado na baia de Chá Mariana, no Jacururé, ii...**não existe realmente essa consciência, ainda no ser humano, ele participa todo ano do evento. Mas acabou o evento a destruição permanece. Então é bom esse evento, porque ele tenta pregar, na..na.. mentalidade do ser humano, que ele tem que preservar.** Só que eu acho que tem, deveria ter uma participação maior dos órgãos responsáveis pelo do Estado, nessa doutrinação, não só do município aqui de Cáceres, mas de todos os órgãos, da FEMA, do IBAMA da própria Secretaria do Meio Ambiente , do próprio governo do Estado pregar a preservação no que nós temos de melhor.

(Entrevistado – Turista)

Vejamos a entrevista:

Eu até falo, fico às vezes constrangida em falar como Bióloga, mas realmente é essa..., eu fiz Biologia, depois fiz mestrado em ecologia, e trabalhei no Pantanal no meu mestrado,iii, talvez não seja opinião de todo Biólogo, você teria que dar uma olhada assim, no geral, mas nós temos questionado...porque você jogar todo mundo no rio tentar que seja o maior Festival de Pesca com a maior quantidade de pessoa, e **não avaliar o impacto**.... A cada dia, e aí por um monte de causa, mas a cada dia nós temos um rio, nessa época do ano, mas seco, mais assoreado, menos água e tentando trazer mais gente pra dentro desse rio, tudo, num dia só.. num turismo que precisa ser melhor planejado. E aí...junta todo mundo nesse rio, ne, e.. tira a maior quantidade possível de peixe do rio é...mesmo com toda essa discussão do pesque e solte,né, pesca retira, mas isso causa **stress**. Imagina assim, que...é...o peixe como um...um...uma onça ou qualquer animal que seja apreendido, ou a gente mesmo, ser humano,né...seja apreendido é... sofra um stress,né, no caso do peixe o anzol,né, sendo fígado pelo anzol e sendo solto depois no rio. E isso em grande quantia, no rio. Então **isso se pensado em nível de impacto causa impacto**, né... no ecossistema como um todo mesmo, né. Os barcos, né agredindo diretamente o ambiente, os animais ah... ictiofauna sendo ferido e depois devolvido e **a gente até hoje tem todo uma proposta de fazer acompanhamento, estudo, mas cientificamente não tem resultado desses estudos se esses peixes estão sobrevivendo qual que é a porcentagem dessa**

sobrevivência, então é...é um discurso interessante de você pescar e soltar, né, mas a gente, nessa quantidade a gente não sabe o real impacto que causa na fauna, na ictiofauna. Então eu avalio que tem que ser repensado, né. Que seria muito mais interessante um turismo pro ano inteiro do que você aglutinar tudo em um dia e causar alguns impactos que **ainda não sabemos o que, que vai acontecer no futuro.** (Entrevistado – biólogo)

Pensando na localização da cidade de Cáceres, às margens do rio Paraguai, retomamos aqui o lugar do econômico. A pesca é um fator que movimenta a Colônia de Pesca, o comércio, como também o próprio FIP com a possível propagação do turismo, no Pantanal de Cáceres.

Pode-se observar no dizer dos entrevistados acima, a posição do biólogo e do turista diante do evento. São posições diferentes em que os sujeitos se inscrevem para dizer sobre o papel do FIP na região.

O biólogo se ancora na pesquisa, no dizer que a ciência possa assegurar para a ictiofauna. “ (...) **a gente até hoje tem todo uma proposta de fazer acompanhamento, estudo, mas cientificamente não tem resultado desses estudos se esses peixes estão sobrevivendo qual que é a porcentagem dessa sobrevivência, então é...é um discurso interessante de você pescar e soltar, né, mas a gente, nessa quantidade a gente não sabe o real impacto que causa na fauna, na ictiofauna**”. Enquanto que o turista pensa na possibilidade do espaço para o lazer e diversão e vê a partir desse “pescue e solte”, um gesto que possa despertar a “consciência” do visitante do Pantanal. O turista em entrevista demonstra como ponto positivo o evento, como uma maneira de educação, de um lembrete, mesmo sabendo que depois do evento do FIP, não signifique no real esse outro lugar . “ (...) **realmente essa consciência, ainda no ser humano, ele participa todo ano do evento. Mas acabou o evento a destruição permanece. Então é bom esse evento, porque ele tenta pregar, na..na.. mentalidade do ser humano, que ele tem que preservar.**” São discursos que cruzam o espaço da cidade, buscando no social fundamentos que assegurem, que sustentem o discurso ecológico *da conscientização* e da *preservação*.

Nessa direção, o FIP, que tem o registro no Guinness Book, é lugar de dizeres, de questionamentos dado ao jogo que se tem com o dizer sobre *preservação e conscientização*. O dizer do pesquisador, a posição-sujeito do biólogo trazem à tona o lugar do futuro, “as futuras gerações”, como também o

sentido, da pesca desportiva, do pesque e solte, do ecológico. Configurando no fio do discurso, o imaginário das possíveis conseqüências, do evento, entre o hoje e o amanhã.

Há um sujeito que reclama sentidos em: “**eles** mexem com o rio, né, **eles** mexem com o rio infelizmente. **Eles** derrubaram a pontinha Branca... que ... que era um monumento histórico, vamos dizer assim pra região de Cáceres, pra cidade de Cáceres, pras pessoas que viveram nessa época. É, **eles**, canalizaram o córrego do Sangradouro sem ter tratamento nenhum”. Um sujeito indeterminado que figura em 3^a. pessoa do plural **eles**, que movimenta, que desliza, que joga e que se flagra, no dizer do biólogo.

Pela noção de discurso, sabemos que a linguagem tem esse movimento, essa plasticidade. Enquanto materialidade a linguagem, é o lugar onde o analista tem acesso ao jogo das palavras, ao equívoco, de que é passível a língua. Assim, *a interpretação é um excelente observatório para se trabalhar a relação historicamente determinada do sujeito com os sentidos , em um processo em que intervém o imaginário e que se desenvolve em determinadas situações sociais,*” como diz Orlandi, (1996). Nessa direção, a relação do sujeito com o seu meio é sujeito à interpretação. O ambiente, o evento, a cidade, as condições reais do sujeito cidadão é interpretável, tem sentido. Compreende-se que os diferentes gestos de dizer e fazer significar o discurso da preservação têm efeitos entre os interlocutores que cruzam, que observam o espaço urbano.

Nessa direção, a cidade de Cáceres, enquanto escrita no discurso no folder do FIP, sobre sustentabilidade, “(...) o turismo sustentável, este sim gera empregos e renda permanentes (...)” fica irreal. A cidade real não se sustenta nessa discursividade, já que não há lugar para os problemas reais de infraestrutura, saneamento básico e o próprio fato da depredação. Há uma redução, um grau zero de problemas como não jogar lixo nas vias fluviais, esgoto sem tratamento em rios e lagos, coisas básicas, já que isso produz uma série de danos à saúde do homem e da natureza. Observa-se que esse discurso não se sustenta, cai no vazio, perde-se pelo excesso, pois o social significa por aquilo que a cidade produz, e é. Quanto ao ícone do discurso da sustentabilidade, esse continua sendo sustentado pela economia do mercado externo industrializado; e, é esse nível de sustentabilidade econômica que os países em desenvolvimento visam. Neste

sentido, FERREIRA & FERREIRA (1996), dizem que *muito importantes são as redes que integram representantes do movimento popular, sindical e ambiental e/ou incorporam em suas plataformas de luta a questão socioambiental e tentam influenciar a implementação de políticas públicas*. Em Cáceres, podemos destacar duas ONGs que são: ASATEC- Associação Ambientalista Turística e Empresarial de Cáceres, cujo objetivo é “ Entrelaçamento e amizade entre os componentes na prática interessada (...) tendo por princípios a verdade, a justiça e o respeito à natureza.” (ASATEC, 1996) e AARPA que tem como premissa “Reunião de esforços da coletividade para a preservação e defesa do rio Paraguai e seus afluentes, bem como o ecossistema do Pantanal na área de influência da grande Cáceres.” (AARPA, 1992).

Para as autoras as metas de *implementação de políticas públicas*, expressam um avanço na compreensão dos problemas urbanos, já que a questão da pobreza e da depredação ambiental não estariam sendo pensadas de formas estanques, diferenciadas, já que ambas produzem desigualdades sociais e desequilíbrio ambiental. (p.137).

4.3 Os Diferentes Sentidos da Palavra: Conscientização e Preservação

Na materialidade do discurso é possível observar o jogo de palavras, a constituição do imaginário no espaço social que a excede amplamente, no que se refere à questão da *preservação e da conscientização*.

Vejam, a partir das entrevistas, abaixo, a imagem que os vários segmentos da sociedade têm de si, do outro, e o outro tem deste e daquele. Na formulação há brechas, pistas que apontam para fatos que reclamam sentidos.

Entrevista n.º1-

(...) fala-se muito do **pescador profissional... quem agride**, quem **depreda**, no caso aqui em Cáceres na região aqui, **a gente verifica** que é o **pescador amador... principalmente o turista** e o próprio pessoal da região ... isso estatisticamente falando, a gente fez estatística o ano passado durante os oito meses da temporada de pesca ... a gente verificou a retirada do ... do ... Trecho entre Simão Nunes, né, até a estação ecológica do Taiamã 50 toneladas de 18 meses de pescaria, mais de 50 toneladas de pescado, sendo que isso daí **85% foi retirado pelos turistas e 15% pelo pescador profissional** por outro lado a gente verifica que desses 85% dos...

dos turistas ... é na verdade **não é o turista** aquele que vem de fora que pesca ... normalmente **é o pirangueiro** aquele que ... aquele que tá trabalhando... pro... pro... pescador amador que vem de fora de outros Estados” (Entrevistado – Polícial Florestal)

Entrevista n.º 2-

(...) nessas fiscalizações **os mais abordados são** principalmente **pessoas aqui da região. Que normalmente turista ou aquele qui vem difora**, o que, que a gente verifica... como já tinha falado anteriormente ... **o turista** vai, vem aluga uma lancha, uma chalana dessas de turismo, **paga uma diária** que... o custo dela é relativamente alto, né, ele vai pra pescá só que normalmente acontece, né, **o camarada nunca veio aqui... num conheci a região, ou se veio faz um ano, dois anos** que, que esteve aqui então **ele não sabe o local ondi esta o pexe... o rio é cheio de segredos, né, pro pescador o rio é cheio de segredos... e quem conhece esse segredo é o pessoal da região.** O pessoal da região..., então no final das contas a gente conversa, faz abordagens é ... faz estatística, né, faz estatística em pelação a quantidade de pescado retirado do rio ... a gente verifica que quem **realmente prática a pesca é o pessoal da região pro turista** que vem de fora... então funciona dessa forma... como já falei são pessoas como pescadores profissionais, amadores que trabalham no turismo... **os pirangueiros** que são os guias que levam o pessoal pra, praticar a pesca” (Entrevisto- Polícia Florestal)

Entrevista n.º 3

(...) É o chamado **turista ... TURISTA PROFISSIONAL...** porque a **maioria** desses turistas ... **na realidade são pescadores... NÃO trazem nada para o município ... até o gelo que eles usa, é comprado fora daqui, essas pessoas são os que mais depreda.** Por que, não é por você colocar um espinhel, ou uma rede que você está... você está depredando, também a quantidade abusiva de peixe que é retirado do riu.” (Entrevistado- Ongs)

Entrevista n.º 4-

(...) eu acho **no meu ver** que quem acaba mais com o meio ambiente, mas quem atrapalha mais **é o turismo.** Porque o turismo vem é... e **muita embarcação no rio**, então vai movendo o rio e vai se acabando o rio de tanta a navegação na água, o volume de água que se move no rio vem acabano com as margens do rio, **não o pescador profissional. Porque o pescador profissional ele, eles... ele ... num... num... mexe com água, né, ele só faz seu trabalho, né, nas embarcaçãozinha pequena devagar, de passinho, né e o turismo, não, o turismo é só ... é... divertir, diversão i... i... esbanjano do rio carrera, esbarrancano rio volume d'água se** esbalaçano às margens i, e ondo riu vem, vem aterrano, suriano o riu i, i derrubano toda a margem do riu. (Entrevistado- pescador profissional)

Entrevista n.º 5-

(...) agora diz que vão **liberar 100 quilo pra... profissional... o profissional**, 100 quilo, não está fora da base, por que nem esse num péga por viagem ...não tem ninguém que pega esse peixe, essa quantidade, né... **aí 'turista vai ter a carteira de 10 quilo, né, esse 10 quilo e o exemplau, os turistas vem mais é, é,... prá péga tonelada de peixe, né, ele não vem pra pega só 10 quilo, ele não vem mais, de jeito nenhum ... duvido qui vem, ele vai fazer uma dispesa lá prá vim pega 10 Quilo de peixe aqui, num vem, é como dizem o turista, ... ã, ã... é... pobre né, não dizê, (sacode a cabeça e ri, num tom sarcástico) por que o rico mesmo vem pega e sortava como teve um ano aí veio uns turista ai pega i... só brincava com o peixe i... sortava, né, esse eu sei que é turista, né, mas esses outros qui vem ai pra levar 60, 100 quilo de peixe, pra mim não é turista não traz nada. Aqui ele só deixa lixo na beira desse rio aí... vai juntano quando vai fêchar a fecha da pesca na piracema é... junta os barcos daqui e saem catano lixo que eles largam ai, tudo na beira do rio, ai... é isso aí.” (Entrevistado- pescador profissional)**

Entrevista n.º 6

Há uma divergência entre os pescadores, entre a classe, principalmente **entre os pescadores profissionais com os turistas que na realidade tem muitas que se disfarçam de ser turistas, mas não são, são falsos turistas que vem como turistas, mas na realidade são pescadores profissionais é... é ... que não são legalizados, que aproveitam de alguns que são legalizados, de alguns pescadores coitados, então eles usam aquele pescador que é totalmente legalizado e oferecem, pegam ele e levam nos barcos e realizam a pesca e usam ele simplesmente pra pescar e pra passar o peixe pra ele, só que pra gente podê é... é ... enquadrá-lo na lei, nós temos que pegá-lo em flagrante**, mas existe essa rivalidade e uns dos maiores problemas nossos são **esses falsos turistas** é... que entram depois com problemas, com divergências é... com pescadores que residem aqui, que são pescadores profissionais e outros que **são os mal - pescadores**, né, que gostam de realizar a pesca predatória.” (Entrevistado- FEMA- Fundação estadual do Meio Ambiente)

Entrevista n.º7

Sobre essa nova lei que o turista vim e levar só dez quilos, ou pesca ter hora de lazer na beira do rio... só comer o peixe na beira do rio e não levar nada... eu acho que ... se isso acontece... **o turista num vem mais aqui no Rio Paraguai... o turista num desce mais aqui no Mato Grosso**, em Cáceres para pescar, **eles vai pra outra parte... mas aqui ele num vem, se for prá ele vim levá eles vem, se for pra eles pescá e leva o peixe eles vem, agora se for pra eles pescá o peixe e ter hora de lazer e soltar o peixe ... eles num vem..** igual a senhora acabou de fala que é ... **são os falsos**

turistas ... então ele vem como turista, mas ele é não é turista ... ele é o mais profissional do que o próprio profissional de Cáceres. Não é chará? Ele é mais profissional, do que o profissional da cidade de Cáceres. Ali ele traz o minhocoçu, ele traz uma tuvirinha, ali ele traz os anzóis adequados pra ele pegá os peixes... por exemplo ele ... a tuvirinha custa aí média de cinquenta centavos ele traz mil, duas mil tuvirinha. E o pescador profissional coitado malemá... ele leva a boinha dele prá comê lá embaixo ... chega lá ele tem que pescá de anzolinho a isca dele que é o lobozinho... prá pegá o Pintado... e num é TO - DA - VEZ - QUE - o ... é num é todo dia que o pintado pega uma isca só ele muda, o peixe muda de isca... o Pintado o Pacu ... eles muda, então é... se a tuvirinha num tá pegano... o turista corre e compra ele o muçum ... compra dois três mil muçum ele tem condições de pescá ... e o profissional num tem ... a vida de profissional é assim. (Entrevistado – Colônia dos pescadores)

Entrevista n.º 8-

Ele vai ter que se adaptar a nova realidade... por que o turista vem aqui para se divertir... para relaxar e não para ficar pescando com espinhel, anzol de galho... essas coisas acaba depredando a natureza ... ele vai ter que ter uma adaptação, porque se houver um turismo intensivo aqui vai acabar os peixes do rio e aí... consequentemente acabar o turismo aqui. (entrevistado- Juizado Volante Ambiental - JUVAM)

Entrevistado n.º 9

Ah, essa é uma questão que deve ser analisado caso, a caso, né, porque se vai analisar, **o pescador amador é o que mais povoa é... às margens do rio pescando. Então ele chega lá, ele vai no fim de semana, muitas vezes derruba vegetação que tem ali pra construir acampamento, levam cervejas, latas, refrigerante, plásticos, esse lixo não é recolhido muitas das vezes, ficam nas margens do rio isso é uma consequência de poluição certamente, numa crescida do rio elas vão todos esses tipos de lixo vai pra dentro do leito do rio. E se for analisar, por exemplo, o pescador profissional, e se ele usar a pesca como meio de vida mesmo que ele considerar que aquilo ali é o sustento da vida dele. Ele por obrigação, ele deve por sinal fiscalizar, mas sabe que entre eles existe os depredadores, que na ganância de ter mais pescado de ter mais pescado pra vender eles usam tudo que é tipo de equipamento que muitas vezes que são proibidos pela Lei. São pescadores furtivos que usam à noite, que onde a fiscalização, ela já quase... quase não...não, existe na realidade no rios, então o pescador acobertado pelo documento de profissional, então ele usa de, desse horário pra fazer a pesca ilegal. E também, **o turista, os barcos de turista que chegam dentro dos municípios, onde a****

pesca e abundante como na região de Mato grosso, muitas das vezes a gente nota que os barcos que transportam essas pessoas eles têm cestinhas, sacolas e tal pra juntar os lixos que tem a bordo. Mas existem outros, se sabe como é que, é, né? Em um descuido e joga uma lata pra dentro, então o acúmulo desse material, que não é fácil da natureza por exemplo destruir, ele vai se acumulando, que muitas vezes isso vai levar trezentos, quatrocentos anos pra poder entrar em decomposição.(Entrevistado – IBAMA)

O sujeito é compreendido nesta perspectiva teórica, como posição-sujeito. Nessa direção, sujeito e sentido se configuram pela interpelação. Para Pêcheux (1995:155) “a interpelação tem um *efeito retroativo* que faz com que todo indivíduo seja “sempre-já sujeito” (...).” Daí poder dizer a partir de Pêcheux que *o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Assim, não há sujeito sem discurso, nem discurso sem ideologia.*

É esse efeito ideológico da realização do sentido da pesca, do rio, da *conscientização e da preservação*, como também, do turismo, das Leis de Pesca para as diferentes posições-sujeito que pretendemos trabalhar. Nosso trabalho de análise, visou atravessar o discurso, não em busca de um sentido, mas para abrir questionamentos sobre o efeito desse discurso que constitui o imaginário do universo pesqueiro que cruza o espaço urbano da cidade, do Estado de Mato Grosso.

Nas distintas formulações acima há um jogo imagético sobre a figura do turista, o papel do turismo para a região, o pescador amador, como também do pescador ribeirinho, o pescador profissional, na sua relação de profissional com o rio, a pesca.

Há um conflito que se flagra nas diferentes posições-sujeito dos entrevistados de 01 a 09 entre **ser turista e falso turista e pescador profissional** -**“Há uma divergência entre os pescadores**, entre a classe, principalmente **entre os pescadores profissionais com os turistas que na realidade tem muitas que se disfarçam de ser turistas, mas não são, são falsos turistas que vem como turistas, mas na realidade são pescadores profissionais é... é ... que não são legalizados, que aproveitam de alguns **que são**”** . Entrevista n.º 6 – FEMA.

As instituições governamentais, como as não-governamentais, são unânimes em considerar, em construir a imagem daquele que depreda, que não preserva. Ou seja, aquele sujeito que **não é consciente**, que se exclui do discurso

ecológico da preservação ambiental. Para melhor compreendermos as sobreposições imagéticas que se constroem sobre o pescador profissional, o turista, ou o falso turista, é importante que compreendamos a posição que estes vários entrevistados ocupam no social, tais como: representante de Ongs, Comandante da Polícia Florestal, Chefe da Fundação Estadual de Meio Ambiente, representante da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, Juiz do Juizado Volante Ambiental, Presidente da Colônia dos pescadores e pescadores ribeirinhos.

Dessa maneira, a constituição do falso turista dito nos diferentes discursos presentifica para o social o sentido do jurídico, das Leis de proteção da Pesca, de Crimes Ambientais, dos Recursos Hídricos. Assim, a mudança prevista para a quantidade de pescado para as diferentes categorias de pescador, que estava em discussão na Assembléia Legislativa em Cuiabá, na época das nossas entrevistas (em março, 1999), representa antes da mudança no papel, no Estatuto, na Legislação, uma organização, uma memória discursiva, que se mobiliza para uma outra temporalidade discursiva ideologicamente marcada, definida pelo futuro que marca a linguagem, a posição sujeito, em um outro lugar, a *conscientização*. O discurso sobre a conscientização é marcado ideologicamente para aquele que convive com a pesca como fonte de trabalho.

Assim, a imagem social é apreensível, a partir da caracterização **do depredador** na figura do **pescador profissional, o pirangueiro**. Há uma troca de papéis, de valor, de relação do pescador com o rio, do profissional ribeirinho e o pirangueiro. “... a gente verifica que quem **realmente pratica a pesca é o pessoal da região pro turista** que vem de fora... então funciona dessa forma... como já falei são pessoas como **pescadores profissionais**, amadores que **trabalham no turismo... os pirangueiros** que são os guias que levam o pessoal pra, praticar a pesca.” (Entrevistado-Policial Florestal).

O pirangueiro seria o pescador não constituído, não compromissado com a sua posição de pescador profissional. E, então, usa o lugar de profissional trabalhando na pesca, como pirangueiro, atravessando as delimitações da Lei de Pesca, distanciando-se das responsabilidades da categoria enquanto profissional. Essa prática abusiva de pesca realizada por visitantes é caracterizada também de: “(...)É o chamado **turista ... TURISTA PROFISSIONAL...** porque **a maioria** desses turistas ... **na realidade são pescadores...**” (Entrevista n.º3)

Novamente, podemos observar, a partir da cidade, a constituição do imaginário sobre a figura do falso turista no espaço urbano. Em contraponto a essa falta de *conscientização* entre o falso turista, o pescador ribeirinho e o pirangueiro. Vejamos, como essa mesma palavra *conscientização* tem uma outra versão, se inscreve em uma outra discursividade, no dizer do nosso entrevistado.

“(…) a Polícia Florestal tem voltado suas ações principalmente para as orientações e até mesmo a educação ambiental. É... a contribuição que a própria ... a própria cobertura que a mídia tem dado em relação a conservação de recursos naturais tem contribuído prá... pro nível maior da conscientização da população, agora por outro lado a gente verifica que ... a questão da conservação passa pelo aspecto social... **a gente não pode perder de vista o aspecto social** até tem uma frase que eu ouvi uma vez e me falaram desse jeito: **“Como que a gente vai falar de preservação e conservação ambiental num país de miseráveis”**. A verdade é essa, é muito mais fácil ... eu não tenho emprego, num tenho o que fazê, então vou ... pô tem o rio ali... vou pescá no rio... tira o peixe e vô comê, vendo o peixe, faço um dinheiro... pô tem um monte de árvore lá tiro aquela árvore vendo a madeira faço dinheiro ... então passa por essa questão... **é... como fato positivo**. Agora, a gente verifica também agora principalmente com a nova legislação do ... do ano passado, né, que transformou, que tipi... que ficou várias condutas como crimi... ô... a pessoa pensa, né, duas, três vezes antes de cometer o ilícito, uma vez que ela sabe se for flagrada ela vai ser encaminhada... a delegacia... ela vai responder por aquilo criminalmente falando, **mas só a gente verifica que nesse caso não é a conscientização é um temor daquela pessoa em ser presa.**” (Entrevistado – Policial Florestal do Estado de Mato Grosso, grifos nossos)

Nas palavras do nosso entrevistado – Polícia Florestal – O lugar daquele para quem se fala sobre a *preservação e a conservação* às vezes é oco, não tendo sentido falar em *conscientização*. Pois, **“ como que a gente vai falar de preservação e conservação ambiental num país de miseráveis.”** No dizer do entrevistado figura o que FERREIRA (1996) diz sobre os centros urbanos e a população. “ As áreas urbanas em todo mundo são consideradas locais privilegiados para geração de empregos, para inovação, para ampliar as oportunidades econômicas.” (p.136) A autora argumenta ainda que há obviamente uma parcela da população que tem as condições de desfrutar de um consumo moderado, mas que satisfazem as suas necessidades básicas. Entretanto, há uma outra face nesse mesmo espaço urbano, onde figuram, estão os excluídos, ou seja

aqueles que não satisfazem suas necessidades materiais básicas. Daí poder dizer que as palavras precisam ser tomadas pela formação discursiva que as sustenta, diversas no social de que fazem parte. Já que, os sujeitos *devem às cidades o padrão de vida que possuem*.

Essa afirmação de que o sujeito se significa a partir do que a cidade produz, implica pensar o jurídico, a organização política do espaço citadino, a materialidade da língua, nessas inter-relações.

Neste estudo, onde questiona-se o funcionamento do discurso ecológico sobre a pesca na cidade de Cáceres, observa-se que o dizer sobre a *conscientização e a preservação* tem múltiplos sentidos. É preciso compreender a multiplicidade dos sentidos, na mesma expressão, significando o diferente, dadas as posições sujeitos que tomam o rio como espaço de lazer, de fome, de trabalho, de compra e venda. Como disse o nosso entrevistado, “... **a questão da conservação passa pelo aspecto social**”. É o social, o Estado que lhe garante, na carta maior, a Constituição Federal, o exercício dos direitos e deveres da cidadania. Estes, deveres têm papel fundamental, nesse lugar, do institucional. Assim, o dizer sobre a preservação, do rio, dos peixes, para o cidadão sem alternativas de trabalho, significa em outras palavras, barriga cheia, sair da miséria. Textualiza a pauperização, a degradação social. Ainda em continuidade ao dizer do entrevistado observamos que esse Aparelho do Estado tem um imaginário constituído desse cidadão.

“A verdade é essa, é muito mais fácil ... eu não tenho emprego, num tenho o que fazê, então vou ... pô tem o rio ali... vou pescá no rio... tira o peixe e vô comê, vendo o peixe, faço um dinheiro... pô tem um monte de árvore lá tiro aquela árvore vendo a maderá faço dinheiro ... então passa por essa questão... **é... como fato positivo**. Agora, a gente verifica também, agora principalmente com **a nova legislação** do ... do ano passado, né, que transformou, que tipi... que ficou várias condutas como crimi... ô... a pessoa pensa, né, duas, três vezes antes de cometer o ilícito, uma vez que ela sabe se for flagrada ela vai ser encaminhada... a delegacia... ela vai responder por aquilo criminalmente falando, **mas só a gente verifica que nesse caso não é a conscientização é um temor daquela pessoa em ser presa.**” (Policial Florestal)

Observa-se que há um fato visto como positivo, no dizer acima, na relação, entre o cidadão e o ambiente. Entretanto, na seqüência do dizer podemos analisar um outro lugar nessa formulação, entre os recursos naturais e determinados cidadãos. Seria o gesto da *conscientização e da preservação*? “ (...) **a gente verifica que, nesse caso, não é a conscientização é um temor daquela pessoa em ser presa.**”

Nesse dizer, acima, a Lei flagra o sujeito. O sujeito sente a presença coerciva da Lei, desse lugar institucionalizado, e então, ocorre um distanciamento desse sujeito com esse meio temendo as implicações da lei e **não** uma mudança que implicaria em dizer que trata-se, enfim, da tomada de *conscientização*.

O discurso sobre conscientização implica necessariamente na formação cultural, política e econômica do sujeito com o social. Ferreira (1997) diz que:

A literatura sociológica é unânime em admitir que no Brasil, como no mundo, as lutas sociais se traduzem muito mais pela distância entre cidadãos e excluídos, independentemente da ordem dos direitos reivindicados – bem-estar social, qualidade ambiental, não importa, distância esta estabelecida na justa relação entre atores diferenciados e entre eles e o Estado -, do que nas suas relações com a riqueza e sua produção. É impossível hoje discordar do fato de que os conteúdos produzidos por ambientalistas de toda ordem, por grupos comunitários, por campanhas contra a exclusão social e tantos outros formatos de mobilização política têm em comum o abandono da ilusão desenvolvimentista da metade do século (p.48)

Nessa direção, entendemos que não há um lugar real para uma posição sujeito que o caracterizamos de **sujeito eco**. Entendemos o sujeito eco como uma posição do discurso ecológico, uma vez que, o dizer da ecologia é heterogêneo e não estamos aqui caracterizando-o em uma só posição. Assim, denominamos - o de sujeito-eco, dado o imaginário que se tem, sobre a preservação, que figura em textos dispersos analisados, neste estudo. Cabe frisar que entendemos ser o sujeito-eco, objeto do discurso ecológico, uma posição não preenchida. Já que, essa constituição imagética de uma posição-sujeito-eco passa necessariamente pelo social, pela via de uma educação política e ambiental com suas implicações. E neste caso, seria ainda o não realizado no real do homem com o ambiente.

Observa-se assim, o efeito do real sobre si mesmo, na medida em que ele produz aquilo que chamamos a “forma-sujeito” fornece-impõe a “realidade” ao sujeito sob a forma geral do desconhecimento, forma da qual a ficção – tal como a examinamos há pouco – representa a modalidade mais “pura”. (PÊCHEUX 1995:170)

Esse processo constitutivo do sujeito com o seu meio pode ser observado nas entrevistas de n.º 4, 5 e 7. O sujeito se vê, se marca no fio do discurso. O pescador ao falar da sua profissão, ele se marca, se distancia, nega a presença do turista na região, diante da possibilidade da mudança na quantidade de pescado previsto pela Lei de pesca Estadual. Ao mesmo tempo, o pescador qualifica o turista, como um **não turista** devido a sua relação de pescador profissional com o rio, e não de lazer. O pescador ribeirinho diz sobre a presença do outro, o turista, a partir da sua posição profissional. É ele, na posição de pescador habilitado como profissional do rio, que se vê e se mostra como o autorizado para a pesca em grande escala. O mesmo trajeto, jogo imagético, faz a Polícia Florestal ao dizer, na entrevista acima, sobre o espaço do rio e do sujeito. Diz o entrevistado, que o sujeito distancia-se do rio nem sempre porque é consciente, **MAS** porque tem **medo** da prisão.

Observemos este recorte:

(...) agora diz que vão **liberar 100 quilo pra... profissional... o profissional**, 100 quilo, não está fora da base, porque nem esse num pega por viagem ...não tem ninguém que pega esse peixe, essa quantidade, né... **ai 'turista vai ter a carteira de 10 quilo, né, esse 10 quilo e o exemplau, os turistas vêm mais é, é,... prá pega tonelada de peixe, né, ele não vem pra pega só 10 quilo, ele não vem mais, de jeito nenhum ... duvido qui vem, ele vai fazer uma dispesa lá prá vim pega 10 Quilo de peixe aqui, num vem, é como dizem o turista, ... ã, ã... é... pobre né, não dizê, (sacode a cabeça e ri, num tom sarcástico) por que o rico mesmo vem pega e sorta como teve um ano aí veio uns turista aí pega i... só brincava com o peixe i... sortava, né, esse eu sei que é turista, né, mas esses outros qui vem aí pra levar 60, 100 quilo de peixe, pra mim não é turista** não traz nada. Aqui ele só deixa lixo na beira desse rio aí... vai juntano quando vai fêchar a fecha da pesca na piracema é... junta os barcos daqui e saem catano lixo

que eles largam aí, tudo na beira do rio, aí... é isso aí.” (Entrevistado n.º 5- pescador profissional)⁵⁷

Ao falar sobre o lixo à margem do rio, o pescador ribeirinho retoma o discurso ecológico *da conscientização e da preservação*. Para Pêcheux (idem p.172) “a *tomada de posição* não é, de modo algum, concebível como um “ato originário” do sujeito-falante: ele deve, ao contrário, ser compreendido como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso-transverso, isto é, o efeito da “exterioridade” do real ideológico-discursivo, na medida em que ela “se volta sobre si mesma” para atravessar.”

Dessa forma, o sujeito é tomado, atravessado pelo efeito do real no seu dizer. Aqui, retomamos Pêcheux, (1997:79) ao dizer que é impossível *analisar um discurso como um texto, isto é, como uma seqüência lingüística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis*, ou seja, a partir das condições de produção do discurso. Assim, dizer sobre a posição do pirangueiro, do turista como depredador significa trazer para a análise do discurso o espaço do rio, das Leis de pesca, como também o direito e o dever do cidadão para uso dos recursos naturais.

Observemos a figura do depredador nessas entrevistas:?

Quando recomeçou essa discussão do peixe de quanto poderia ser levado, é de quem é o culpado. (...) a gente sabe que **o pescador profissional ele, tem uma grande parte, de contribuição, assim na parte da predação**, mas naquela época o **enfoque era assim, tentando colocar a culpa em uma categoria só**, não a culpa é do pescador profissional porque ele usa rede porque ele tem usado meios que são ilegais, tipo tarrafa de.. maiores do que as recomendadas só pra iscas, mas por outro lado a gente como biólogo também puxava essa discussão, é..é uma categoria que tem contribuído. **Mas o turista é uma outra categoria que tem vindo aqui e levado peixe assim, em grande quantidade**, e a gente sabe que nós não tem fiscalização, que fala assim....Olha só a quantidade que hoje é permitida é muita coisa. Mas hoje assim, nem precisa fazer pesquisa assim, profunda pra saber que se leva muito mais. Tem aí, existe até, boato que o pessoal sai do meio do Pantanal com avião, levando peixe, né. Você não tem órgão fiscalizador, pra , pra conseguir fiscalizar tudo isso, né. **E aí tem, os**

⁵⁷ Em março de 1999, época da realização destas entrevistas a Lei Estadual de Pesca n.º 6.672 de 20-10-95 estava em discussão na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso. O fio da discussão da então, atual Lei era para uma possível mudança na quantidade de quilos de pescado para todas as categorias de pescadores; conforme dispõe o Art. 3.º da Lei de Pesca do Estado: I Científica, II Amadora e III Profissional.

próprios animais. **Ai o outro jogava culpa no jacaré. Não é o jacaré que é o culpado. Nossa parou de matar jacaré, então, pode olhar que tem uma quantidade de jacaré.** Então um, e..aii. a gente tem um amigo que faz parte do GAIA, que é uma ONG, que a gente participa também, que é o Vitor que fez o mestrado sobre o jacaré do Pantanal, e ai ele ia lá, no debate e dizia” Olha gente, o jacaré como tudo. Come ave.” Falando do jacaré na cadeia, né, e ai a gente vê, que não existe o grande culpado. **E ai tem a população ribeirinha, né, que vai ai dos pescadores de barranco, e ficam ai na beira do barranco, e eu penso que esses são os mais prejudicados ainda, talvez por esse excesso que a gente viu, ai fazendo pesquisa junto dessa categoria.** O que, que a gente percebe desses pescadores. Que eles já estão desempregados, então eles já estão à margem de um processo social mesmo, e eles vão lá porque é dali que eles retiram proteínas, aa, o alimento deles, né. Três vezes por semana com certeza, eles se alimentam do pescado. E ele é que vai comer o bagre, a traíra, o lobó. É ele que vai ficar com os peixes menos nobre, e satisfeito com isso, né. Mas com a visão de que cada dia esta´ diminuindo também. Então a gente tem que pensar essa questão como um todo. **Então não vejo hoje o grande vilão, nessa questão.** Mas todo mundo contribuindo com isso. Agora, é...com, nós precisamos, começar ter clareza que essa discussão tem precisa ser feita com todo mundo. Todo mundo precisa abrir um pouco, é... do seu interesse e começar **a discutir a conservação do pescado, do rio e tudo mais.** (Entrevistado-biólogo)

Ah, essa é uma questão que deve ser analisado caso, a caso, né, porque se vai analisar, **o pescador amador é o que mais povoa é... às margens do rio pescando.** Então ele chega lá, ele vai no fim de semana, muitas vezes derruba vegetação que tem ali pra construir acampamento, levam cervejas, latas, refrigerante, plásticos, esse lixo não é recolhido muitas das vezes, ficam nas margens do rio isso é uma consequência de poluição certamente, numa crescida do rio elas vão todos esses tipos de lixo vai pra dentro do leito do rio. E se for analisar, por exemplo, **o pescador profissional, e se ele usar a pesca como meio de vida mesmo que ele considerar que aquilo ali é o sustento da vida dele.** Ele por obrigação, ele deve por sinal fiscalizar, mas sabe que **entre eles existe os depredadores, que na ganância de ter mais pescado de ter mais pescado pra vender eles usam tudo que é tipo de equipamento que muitas vezes que são proibidos pela Lei. São pescadores furtivos** que usam à noite, que onde a fiscalização, ela já quase... quase não...não, existe na realidade no rios, então o pescador acobertado pelo documento de profissional, então ele usa de, desse horário pra fazer a pesca ilegal. E também, **o turista, os barcos de turista que chegam dentro dos municípios, onde a pesca e abundante como na região de Mato grosso, muitas das vezes a gente nota que os barcos que transportam essas pessoas eles têm cestinhas, sacolas e tal pra juntar os lixos que tem a bordo. Mas existem outros, se sabe como é que, é, né? Em um descuido e joga uma lata pra dentro, então o acúmulo desse material, que não é facial da natureza por exemplo destruir,**

ele vai se acumulando, que muitas vezes isso vai levar trezentos, quatrocentos anos pra poder entrar em decomposição. (Entrevistado-IBAMA)

Nesse dizer, do biólogo e do IBAMA, não existe um lugar para o depredador. O discurso tem uma textualidade que oferece, ao interlocutor, uma pluralidade de informações que possibilita múltiplas leituras, para o social. A partir desse lugar, nomear um depredador, significaria apagar a presença dos demais visitantes do rio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com o discurso ecológico sobre a pesca na cidade de Cáceres, no Estado de Mato Grosso, permitiu-nos formular questionamentos sobre a materialidade simbólica em que se textualiza o dizer sobre a conscientização e a preservação do rio Paraguai, como de seu pescado.

Observamos que há discursos políticos ambientais e discursos de marketing ambientais, cada qual tendo uma direção acerca do social. O dizer “sobre” nem sempre, como analisamos, significa “estar” no espaço daquilo sobre o qual está sendo dito algo. A maneira como os discursos se inscrevem nas formações discursivas faz a diferença.

Problematizar a materialidade simbólica do discurso sobre a *conscientização* e a *preservação*, a maneira como ele se inscreve no Estado de Mato Grosso, na cidade, na comunidade pesqueira, no social, nos possibilitou descobertas, características do político das relações de poderes que hierarquizam o Estado.

A maneira como o rio Paraguai toma *corpo* no social, a partir dos dizeres que cruzam a cidade, abre para escutas significativas, para a possibilidade da cidade tornar-se turística.

Nesse gesto de pensar o turismo, de pensar na *preservação do peixe*, no “desenvolvimento sustentável” para que o turista venha até a região, a nosso ver há uma inversão de valores, um apagamento na discursividade ambiental, ainda que não total, mas parcial, do sujeito local que tem uma memória histórica de sua relação com o rio, **o pescador ribeirinho, a colônia de pescadores**.

Assim, nessa busca de construir uma materialidade simbólica, consistente - que signifique o gesto de conscientizar o cidadão, a sociedade, a preservar o peixe no rio, a pensar no turismo - observamos que o discurso da preservação passa por um processo de naturalização, onde o pescador ribeirinho é apagado. Observamos uma sobredeterminação, da posição sujeito-turista, na posição-sujeito pescador ribeirinho. O discurso ambientalista preservacionista tira o pescador dessa relação, desse lugar de pescador, de ribeirinho. Pois não se diz em placas, em panfletos, que é para preservar a pesca porque tem um sujeito que

historicamente sobrevive do espaço do rio, dos peixes. A pesca, que tanto significa na vida desses cidadãos, não significa na materialidade discursiva que movimenta o espaço *citadino*, urbano. Há um equívoco trabalhando o discurso da preservação que se sustenta na relação da cidade com o rio.

Na medida em que trabalhamos com o funcionamento da língua, pensada enquanto efeitos de sentido, observamos a desestabilização do pescador local, o ribeirinho, para ceder espaço ao lazer, a tornar-se profissional de guias turísticos. São posições-sujeito inscritos em determinados dizeres que configuram esse direcionamento de estratégias de preservação da natureza, do rio Paraguai, dos peixes para a prática do turismo.

Assim, a nosso ver, o sentido do discurso sobre a **preservação e a conscientização** se dá em função do turismo e **não do pescador local**. A memória histórica do ribeirinho, a relação desse cidadão com o rio, não se diz, não se trabalha: há silêncio. Podemos dizer ainda, que esse gesto do ribeirinho com o rio vem antes da propagação e do pensamento da prática do turismo. E pensar esse sujeito tão somente como um guia turístico na cidade é negar-lhe toda a sua história de ser pescador, para ser apenas um mediador, um “instrumento”. Kundera (1979) diz que se quisermos acabar com a memória de um povo, é só lhe tirar a sua cultura. E como nos disse uma bióloga em nossa entrevista “ eu vejo assim, a presença do ribeirinho como uma parte desse ambiente como um todo.” E a cultura dessa sociedade local, fica onde?

Neste trabalho observa-se que o pescador é flagrado no gesto de dizer. A subjetividade dá presença à pesca na sua vida, na materialidade discursiva. No gesto do dizer, é como se o pescador estivesse pescando ou melhor dizendo, o pescador ribeirinho é fisgado na sua própria formulação, ao se significar como posição-sujeito profissional da pesca.

Notamos que *ser pescador* é uma profissão que é passada de pai para filho, na região. Pessoas com trinta, vinte, doze anos de trabalho, de relação *corpo a corpo* com o rio, deram o exemplo desse trabalho para os filhos. Aquilo que acontece nas famílias onde o pai, um parente, é médico, biomédico, comerciante, e quer que o filho aprenda e siga a sua profissão. Não estamos dizendo que o pescador não deve ter dentro de sua família filhos que optem em ser médicos, engenheiros, entre outros, e seguir a carreira. A diferença passa pelo social,

condições financeiras, acesso a escolas e universidades. É essa a diferença que faz com que muitos jovens sigam para a pesca, a canoa e os anzóis, a exemplo de seus pais. Fica ainda uma pergunta fazendo eco: Que discurso “ecológico” sustenta o pescador local na continuidade de sua história? E aqui, podemos citar o gesto do dizer do pescador ribeirinho e sua exterioridade “é difícil... num é fácil, eles implicam tanto com o pescador profissional... o turista vem deita e rola(...) com todo conforto(...) nós somos PIQUENINHOS, nós num tem dinheiro.”

Nesse sentido, pensar num **sujeito-eco**, para o social, a nosso ver, seria antes pensar nas particularidades desses vários sujeitos que utilizam da pesca como lazer, como turismo, ou como espaço de subsistência. Do contrário, essa posição-sujeito não se sustenta.

Assim, o discurso ambiental produz no espaço urbano uma continuidade de *efeitos de sentido*, que às vezes são opacos aos olhares do sujeito, na ilusão de achar que a linguagem é transparente, e tudo aparece como sendo tão obvio que se apagam os questionamentos.

Dessa forma, falar sobre a constituição imaginária desse *sujeito-eco*, significa, a nosso ver, mostrar, como já dissemos, os sítios que constituem os discursos ambientais na configuração de uma posição sujeito que na verdade é irreal. Trata-se de um cidadão que a educação ambiental ainda não constituiu no real do mundo dos homens, só no ruído das palavras, nas relações de poder. O sujeito-eco faz parte do imaginário, do que poderia vir a ser, mas que seria o alhures, o não realizado, que figura nos cartazes quando se diz sobre a preservação des-historicizando a posição-sujeito e criando um outro, o imaginário. Nessa direção, entendemos que o **sujeito-eco** reflete enquanto posição, um tipo de discurso ecológico, no qual ele se figura como sendo **objeto** desse discurso. Compreende-se, nessa direção, que o discurso ecológico não é homogêneo, ele tem a sua multiplicidade.

Daí poder dizer que dar visibilidade a uma imagem, a uma idéia, é uma possibilidade da linguagem. A linguagem em seu funcionamento tem essa plasticidade porque o sentido está sempre em curso, trabalhando, produzindo efeitos, já que há a incompletude. Assim, pensar que concluímos, encerramos esta escrita é uma ilusão, já que o sentido não se fecha, mas é necessário que coloquemos, mesmo que temporário, o ponto final nesta textualidade.

ABSTRACT

In this research we try to comprehend, throughout the ecological discourse, the sense effects the institutionalized and non-institutionalized saying about the fishing in Paraguay River, in Cáceres town, state of Mato Grosso.

We try to make the semantic thickness of language visible, by interrogating the symbolic materiality, showing possible point of view of certain discursivity.

In order to achieve that, we take, as our *corpus* institutionalized and non-institutionalized discourses which cross the town in its riverside. For this materiality, our theoretic-analytic referential is the Discourse Analysis, in its French line, of Michel Pêcheux, Eni Orlandi, among others.

The option in develops such a research comes from the place itself where we live, the Pantanal, in Mato Grosso State. In this region fishing has a cultural tradition, a memory that comes along since the town foundation, and, there's no deny, we can't be uninfected by the environmental discourse which means in this town, in this region.

It is through those discourses, those texts spreading which print themselves over the city, over the fishing community, that we try to work out the analyses in this political territory in which we mean.

During our analyses, we will observe that the river has a corporate, which means it, which gives life to the town. Because of the location of the town, in this region, on the border of that river, it is known as *O Portal do Pantanal, a Princesinha do Paraguai*. It is this ecological discourse that, by the effect of its naturalization, in our point of view, produces and constitutes, in the matogrossense social, a subject. And then we question: which subject is this, that one wants to constitute in the social through those texts, which play a role with the possible interlocutors in the urban space.

KEY WORDS: Paraguay River, Fisherman, Fish, Town, State, Fishing Law, Awareness, Preservation, Tourist, Sustainable Development, Subject, Discourse Analyses.

BIBLIOGRAFIA

- ALMINO, João. *Naturezas Mortas: A Filosofia Política do Ecologismo*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 1993.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BATISTA, Martha. *Estrela de uma vida inteira: a história de Cáceres contada através das lembranças de vó Estella*, 1998.
- BUTTEL, Frederick. Sociologia Ambiental, Qualidade Ambiental e Qualidade de Vida: Algumas Observações teóricas. In. *Qualidade de Vida & Riscos Ambientais*. Niterói, RJ. EDUFF, 2000.
- CLARK, David. *Introdução a Geografia urbana*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995.
- COVRE-MANZINI, Maria de Lourdes. *O Que é Cidadania?* São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DIEGUES, Antônio Carlos (org.) *A Imagem das Águas*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- DUNLAP, Riley E. The evolution of environmental sociology: a brief history and assessment of the American Experience. IN: *The international and book of environmental sociology*. Northampton, USA. 1997.
- DUPUY, Jean-Pierre. Introdução à Crítica da Ecologia Política. In *Ecologia e Política*. Lisboa: Notícias, 1976.
- FERREIRA, Leila da Costa & FERREIRA, Lúcia da Costa. Limites Ecológicos: novos dilemas e desafios para o estado e para a sociedade. In *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*. (Orgs.) Daniel Joseph Hogan, Paulo Freire Vieira. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- FERREIRA, Leila da Costa & VIOLA, Eduardo. (Orgs.) *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas, SP: 2.^a. ed. UNICAMP, 1997.
- FERREIRA, Leila da Costa. *A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- _____.(Org.) *Sociologia Ambiental, Teoria Social e a Produção Intelectual no Brasil*. IN revista Idéias- IFCH, UNICAMP, 2001.

_____. *Águas Revoltas: Um Balanço Provisório da Sociologia Ambiental no Brasil*. In BIB: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais- n.º 54, SP. ANPOCS, 2002.

FERREIRA, Lúcia da Costa. *Os fantasmas do Vale: qualidade ambiental e cidadania*. Editora da UNICAMP. Campinas: SP., 1993.

FERREIRA, Lúcia da Costa, LEIS, Hector Ricardo & VIOLA, Eduardo. Confronto e Legitimação. In *O Ambientalismo no Brasil: Passado, Presente e Futuro*. (Org.) Enrique Svirsky & João Paulo R. Capobianco. S.P. Instituto Socioambiental: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O lugar da sintaxe no discurso. In *Os Múltiplos Territórios da Análise do Discurso*. Org. Freda Indursky e Maria Cristina Leandro Ferreira. Porto Alegre: RS. Sagra Luzzatto, 1999.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: Um estudo histórico e enunciativo da linguagem* Campinas, SP: Pontes, 1995.

GRÜN, Mauro. “A produção discursiva sobre educação ambiental: terrorismo, arcaísmo e transcendentalismo”. in: *Crítica pós- estruturalista e educação*. Alfredo T.Veiga Neto (org). Porto Alegre: Sulina, 1995.

HENRY, Paul. Apêndice: Sentido, Sujeito, Origem. In *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*.Campinas, SP: 1993

_____. “Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do discurso” de Michel Pêcheux” (1969) in: F. Gadet & T. HaK (orgs). *Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

LAGE, Nilson. *Linguagem Jornalística*. São Paulo: Ática, 1993.

LAGAZZI, Suzy Rodrigues. *A Discussão do Sujeito no Movimento do Discurso*. Campinas, SP. Tese de doutorado, IEL, UNICAMP, 1998.

_____. *O Desafio de Dizer Não*. Campinas, SP: Pontes, 1988.

INDURSKY, Freda. Primeira Parte: “preparando a análise” in: *A fala dos quartéis e as outras vozes*, SP: UNICAMP, 1997.

KITAMURA, Paulo Choji. *A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável – Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental - Brasília, EMBRAPA, 1994.*

- MAINGUENEAU, Dominique. "A Heterogeneidade". in: *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1997.
- MENDES, Natalino Ferreira. *História de Cáceres: História da Administração Municipal*. Cáceres-MT, 1973.
- ____ *Memória Cacerense*. Cáceres: Carlini e Carniato, 1998.
- NUNES, José Horta. *Formação do Leitor Brasileiro: Imaginário da leitura no Brasil Colonial*. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1994.
- OPHULS, W. Torward a Politics of the Steady State. IN: *Ecology and the Politics Scarcity*. San Francisco. 1977.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. A análise de discurso: Algumas observações in: D.E.L.T.A., Vol, 2 nº 1, 1986.
- ____ *Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez, 1989.
- ____ *Terra à Vista!: discurso do confronto: Velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.
- ____ *Interpretação: autoria leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- ____ "Enfoque lingüístico / discursivo da educação ambiental." In: *Gaia e Ecoar de Educação Ambiental*, 1996.
- ____ *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- ____ *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.
- ____(org.) "A leitura proposta e os leitores possíveis". in: *A leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1998.
- ____ Paráfrase e Polissemia. A Fluidez nos Limites do Simbólico. IN. *RUA*, n.º4. UNICAMP – NUDECRI. Campinas, SP, 1998.
- ____ *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP. Pontes, 1999.
- ____ N/O Limiar da Cidade. In. *RUA*, UNICAMP – NUDECRI. Campinas, SP. 1999.
- ____ Do Sujeito na História e no Simbólico. In *Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso*. Escritos n.º 4 – LABEURB, Campinas, SP. 1999.
- ____ Conhecimento de linguagem e filosofias espontâneas. In *Os Múltiplos Territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre, RS. Sagra Luzzatto, 1999.

- ____ Trallhas e Troços: o flagrante urbano. In: *Cidade Atravessada: os Sentidos Públicos no Espaço Urbano*. Labeurb. Campinas: SP., 2001.
- ____ *A Textualização Política do Discurso sobre a Terra*. Labeurb. Departamento de Lingüística da Unicamp. Campinas: SP, 2000.
- ____ *Discurso e Texto*. Campinas, SP: Pontes, 2001
- ____ (Org.) A Análise de Discursos e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. In *Cadernos de estudos Lingüísticos*, IEL, UNICAMP, SP. 2002.
- PAYER, Maria Onice. *Educação popular e linguagem: reprodução, confrontos e deslocamentos de sentidos*. 2. ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1995.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. In, *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, SP. 1990.
- ____ “Discurso e ideologia” in: *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. (trad.) Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas, UNICAMP, 1995.
- ____ *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1997.
- ____ Ler o Arquivo Hoje. In: *Gestos de leitura: da História no Discurso*. Campinas, SP. UNICAMP, 1997.
- ____ “ Análise automática do discurso” (AAD-69). in: F. Gadet & T. Hak (orgs.). *Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.
- ____ Sobre os Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso. In *Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso*. Escritos n.º 4 – LABEURB, Campinas SP. 1999.
- ____ Papel da Memória. In. *Papel da Memória*. Campinas, SP. Pontes, 1999.
- PFEIFFER, Cláudia Castellanos. Cidade e Sujeito Escolarizado. In *Cidade Atravessada: Os Sentidos Públicos no Espaço Urbano*. (Org.) Eni P. Orlandi. Campinas, SP. Pontes, 2001.
- PIAIA, Ivane Inêz. *Geografia de Mato Grosso*. Cuiabá, Edunic, 1997.
- PIGNATTI, Marta Gislene. *O Ambientalismo no Estado de Mato Grosso: ONGs ambientais na conformação da política ambiental na década de 90*. Campinas, SP. Tese de Doutorado, 2002.
- ROLNIK, Raquel. *O Que é Cidade?* Brasiliense, SP. 1988.

- ROMIO, Ana Cristina Lepinsk. *A Avaliação de Impactos Ambiental como Instrumento da Política Ambiental de Mato Grosso*. Monografia apresentado no curso de Especialização do Instituto de Saúde Coletiva. UFMT, Cuiabá-MT. 1998.
- SAUSSURE F. *Curso de Lingüística Geral*. (trad.) A. Chelini . et. al. São Paulo: Cultrix, s/d.
- SATO, Michèle; PASSOS, Luiz A. “Biorregionalismo: identidade histórica e caminhos para a cidadania”. In LOUREIRO, C.F.B.; LAYARGUES, P. & CASTRO, R.S. (Orgs.) *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 221-252.
- SILVA, Telma Domingues. *A Biodiversividade e a floresta tropical no discurso de meio ambiente e desenvolvimento*. - Tese de Doutorado, IEL, UNICAMP, Campinas, SP. 1995.
- SIRVINSKAS, Luís Paulo. *Tutela penal do meio ambiente*, SP: Saraiva, 1998.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. – 22.ed.ver.e ampl. De acordo com a ABNT – SP. Cortez, 2002.
- VIEIRA, Paulo Freire & HOGAN, Daniel Joseph. (Orgs.) *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- VIOLA, Eduardo J. O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): Do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, J. A . (org.) *Ecologia E Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, N.º 3, Vol. 1 fevereiro, 1987.
- VIOLA, Eduardo J. & LEIS, Hector R. A Evolução das políticas Ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo prevacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D.J. & VIEIRA, P. F. (orgs.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP. Ed.UNICAMP, 1992.
- ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. “Limiaries de silêncio: a leitura intervalar” in: *A leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1998.
- _____*Cidadãos Modernos: discursos e representação política*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997
- _____*Cidade e discurso – paradoxos do real, do imaginário, do virtual*. In. *RUA*, n.º 4, UNICAMP - NUDECRI, Campinas, SP. 1998.
- _____*Um Estranho no Ninho – Entre o Jurídico e o Político: o Espaço Público Urbano*. In. *RUA*, UNICAMP – NUDECRI. Campinas, SP. 1999.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMANAQUE, Abril. 2002.

CATELLA, A .C.; ALBUQUERQUE, F.F. de; PIXER, J.; PALMEIRA, S. da S. Sistema de Controle da Pesca de Mato Grosso do Sul , SCPESCA/MS - Boletim de Pesquisa - 14, 1995.

BRASIL, Constituição Federal de 1988.

MATO GROSSO, Constituição do Estado de Mato Grosso, 1989.

MATO GROSSO, Lei de Crimes Ambientais da Natureza.n.º 9.605 de 12.02.98.

BRASIL, Lei da Pesca Federal 6.938, de 31 de agosto de 1981.

MATO GROSSO, Lei Estadual 5.218 de 23 de dezembro de 1987. Transformação da FUNDEPAN em Fundação Estadual de meio Ambiente.

FURASTÉ, Pedro Augusto. *Normas Técnicas para o trabalho científico, que todo mundo pode saber, inclusive você*: Explicação das Normas da ABNT – 11. ed. Porto Alegre: 2002.

MATO GROSSO, FEMA/MT. Lei de Pesca n.º 6.672 de 20.10.95.

MATO GROSSO, Política Estadual de Recursos Hídricos. Lei n.º 6.945, de 05.11.97.

MATO GROSSO, Revista: paraíso prazer e pesca. Cuiabá, MT. 1995.

MATO GROSSO, Revista Bicentenária - Cáceres, ed. Especial, 1978.

MUSETTI, Rodrigo Andreotti. *Da Proteção Jurídico Ambiental dos Recursos Hídricos*. São Paulo: Ed. De Direito, 2001.

Revista – *Pantanal Norte: o espetáculo começa aqui*. ASATEC - Associação Ambientalista, Turística e Empresarial de Cáceres- MT.

Revista – *Cáceres Puro Prazer o Ano Todo* – MT.

Revista – *Pesca* . Ano III – n.º 20

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. – 22.ed.ver.e ampl. De acordo com a ABNT – SP. Cortez, 2002.

Referências de artigos na imprensa local

CIDADES. Ribeirinhos têm previsão pessimista este ano. *Diário de Cuiabá*. 25.01.2000.

DEUS, Joalice de. Pescadores ribeirinhos já têm nova preocupação. *Diário de Cuiabá*. 11.02.2000.

VARGAS, Rodrigo. Biólogos dizem que a prorrogação da piracema não será necessária. *Diário de Cuiabá*. 25.01.2000.

